

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**



**DISSERTAÇÃO**

**A IMPRENSA COMO PORTA-VOZ DA CLASSE OPERÁRIA:**  
o caso do jornal *A Evolução* de Rio Grande/RS (1934 - 1937)

**Janaina Schaun Sbabo**

**Pelotas, 2016**

**Janaina Schaun Sbabo**

**A IMPRENSA COMO PORTA-VOZ DA CLASSE OPERÁRIA:**

o caso do jornal *A Evolução* de Rio Grande/RS (1934 - 1937)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. BEATRIZ ANA LONER**

**Pelotas, 2016**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S276i Sbabo, Janaina Schaun

A imprensa como porta-voz da classe operária : o caso do Jornal a Evolução de Rio Grande/RS (1934 - 1937) / Janaina Schaun Sbabo ; Beatriz Ana Loner, orientadora. — Pelotas, 2016.

123 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Classe operária. 2. Imprensa. 3. A evolução. 4. 1930. 5. Rio Grande/RS. I. Loner, Beatriz Ana, orient. II. Título.

CDD : 070.9

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Ana Loner (Orientadora)

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

---

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

## RESUMO

Esta dissertação intitulada A IMPRENSA COMO PORTA-VOZ DA CLASSE OPERÁRIA: o caso do jornal *A Evolução* de Rio Grande/RS (1934 - 1937), observou a atuação do jornal como representante dos interesses da classe operária rio-grandina, destacando a forma de organização dos trabalhadores durante a década de 1930. Respondendo aos objetivos da pesquisa, para compreender a forma como se configurava a militância dos trabalhadores na cidade, as fontes utilizadas são de perfil impresso, sendo o jornal *A Evolução* como principal, já que se trata do nosso objeto de análise. Ele pertencia a Sociedade União Operária do Rio Grande (SUO), a qual possui uma trajetória de representação da classe trabalhadora no Município. Tem como data de fundação o 1º de maio de 1934, momento em que se comemorava os 40 anos da SUO. A partir deste momento, a folha se faz presente na sociedade rio-grandina até o ano de 1937, com uma interrupção em 1936, estando censurado e suas atividades suspensas. Na década de 30, a repressão policial passou a ser intensa, pois a repressão policial tinha como alvo os trabalhadores considerados comunistas que resistiam, em prol dos seus direitos enquanto classe. A respeito das lutas dos trabalhadores pela dignidade no trabalho, o *A Evolução* desempenha este papel. Constatamos que o periódico atuou como representante da classe, utilizando-se da militância como recurso para que houvesse união entre os trabalhadores.

**Palavras-Chave:** Classe Operária; Imprensa; *A Evolução*; Rio Grande; 1930.

## RESUMEN

Esta tesis de maestría titulada LA PRENSA COMO PORTA VOZ DE LA CLASE OBRERA: el caso del periódico La Evolución de Rio Grande/RS (1934 - 1937), observó la actuación del periódico como representante de los intereses de la clase trabajadora rio-grandina, destacando la forma de organización de los trabajadores durante la década de 1930. Respondiendo los objetivos de la investigación, para comprender la forma en que se configuraba la militancia de los trabajadores en la ciudad, las fuentes utilizadas son de perfil impreso, siendo el periódico La Evolución el objeto de análisis de este estudio, el pertenecía a la Sociedad Unión Operaria de Rio Grande (SUO), el cual poseía una trayectoria de representación de la clase trabajadora dentro del Municipio. Tiene como fecha de fundación el 1º de mayo de 1934, momento en que se conmemoraba los 40 años de la SUO. A partir de este momento, el periódico se hace presente en la sociedad rio-grandina hasta el año 1937, con una interrupción en 1936, estando censurado y sus actividades suspendidas. En la década del 30, la represión policial pasó a ser intensa, sospechaban de los trabajadores, considerándolos comunistas, por resistir en pro de sus derechos en cuanto clase. El periódico La Evolución desempeñó este papel respecto a las luchas de los trabajadores por la dignidad en el trabajo. Comprobamos que el periódico actuaba como representante de la clase, utilizando la militancia como recurso para que existiera unión entre los trabajadores.

**Palabras clave:** Clase Trabajadora; Prensa; La Evolución; Rio Grande; 1930.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**AIB** – Ação Integralista Brasileira.

**CDH** - Centro de Documentação Histórica “Prof. Hugo Alberto Pereira Neves”.

**FORGS** - Federação Operária do Rio Grande do Sul.

**FSRG** - Frente Sindicalista de Rio Grande.

**FUP** - Frente Única Proletária.

**FURG** - Frente Única Rio-Grandense.

**LEC** - Liga Eleitoral Católica.

**LEP** – Liga Eleitoral Proletária.

**MTIC** - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

**PL** – Partido Libertador.

**PRL** - Partido Republicano Liberal.

**PRR** – Partido Republicano Rio-Grandense.

**SUO** - Sociedade União Operária do Rio Grande.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>CAPÍTULO I -</b> Modificações Econômicas, Políticas e Sociais no pós 30	24
I.I. O nascimento de novas formas de relações sociais, políticas e institucionais entre as classes no Brasil	24
I.II. A influência de diferentes correntes políticas entre os trabalhadores na década de 1930	40
<b>CAPÍTULO II –</b> “Navegar é preciso, viver não é preciso”: a formação da classe operária em Rio Grande a partir do jornal <i>A Evolução</i>	49
II.I. O <i>A Evolução</i> e a organização dos trabalhadores em Rio Grande em 1930	50
II.II. Sindicatos criados em Rio Grande na década de 1930 divulgados pelo <i>A Evolução</i>	64
<b>CAPÍTULO III -</b> "Trabalhadores de pé! É preferível morrer lutando à viver humilhado": militância operária na cidade do Rio Grande	79
III.I. A atuação da Sociedade União Operária (SUO) no cenário rio-grandino	87
III.II. A imprensa como porta-voz da classe operária: o caso do jornal <i>A Evolução</i> de Rio Grande	97
<b>Considerações finais</b>	111
<b>Fontes</b>	115
<b>Referências bibliográficas</b>	119

## **AGRADECIMENTOS**

Ao terminar este trabalho, percebo que algumas pessoas foram importantes para a realização do mesmo. São pessoas que fazem parte da minha trajetória e que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse ao final desta dissertação. Por isso, as próximas linhas estarão acompanhadas por um tom de gratidão.

Agradeço especialmente à Professora Beatriz Ana Loner, por orientar a pesquisa (e, principalmente, a pesquisadora), acreditando na importância do tema e auxiliando-me a rever conceitos. Terminei a dissertação tendo a certeza que sem a sua persistência e compreensão eu não teria chegado até aqui.

Sou muito grata à cidade do Rio Grande, que me acolheu desde a graduação e me mostrou que aqui viveram e sobreviveram trabalhadores, os quais deixaram as marcas de sua presença pela cidade.

Agradeço à minha família! Aos meus pais, pelo incentivo para que eu estudasse mais e mais. Especialmente ao meu pai que partiu há pouco tempo, mas que quando presente se dizia orgulhoso pela filha estar cursando “esse tal de mestrado”. Aos meus sogros, por serem exemplos de Professores e Pais dedicados à família. O meu carinho por vocês é maior que qualquer oceano, assim tenham certeza que Cuba não fica tão longe quanto parece!

Também alguns amigos foram acrescentados à minha vida e enriqueceram esse processo: Alexandre, meu querido, obrigada por todos os cafés e mates, conversas, cuidado, carinho e amizade. Camila e Priscila, por me acolherem tão amorosamente na UFPel.

Um obrigado especial ao meu melhor amigo, companheiro – o melhor que a vida poderia me dar - e porto seguro, Yoisell, por me amar, proteger e por me ajudar a me manter firme no meu caminho, mesmo sabendo que, durante este último ano, o meu coração sentia saudades do meu principal referencial de vida, meu pai!

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, ao seu corpo docente, pela oportunidade de cursar o mestrado, à profa. Clarice Speranza pelas sugestões proferidas na qualificação e ao professor Aristeu Lopes, pelo fundamental

auxílio nesta etapa final. Os agradecimentos se estendem ao prof. Marcos César Borges e ao prof. Diorge Konrad por aceitarem compor a banca avaliadora desta dissertação. E também sou muito grata a toda a sociedade brasileira, pela universidade pública!

## INTRODUÇÃO

Movimentos grevistas, organizações de espaços educacionais e incentivo a prática de atividades de lazer, eram algumas das ações efetuadas pelos trabalhadores militantes no final do século XIX e primeiros decênios do século XX. Na década de 1930, o “controle” estabelecido sobre o trabalhador influenciou na elaboração de mecanismos de resistência à autoridade exercida perante a vida e o trabalho dos operários.

O direito de greve dos trabalhadores, as assembleias sindicais que ocorriam na cidade e as manifestações contra a carestia, são registros encontrados nas páginas do jornal *A Evolução* de Rio Grande/RS, as quais dividiam espaço com as diferentes formas de organização política que se faziam presentes no cenário mundial, nacional e local. São estas constatações que caracterizam o ponto inicial na elaboração desta dissertação. Assim, nesta parte da introdução gostaria de destacar a minha relação com o objeto deste estudo.

Este trabalho é fruto da minha atuação enquanto estagiária do Centro de Documentação Histórica "Prof. Hugo Alberto Pereira Neves" da Universidade Federal do Rio Grande (CDH - FURG), durante os três últimos anos da graduação em História Licenciatura. Entre os acervos salvaguardados pelo CDH tive contato com o material referente à Sociedade União Operária do Rio Grande (SUO), em um primeiro momento, com os livros pertencentes à sua biblioteca, durante o processo de registro dos mesmos, atividade técnica que me despertou a curiosidade em saber sobre a Sociedade e a formação educacional em nível formal e informal de seus filiados e familiares. Para tanto, os relatórios presidenciais que detalhavam a ação pedagógica desempenhada pela SUO, juntamente com as obras da biblioteca foram de fundamental importância.

A partir do trabalho de graduação, passei a ter ciência da presença do jornal *A Evolução* entre os documentos que compõem a História da entidade e, ao mesmo tempo, possibilitou o desenvolvimento da presente análise, a qual tem por objetivo observar a trajetória de uma folha operária, analisando sua atuação como porta-voz dos interesses da classe operária rio-grandina, em defesa dos direitos dos trabalhadores, agregando a ela, outra publicação da

cidade como é o caso do jornal *Rio Grande*. Logo, surge a seguinte questão: de que maneira os jornais de cunho comercial podem contribuir para o estudo de uma folha, cuja edição era de responsabilidade dos trabalhadores?

Em 1935, o jornal *Rio Grande* reserva espaço para divulgação diária de artigos sob o título: "Combate ao Comunismo", e isto se repete até o ano de 1937, remetendo-se ao ato de eliminar o movimento considerado subversivo, localizado não somente no Município e no Brasil como um todo, mas, também, fazendo referência a países como Uruguai e Argentina, defendendo a concepção de que o comunismo se trata de "um mal sem fronteira"<sup>1</sup>.

Ao mesmo tempo, entre os anos de 1934 e 1935, o jornal *Rio Grande* demonstra as imposições que estavam sendo feitas sobre os comunistas. Por se tratar de um período marcado pela repressão e sendo acusados de organizar campanhas contra o governo, os militantes foram repreendidos de algumas formas, como por exemplo, com a suspensão da circulação de jornais.

Cada jornal é, normalmente, instrumento de um grupo que possui aspectos específicos, sendo necessário conhecermos certas características relacionadas à publicação do periódico (LUCA, 2006, p.140) para que seja possível identificar as suas relações diárias e interesses envolvidos. Diante disso, a metodologia aplicada na análise das fontes jornalísticas passou por pelo menos dois eixos, um dos quais é a imprensa como fonte histórica, o que pressupõe a contextualização histórica do documento, bem como a compreensão da sua postura no tratamento de determinados assuntos. E, posteriormente, a realização do processo de seleção dos periódicos que iriam auxiliar na observação da relação entre Estado e trabalhadores, tendo em vista o histórico dos jornais, os seus posicionamentos e a intensidade de sua circulação na cidade.

[...] a imprensa, e, em especial, a imprensa operária, foi instituída, pela própria configuração assumida por este lugar de produção historiográfica, como a principal fonte para o estudo da história operária gaúcha, o que permitiu a compreensão de inúmeros aspectos da atuação dessa classe, mas também impôs sérios limites às interpretações [...] (SCHMIDT, 2011. p. 155).

---

<sup>1</sup> *Rio Grande*, 22 de maio de 1935.

Durante a análise do *A Evolução*, observou-se um número total de 107 edições disponíveis para estudo, a partir de 1934 até 1937. Neste último ano, é manifestado pelo grupo editor a interrupção na publicação do periódico, afirmando que isto decorre por motivos alheios à vontade da Direção. Deste total, 27 compreendem o primeiro ano de circulação, 45 referentes ao ano de 1935, 27 no ano de 1936 e fechando, em 1937, com 8 números. Desses 107 números que objetivam o fortalecimento da classe, 25 apresentam discussões em torno do perfil de autonomia política atribuída aos trabalhadores, 17 a luta das associações classistas pela causa operária ao protegerem-se das mistificações integralistas, e 11 enfatizam a luta pela justiça social por grupos localizados em diversas regiões do País, atribuindo destaque à uma das orientações ideológicas predominantes no momento – o comunismo – tema que será analisado nesta dissertação.

Esses dados possuem relação com o momento político que se encontrava o País, período em que ocorria a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), além da formação de uma peça fundamental para este sistema de regulação social, como é o caso das Juntas de Conciliação e Julgamento<sup>2</sup>. Ou seja, entrava em cena a tentativa de controle sobre o movimento operário nacional, considerados eventos políticos e normativos importantes que influenciaram o contorno da ação disciplinadora do Estado (FAUSTO, 2009).

Ao longo do contato com a principal fonte deste estudo, a pesquisa foi adquirindo contornos antes não mensurados, possibilitando a observação de manifestações do jornal quanto ao seu perfil ideológico não definido claramente, mas preocupado com a formação de "consciências livres" e objetivando o fortalecimento da classe. Provavelmente, tal posicionamento se justifique com a repressão que se abatia sobre os comunistas no Brasil, questões que sugerem a seguinte indagação: o fato de o jornal manifestar-se como um legítimo representante dos operários foi suficiente para que ocorresse a interrupção nas tiragens do jornal? Para respondermos isso, o periódico

---

<sup>2</sup> Sobre a formação das Juntas, ver: Speranza, Clarice. Os trabalhadores e a lei: análise dos processos trabalhistas envolvendo mineiros de carvão do Rio Grande do Sul entre 1946 e 1954. Disponível em: [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1278084701\\_ARQUIVO\\_anpuh10.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1278084701_ARQUIVO_anpuh10.pdf). Acesso em: 14 de março de 2016, às 20h:30min.

diário foi de fundamental importância para analisarmos a relação entre Estado e trabalhadores.

Os livros atas da SUO, correspondentes às matrículas dos associados, às assembleias gerais e aos registros relacionados à diretoria da entidade auxiliaram na compreensão sobre o comportamento do jornal perante a repressão, justificando a concessão de apoio ao governo, em decorrência da sobrevivência tanto do jornal quanto da SUO.

Como forma de conscientizar politicamente o operariado rio-grandino e incentivar a mobilização em defesa dos interesses destes trabalhadores, dos quais a SUO atuava como porta-voz, o Estatuto, datado do ano de 1938, gerado a partir da reformulação do primeiro documento elaborado no ano de fundação da entidade (1893) e certificado no ano seguinte, contribui na medida em que demonstra a eficácia do jornal, no que se refere o seu caráter informativo e orientador, nesta interação entre pessoas que compartilhavam ideias, interesses e o mesmo espaço social. A prática de incentivar a fundação de jornais vinculados de alguma forma a entidade, pode ser percebida nos dois títulos organizados pela associação, o *Echo Operário*, com circulação de 1896 a 1899, apresentando uma segunda fase, em 1901, e o próprio *A Evolução*, editado entre 1934 e 1937, com interrupção em 1936.

Atrelado ao objetivo do nosso estudo, está a nossa hipótese de trabalho, na qual acreditamos que o semanário foi um dos elementos fundamentais para que os trabalhadores de Rio Grande compartilhassem experiências, buscando conquistar os direitos por meio do *A Evolução*.

De acordo com a acepção gramsciana, o periódico seria o instrumento responsável por difundir determinados tipos de cultura, orientado de maneira orgânica por dado grupo social, o qual é responsável pelo direcionamento das manifestações realizadas através deste veículo de informação (GRAMSCI, 1984). Pretende-se demonstrar que mesmo com o “controle” sobre as manifestações da imprensa operária, a qual se postava a favor dos direitos dos trabalhadores, continuou ocorrendo a promoção de estratégias de militância que acendiam um sentimento de pertencimento à classe. Estratégias que, sobretudo na década de 1930, foram construídas segundo o discurso de valorização do trabalho.

O recorte temporal da pesquisa inicia em 1934, período em que o posicionamento político-partidário das instituições sindicais apresentava dificuldades, devido à proibição imposta pelas leis sindicais, além de ser o momento do início das atividades do jornal *A Evolução*, e finalizamos no ano de 1937, quando cessa a circulação do periódico.

Para atender a problemática e a hipótese desta pesquisa, alguns objetivos foram formulados. O objetivo geral trata do estudo da trajetória de uma folha operária, no período marcado pela promulgação de leis intervencionistas, analisando sua atuação como porta-voz dos interesses da classe operária rio-grandina, em defesa dos direitos dos trabalhadores. Além deste objetivo, levantamos algumas investigações específicas: analisar a posição do semanário frente às ideologias políticas que se faziam presente durante a década de 1930; identificar de que forma o jornal contribuía para a formação da consciência de classe entre os trabalhadores, e da própria classe; e traçar o perfil político-ideológico do jornal.

Ao falarmos sobre a função do jornal, não podemos perder de vista as atividades desempenhadas pelos trabalhadores, no que se refere a tarefa de selecionar, organizar, produzir e publicar os temas que eram de seu interesse e/ou de seu público, atuando como o que Gramsci denomina, em *Os intelectuais e a organização da cultura* (1991), de "intelectuais orgânicos", uma vez que expressam as vontades do grupo ao qual fazem parte. Para Gramsci, o "intelectual orgânico" é caracterizado como educador e dirigente político, desempenhando tais funções tanto no plano econômico como político, haja vista se tratar da formação de um consenso entre a classe subalterna em direção ao grupo dominante. Para que cada segmento social tenha consciência da sua própria função, ele identifica a questão histórica, o papel político, o significado da organicidade e o perfil de vínculo com uma classe, como questões que definem esta categoria de intelectualidade, a qual utiliza-se de espaços de manifestações, visando a resolução de adversidades.

Seguindo ainda a perspectiva gramsciniana, analisamos o *A Evolução* de acordo com a tarefa de abrigar as expectativas comuns entre os trabalhadores, as quais são expressas pelo jornal que desempenha funções semelhantes à de um "partido", conferindo o sentido universal de classe operária. Assim, devido ao seu caráter "institucional" e a presença de um grupo envolvido com a sua

organização, o observamos com esta funcionalidade política, apresentando como objetivo central, neste caso, a defesa dos direitos dos operários na cidade do Rio Grande. José Antônio dos Santos, na obra *Raiou a alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907 - 1957)* ao estudar o jornal *A Alvorada*, fundado por operários negros em Pelotas, em 1907, destaca que tais operários são considerados, segundo o conceito de Gramsci (1991), "intelectuais orgânicos", pois estariam atuando como intérpretes da vontade coletiva (SANTOS, 2003, p. 37).

Entendemos que, de certa forma, o *A Evolução* queria também atuar como intérprete da classe, organizando-a e preparando-a para a futura tomada do poder no bojo da revolução socialista que pretendiam realizar no País.

O tema relativo ao papel da imprensa operária na sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX tem sido estudado com o propósito de compreender os meios observados pelos trabalhadores como forma de resistência, indicando as suas relações e organizações, no intuito de buscar um melhor entendimento sobre a construção da classe operária no Brasil.

Sendo assim, diversas pesquisas contemplam a temática da história do trabalho com o objetivo de propor novos questionamentos para antigos temas, explorar novos objetos de pesquisa, propor novos horizontes de análise.

A literatura sobre a classe trabalhadora sempre esteve acompanhada por amplos debates teóricos e metodológicos, e isto é perceptível tanto nas produções europeias como em estudos brasileiros. O conceito de "experiência de classe", bem como a utilização do termo "classe" encontram-se entre as discussões propostas por alguns pesquisadores que estão dando uma nova dimensão a estes conceitos. Dessa forma, ressaltamos trabalhos como os de E. P. Thompson, na análise desenvolvida em *A formação da classe operária inglesa*, com primeira edição no ano de 1967. No seu primeiro volume - *A árvore da liberdade* - o autor apresenta o conceito de experiência como ponto inicial para a formação da consciência de classe, tendo em vista a relação dos indivíduos nos meios de produção, bem como as suas manifestações em âmbito cultural. Assim para Thompson, a experiência aparece como:

[...] determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas tradições e nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências

parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (1987, p. 10).

Assim, a classe só é definida uma vez que situamos o homem no tempo, verificando a sua posição na estrutura social. Para tanto, Thompson centraliza sua análise nas tradições populares presentes no século XVIII na Inglaterra, ao problematizar a resistência ao trabalho assalariado e os novos padrões que estavam sendo instaurados, uma vez que o exercício do trabalho artesanal se encontrava solidificado entre os costumes da população.

Na Inglaterra entre 1780 e 1832, ocorre a organização do movimento trabalhista através da implementação dos primeiros espaços responsáveis por promoverem discussões em torno dos interesses dos trabalhadores, como as sociedades de auxílio mútuo, entidades religiosas e educacionais e periódicos.

No segundo volume - *A maldição de Adão* - além de abordar questões que repercutem nas experiências de vida dos trabalhadores, o autor retoma o debate apresentado no volume I, ao destacar que a formação da classe operária não se deu de forma espontânea e baseando-se unicamente em questões econômicas, mas que se trata de um processo, relacionando o sistema produtivo com a história política e cultural do espaço analisado. Para Thompson:

O crescimento do auto respeito e da consciência política foi um avanço real da Revolução Industrial, tendo eliminado algumas formas de superstição e de diferenças, tornando intoleráveis certos instrumentos de opressão. Podemos encontrar uma evidência do sólido desenvolvimento do caráter de reciprocidade na força e no orgulho cerimonial dos sindicatos e das associações de ofício, que emergiram da semilegalidade quando os Decretos sobre as associações foram revogadas (1988, p. 318).

Neste processo de amadurecimento da consciência de classe entre os trabalhadores de diversas profissões, o enrijecimento do proletariado enquanto força política torna-se evidente, a ponto de a Inglaterra de 1780, contar com a presença dos periódicos trazendo publicações dos debates realizados sobre o movimento sindical e socialista. Em seu terceiro volume – *A força dos trabalhadores* - Thompson aponta que o movimento operário contou com o

auxílio de representantes da classe, os quais sustentavam o movimento através da leitura dos periódicos aos militantes analfabetos.

Ao contribuir para uma análise sobre a história social inglesa e apresentar a relação entre a estrutura cultural e o materialismo histórico, os estudos de Thompson colaboram com o nosso trabalho na medida em que analisam a construção da consciência de classe marcada pela instituição de um formato de sistema produtivo, evidenciando o surgimento de novas formas de relações sociais e salientando a organização de entidades e a instrução desempenhada por meio dos jornais, como formas de resistência frente às imposições do sistema fabril.

Outro ponto a ser problematizado, no que tange ao “controle” social, sobretudo no caso do movimento operário, é a capacidade dos grupos de reagirem contra qualquer forma de dominação. No caso dos trabalhadores rio-grandinos na década de 1930, este “controle”, em vários momentos esteve presente, sendo ele exercido pela mão do Estado. Este domínio sobre os trabalhadores, que tem por base questões econômicas e ideológicas, faz menção ao materialismo histórico, considerando-o fundamental para o entendimento da relação de poder entre classes, ao constatar que a sociedade capitalista é dividida entre exploradores e explorados.

Em *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, Ellen Meiksins Wood, aborda os conflitos políticos e a sua participação no processo de dominação de classe. Para isto, parte da premissa de que o capitalismo não está de acordo com o sentido de democracia. A autora reflete sobre o conceito em conjunturas que apresentam composições políticas específicas, como é o caso no mundo antigo e “nas democracias modernas, em que a comunidade cívica une os dois extremos da desigualdade social e de interesses conflitantes, o ‘bem comum’ partilhado pelos cidadãos passa a ser uma noção muito mais tênue e abstrata” (WOOD, 2003, p. 181).

Ao compreender classe como processo, a autora segue a perspectiva de Thompson (1987), identificando o conceito através da relação entre estrutura produtiva e as relações sociais. Demonstrando o quanto a esfera econômica se apoia na política, interpretando ainda, através deste mesmo fio condutor, democracia segundo o seu vínculo com a “História do capitalismo”. Esta historiografia que aborda a “História do capitalismo” trata também das políticas

de dominação do Estado e dos mecanismos utilizados pela classe dominante a fim de condicionar as ações dos trabalhadores, como questões recorrentes a própria "História da luta de classes".

Nesta pesquisa, observamos Rio Grande como um campo caracterizado por inúmeras disputas políticas, dividindo a cidade segundo as diferentes correntes ideológicas que marcam os conflitos ali presentes. Isto ocorre a partir do momento em que as atividades econômicas ocasionam o crescimento demográfico e, conjuntamente, o surgimento de algumas formas de organizações utilizadas pelo trabalhador urbano, sobretudo em 1930, período delimitado para esta análise.

Os estudos relacionados à história do trabalho no Brasil estiveram representados no lançamento da obra *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*, lançado em 1987, sob a coordenação de José Sérgio Leite Lopes. A coleção de artigos realiza uma análise da cultura e da Identidade dos operários, apresentando a possibilidade de novas abordagens teóricas sobre a formação da classe trabalhadora e os particularismos que a determinam enquanto tal, observando que as experiências da classe operária dependem das relações que se encontram fora e no interior da esfera produtiva, podendo ser debatidas por meio de um olhar histórico como também antropológico.

Entre os pesquisadores que possuem o objetivo de compreender os mecanismos de manifestações culturais da classe trabalhadora, os núcleos sindicais e as organizações partidárias deixam de receber atenção exclusiva, visto que os trabalhadores compartilhavam as suas experiências de outras formas além dessas, como através dos periódicos que eram lançados, muitas vezes, sob a responsabilidade destas associações recreativas, dançantes e esportivas que dividiam espaço com as mutualistas e políticas.

A história do trabalho recebeu à incorporação de temas que passaram a contribuir para o alargamento das análises referentes a consciência de classe. O historiador Cláudio Batalha em seu artigo "Os desafios atuais da História do Trabalho" (2006), refere-se a esta questão ao apresentar possibilidades de abordagens referentes à consciência no movimento operário, sinalizando o crescimento das produções acadêmicas em diferentes regiões do País e apresentando um histórico sobre as produções ligadas ao tema, bem como

novos caminhos para se pensar a classe trabalhadora. Nesta perspectiva, Batalha ressalta que:

Mostrando-se cada vez mais sensível a outros recortes além do de classe, tais como gênero, raça - etnia, a história do trabalho nos últimos anos ao invés de contrapor esses diversos recortes, tenta integrá-los. Os temas tratados pela história do trabalho já não privilegiam esse ou aquele aspecto, tendem a ter mais atenção com a diferença e a complexidade da realidade (BATALHA, 2006, p. 89).

O mesmo autor, juntamente com Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes organizou, em 2004, a obra *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*, uma coletânea de artigos que apresenta um panorama histórico sobre a "cultura operária", no cenário nacional e internacional, sinalizando que a quantidade de organizações de trabalhadores se tornava visível à medida que o movimento detinha certa ascensão, sobretudo em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, as quais apresentavam um grande número de trabalhadores que começavam a interagir por meio das associações, organizando ações de resistências, fortalecendo, neste processo, o sentimento de classe (BATALHA; SILVA; FORTES, 2004, p. 172).

É devido a este perfil de luta empreendida pela classe trabalhadora nestes espaços urbanos que as greves recebem destaque em muitos dos estudos mais recentes, dividindo espaço com discussões sobre experiência e formação da consciência de classe. Nesta perspectiva, Marcelo Badaró Mattos em "Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca" (2008), destaca que:

[...] as greves revelam personagens e atitudes sepultadas pelo cotidiano do trabalho e da cidade. Ainda que momentâneas, essas revelações podem acrescentar muito aos que se interessam não apenas pelas greves, mas pela dinâmica da formação da classe e de seus conflitos (MATTOS, 2008, p. 143).

Estas relações de lutas de classes devem ser averiguadas também, considerando a ligação existente entre o Estado, promotor de certa regularização social, e o poder que o mesmo possui, certificando-se assim do "controle" presente no interior do modo de produção capitalista, o qual

apresenta como consequência a formação de luta de classes por parte dos trabalhadores, perante as péssimas condições de trabalho e sobrevivência que fazem parte de sua realidade. Tal entendimento, nos faz compreender que os jornais operários, seus redatores, atuam com a finalidade de incentivar a luta da classe trabalhadora perante as ações de repressão presenciadas durante a década de 1930, inclusive na cidade do Rio Grande/RS.

Ao caracterizar as cidades de Pelotas/RS e Rio Grande/RS como centros responsáveis por abarcar o processo de industrialização no Estado no início da República e indicá-las como regiões que possuíam representação classista, Loner em sua tese, *Classe operária: organização e mobilização em Pelotas, 1888-1937 (1999)*, atribui um papel importante às mobilizações e associações, demonstrando como ocorreu, nestes dois municípios, a adesão ao novo sistema de sindicalização desenvolvido no decorrer da década de 1930.

Com a repressão se tornando cada dia mais evidente, o movimento percebe outra face desta sindicalização e os trabalhadores, por sua vez, passam a se manifestar através das antigas formas de reivindicação, como por exemplo, por meio das greves que foram retomadas em algumas regiões do País, em 1935. Para tanto, foi necessário que a classe operária passasse por um período de experiência, construindo assim, o sentido de experiência, no que concerne a luta por seus direitos e admitindo-se como pertencentes a um grupo específico.

Comprova-se que o operariado havia amadurecido no processo de construção de classe, pois, os trabalhadores quando observaram que esses novos dispositivos não estavam sendo postos em prática, buscaram defender seus direitos, apoiando aqueles setores mais próximos de uma proposta classista entre os sindicalistas (LONER, 1999).

Vinculada a estas ações, Loner (1999) destaca que a busca por melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora não deixou de existir durante a década de 1930, mesmo sendo ações que dividiam espaço com o aparato repressivo presente na relação Estado/entidades representativas. Diante desta conjuntura, muitos trabalhadores envolviam-se nas promessas varguistas, filiando-se em sindicatos e seguindo a regularização do governo, ou seja, respeitando as leis trabalhistas vigentes.

A representação dos trabalhadores através da imprensa não ocorreu somente no *A Evolução*. Na cidade do Rio Grande, os grupos militantes fundaram jornais em várias partes do País. Neste contexto, os impressos costumavam-se se apresentar como forma de expressão da classe trabalhadora.

Para citar trabalhos da historiografia recente, que direciona seus estudos para a análise da imprensa enquanto uma forma de expressão política, temos as pesquisas de Rodrigo Santos de Oliveira. A tese *Imprensa integralista, imprensa militante (1932 - 1937)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em 2009, examina os títulos de jornais organizados pelo grupo fascista que integrou a Ação Integralista Brasileira (AIB), entre os anos de 1932 e 1937. Os periódicos eram utilizados pelo movimento com o intuito de realizar a expansão da doutrina fascista. Também citamos a dissertação *Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)* de Mário San Segundo, defendida no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2009, que retrata três episódios de protestos operários na cidade do Rio Grande: a greve geral de 1949 e 1952 e a passeata de 1950, observando tais conflitos a partir de uma análise de jornais diários que circulavam na cidade, além de outras fontes. Estes dois estudos destacam manifestações de grupos com orientações políticas distintas, tendo em vista a participação das fontes impressas, mais precisamente a utilização dos jornais, materiais que auxiliaram e continuam auxiliando na compreensão das ações coletivas.

Esta dissertação possui três capítulos, apresentados para obter um melhor entendimento sobre o objeto central que é a imprensa operária.

O capítulo I, *Modificações Econômicas, Políticas e Sociais no pós 30*, refere-se a uma discussão sobre as transformações que ocorreram na sociedade brasileira durante a década de 1930, observando o nascimento de novas relações sociais e políticas entre as classes, por meio da atuação do Estado, com a instituição das leis trabalhistas e das políticas de sindicalização e de repressão sobre os trabalhadores.

O capítulo II, "*Navegar é preciso, viver não é preciso*"<sup>3</sup>: *a formação da classe operária em Rio Grande a partir do jornal A Evolução*, centra-se em um estudo sobre a formação da classe trabalhadora e da sua consciência enquanto classe, durante os anos de 1934 e 1937. Para isso, analisamos a posição do jornal *A Evolução*, no que se refere, as condições de vida dos trabalhadores, as suas reivindicações e entidades criadas com o objetivo de os representar.

Já no capítulo III, "*Trabalhadores de pé! É preferível morrer lutando à viver humilhado*"<sup>4</sup>: *militância operária na cidade do Rio Grande*, analisamos a presença da SUO no cenário rio-grandino durante a década de 1930, através da documentação da própria entidade e observamos a posição político-ideológica do jornal frente a repressão que se fazia presente no período, além de sinalizar a tentativa de se formar a união entre a classe trabalhadora da cidade do Rio Grande.

---

<sup>3</sup> Frase retirada do poema de Fernando Pessoa "Navegar é preciso".

<sup>4</sup> Trata-se de um título de uma das manchetes do *A Evolução*.

## **CAPÍTULO I - Modificações Econômicas, Políticas e Sociais no pós 30**

O movimento dos trabalhadores está relacionado com o capitalismo em sua fase industrial. O seu objetivo é de se postar em defesa do proletariado, contra o processo de degradação da sua função, enquanto trabalhador.

No século XVIII, com a Revolução Industrial, aconteceram mudanças significativas para a História Contemporânea, período em que o trabalho passou a ser visto, pelos liberais, como o principal criador de riquezas, transformando o homem em trabalhador.

O século XX foi o século em que ocorreram transformações de espaço, com a chegada de uma grande quantidade de pessoas nas cidades, sendo inevitável a organização dos movimentos de trabalhadores.

Assim, o século XX foi o século em que o trabalho se tornou aspecto central na vida das pessoas, passando a definir a identidade dos homens.

É em meio a este choque ideológico e as mudanças que aconteceram em âmbito mundial nos anos noventa, que ocorre neste mesmo período no Brasil, modificações no setor econômico e político da sociedade, dando início a um processo de transformações no Estado Brasileiro.

Nesse capítulo, será analisado como ocorreu após 1930, o processo de expansão das relações de produção, e com isso, as formas encontradas pelo Estado para “controlar” a classe trabalhadora neste novo cenário político e econômico. Associado a isso, observaremos como se deu a perda da autonomia sindical e a atuação das políticas repressivas sobre os trabalhadores.

### **I.I. O nascimento de novas formas de relações sociais, políticas e institucionais entre as classes no Brasil**

Dentro deste contexto de extrema ebulição política, Getúlio Vargas, um político gaúcho formado por meio do contato que teve com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), ascendeu ao cargo de Presidente da República do Brasil. A chegada dele ao governo ocorreu por meio de um golpe de Estado, que trouxe muitas transformações ao País, industrializando-o e modernizando-o.

Já no início de seu mandato, que deveria ser em caráter provisório, Vargas estipulou algumas medidas, centralizando em suas mãos a organização política do País; entre elas, podemos citar a substituição dos então governadores estaduais por mediadores federais, ou seja, impondo restrições às decisões tomadas pelos gestores públicos.

A “Questão Social” foi um dos *slogans* da Aliança Liberal que, após a sua derrota nas urnas, chegou ao poder através da Revolução de 1930, querendo colocar em prática o projeto de industrializar o País, rompendo com o histórico patriarcal tão marcante no Brasil. Para isso, a criação de políticas públicas voltadas para a dita “questão social” foi fundamental, pois se tratava de um momento em que o trabalhador se tornava um componente importante nesta disputa pelo poder<sup>5</sup>.

Em âmbito político, uma das primeiras medidas do então empossado presidente, Getúlio Vargas, o qual havia sido presidente do Estado do Rio Grande do Sul entre 1928 e 1930, foi a criação do MTIC. Já no plano econômico, o País passava por um período de desenvolvimento de suas indústrias, importando grande parte de equipamentos para a sua instalação.

Neste momento, ocorreu a transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial. Logo nos primeiros anos de seu governo, Vargas tentou resolver os problemas decorrentes da crise da produção cafeeira, estimulando o crescimento industrial e colocando a fábrica como símbolo do País e não mais a fazenda (FRENCH, 2001, p. 8).

Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro dispunham de grandes mercados consumidores e apresentavam os maiores centros econômicos do País. Já os outros estados apontavam dificuldades na consolidação e formação de novas indústrias, como as que haviam sido instaladas no final do século XIX. Esta modificação que ocorre na economia nacional significou, para aquelas cidades que marcavam presença na História fabril brasileira, a

---

<sup>5</sup> Esta é uma discussão levantada por Diorge Konrad na sua tese de doutorado defendida na área de História Social do Trabalho, em 2004. Ver: KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)**. E também em seu texto titulado “Operários no Rio Grande do Sul (1930-1937): conflitos entre identidade nacional e identidade de classe”. In: *Os trabalhos e os dias*. Ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: Ed. da UPF/Centro de Estudos Marxistas, 2000, p. 113-61.

necessidade de se ajustarem a esta segunda etapa ditada, principalmente por São Paulo.

As mudanças que ocorreram na economia industrial brasileira, durante a década de 1930, mostram a troca de uma economia nacional formada por diversas economias regionais para uma economia nacional situada em várias partes do território nacional (OLIVEIRA, 1989, p. 55).

Para as cidades que tinham um sistema industrial já formado no primeiro estágio da História fabril brasileira, estas modificações representaram uma adaptação aos moldes econômicos nacionais, como também um crescimento que estava de acordo com as especificidades econômicas e políticas de cada estado.

Porém, a década de 1930 não foi caracterizada somente pelas mudanças no setor econômico da sociedade, mas também pelas modificações em sua estrutura política, as quais não ocorreram de forma pacífica.

Nesta dissertação, não pretendemos abordar toda a era Vargas, mas, sim trabalhar um período específico, marcado pela repressão perante os movimentos de esquerda e pelo processo de construção do sindicalismo oficial. Em outras palavras, buscamos compreender como se deu a transição da regulação sindical do tipo liberal, presente na República Velha, para o sindicato que passou a estar sob a guarda do Estado, nos primeiros anos que sucederam a “Revolução de 1930”.

Conseqüentemente, apresentamos as leis que introduziram este perfil de sindicalismo no Brasil, durante a década de 1930. Mostrando as posturas do movimento dos trabalhadores frente a estas transformações sócio-políticas.

Em relação aos estudos que até hoje se debruçaram a analisar a temática aqui referida, podemos dividi-los em três grupos: primeiro, as pesquisas que pensaram o seu objeto de acordo com as diversas fases ao longo do século XX; e os outros dois que trabalharam com conjunturas menores, pesquisas que trataram da presença do comunismo na sociedade brasileira durante a década de 1930, mais especificamente entre os anos de 1930 e 1937; como é o nosso caso, e por último; os estudos referentes aos anos de 1945 a 1964.

Optar por realizar uma análise sobre a conjuntura social, política e econômica da década de 1930 se deve por ser um momento da História do

Brasil em que o sindicalismo corporativo estava sendo implantado nas principais cidades brasileiras, as quais já tinham um número considerável de trabalhadores em exercício. Muitos destes trabalhadores tinham uma trajetória de organização, e foi durante esta década que substituíram as suas entidades e/ou sindicatos de caráter autônomo, por instituições oficiais.

Neste período, se verifica também a formação de movimentos responsáveis por desencadear conflitos entre o Estado e os militantes de esquerda. Nos referimos a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Insurreição Nacional Libertadora. É como resposta a estes movimentos que ocorre a destruição das organizações autônomas de trabalhadores, estabelecendo as organizações corporativistas.

Após a Revolução de 30, desde o início do Governo Provisório, são realizadas diversas mudanças na área trabalhista. Cria-se, como apontado anteriormente, o MTIC; com o objetivo de gerenciar a criação e o funcionamento de sindicatos, a Lei de Sindicalização; determinando que os sindicatos deveriam ser órgãos de colaboração com o Estado, o Departamento Nacional do Trabalho; que assegurava a intervenção estatal e a criação da Carteira Profissional, documento expedido para registrar as atividades dos trabalhadores, bem como para garantir os direitos dos mesmos<sup>6</sup>.

Ao longo do primeiro Governo Vargas, o Movimento Sindical, assistia à transformação de algumas de suas reivindicações em leis como: férias, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, obrigatoriedade da carteira profissional, direito à previdência social e à sindicalização. Mudanças estas que foram posteriormente incorporadas a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Se por um lado, nos dois primeiros decênios do século XX o crescimento das indústrias, a concentração cada vez maior de habitantes nas principais cidades do País, os problemas sociais (más condições de moradia e de saúde pública) e a falta de trabalho, provocaram uma rede de descontentamentos, contribuindo para a organização de movimentos reivindicatórios nos maiores

---

<sup>6</sup> No artigo “Cruzando a fronteira: informações de trabalhadores uruguaios no Rio Grande do Sul a partir do acervo da Delegacia Regional do Trabalho, 1933-1943”, Aristeu Elisandro Machado Lopes analisa, através das Fichas de Qualificação Profissional o perfil dos trabalhadores que solicitavam a carteira de trabalho no Rio Grande do Sul. Neste estudo, especificamente investigar os dados referentes aos trabalhadores que declaram o Uruguai como seu país de nascimento.

centros urbanos do Brasil, por outro, após o golpe de 1930, as mobilizações de classe tiveram que passar pelo visto dos sindicatos e do Ministério. Visto a importância representada pela figura do trabalhador neste período, o Estado passou a tomar medidas de regularização da sua representação sindical. Ao mesmo tempo, outros elementos buscavam participar deste cenário político, atribuindo um caráter heterogêneo de forças presente neste momento, é o caso da Igreja Católica e das correntes integralista, nazi-fascista e trabalhista, todos na disputa pela supremacia do poder político. Já ao lado da esquerda, havia grupos que se manifestavam em defesa da corrente anarquista (que esteve mais presente durante as décadas de 1910 e 1920), da socialista e da comunista, esta última proposta sendo representada pelo Partido Comunista do Brasil. Marisângela Martins, ao trabalhar com a literatura produzida por escritores e escritoras comunistas que atuavam na cidade de Porto Alegre, entre 1920 e 1960, afirma que desde a década de 1920, com a criação do Departamento de Ordem Política e Social<sup>7</sup>, os comunistas se encontravam vigiados<sup>8</sup>.

Após a Revolução de 1930, o movimento dos trabalhadores foi marcado pela atuação do Estado, por meio das leis trabalhistas, dos sindicatos que se encontravam sob a vigência do MTIC e das demais leis de âmbito político e social que foram sendo instituídas.

Como indica Loner (1999), a princípio, os sindicatos aceitaram a participação do Estado nas suas organizações. De certa forma, desconheciam as complicações que isto iria ocasionar mais tarde. Mas, em poucos anos, esta relação começou a gerar problemas, representados pela intromissão do governo nas ações sindicais e em sua regulação, que passou de livre e baseada apenas na vontade de seus sócios, a depender da validação do estado.

Neste período, a classe operária presenciou um período de repressão, ao mesmo tempo em que parte dos trabalhadores observava com bons olhos o projeto de reconstrução nacional do governo provisório de Vargas.

---

<sup>7</sup> Criado com a função de conter as manifestações de oposição ao governo.

<sup>8</sup> MARTINS, Marisângela Teresinha Antunes. **À esquerda de seu tempo**: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927 – 1957). Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

Apesar da implementação destas medidas que controlavam a atuação dos trabalhadores, Pedrosa (1998), indica que entre 1931 e 1935, foi significativo o número de sindicatos que se negaram a se submeter aos limites governamentais. Uma das formas utilizadas para resistir a estas imposições era através dos boicotes a sindicatos oficiais e das manifestações de massa. No entanto, frente a estas manifestações, o governo passou a tomar algumas medidas, colocando na ilegalidade as entidades sindicais distintas das oficiais:

- segundo o governo, somente os sindicatos oficiais teriam direito à representação legal de sua categoria;
- estabeleceu “controle” frente a resistência nos sindicatos, uma maneira de se fazer isso, foi com a introdução da pluralidade sindical limitada (1934 – 1937), o que lhe permitiu criar sindicatos oficiais entre as categorias mais rebeldes;
- decretou a Lei de Segurança Nacional (1935), reprimindo qualquer manifestação da oposição;
- implementou o Estado Novo (1937), oficializando um estado ditatorial no País.

Frente a este contexto de luta pela hegemonia na sociedade, havia a AIB surgiu, caracterizando-se, principalmente, pela atuação política. Segundo Oliveira (2009), o Integralismo possuía muitas semelhanças com o fascismo europeu, sendo uma organização de extrema direita, que valorizava a figura do Chefe de Estado e pregava uma concepção contrária à diversidade de partidos políticos, centralizando a política nas mãos de um Estado com plenos poderes. Manifestava-se, ainda, contrariamente à pluralidade de partidos políticos.

A constituição mítica do governo e sua necessidade em formar um novo perfil de “brasileiro”, revela a apropriação de cada indivíduo pelo Estado. A propaganda era o caminho utilizado para obter este resultado, através da personificação do chefe de governo que representava a figura do Estado. Este modelo de governo forte e centralizado tinha como lema “Deus, Pátria e Família”, o que justifica a relação entre o Estado e a Igreja Católica, neste momento em que os Círculos Operários Católicos entravam em cena.

Por sua vez, as mobilizações políticas de eram a expressão da classe trabalhadora. Uma forma de se fortalecerem na disputa contra os partidos mais tradicionais. Em função disso, a organização de classe passou a ser vista como um meio de rivalidade entre as diversas ideologias que se faziam presente entre os operários.

Parte-se do pressuposto de que estudos sobre a formação de um pensamento político, a constituição das classes sociais e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, contribui para a compreensão da História do País. Entre as correntes políticas de esquerda que se encontravam ativas no Brasil na década de 1930, os comunistas apresentavam uma boa organização frente ao movimento operário e a política nacional.

Esta característica se reflete na participação do PCB na política brasileira. Segundo Boris Fausto (1999), durante o período que analisamos, o PCB transformou-se em uma importante parte da expressão operária, uma vez que os anarquistas desapareciam e os socialistas desempenham papel inexpressivo.

O comunismo foi objeto de grande repressão em diferentes períodos da História, não só no Brasil, mas na maioria dos países em que tiveram uma satisfatória representação política, sendo visto pelas autoridades como uma ameaça à ordem vigente. No Brasil, há uma trajetória de repressão que cresceu com as primeiras greves de trabalhadores e o aparecimento das organizações de corrente comunista. Um olhar mais atento sobre a História do movimento de trabalhadores em nosso País é suficiente para percebermos as ações policiais perante os trabalhadores e comunistas.

Nos anos 30, foram formulados leis e decretos no intuito de minimizar as forças do movimento. A proibição de formação de grupos políticos, fechamento de jornais, repressão às manifestações, prisão de muitos militantes e fechamento de entidades e sindicatos eram uma das principais ações repressivas.

Os comunistas eram indesejados e por isso hostilizados, por meio das ações de prevenção. Refutavam a moral burguesa e tudo que a mantinha, assim como apresentavam aos trabalhadores a possibilidade de, através da conscientização, libertarem-se da exploração que sofriam. Por serem reconhecidos como uma ameaça à ordem, foram perseguidos e considerados criminosos, presenciaram a força da repressão liderada pelo governo.

No entanto, consideramos que a explicação mais cabível para este tipo de atitude é o perigo que os comunistas representavam à burguesia e ao Estado, manifestado através da militância cotidiana e da realização de greves.

Os comunistas, no intuito de buscar aparato legal para a sua atuação, elegeram, já em 1927, o Bloco Operário Camponês (BOC)<sup>9</sup> como uma estrutura jurídica responsável por garantir a sua ação, fazendo críticas radicais ao governo. O “combate ao comunismo” era notícia nos jornais da época, e eles, perseguidos pela repressão, encontravam formas de continuar com as suas atividades, fosse por meio de publicações feitas nos periódicos, ou através de organizações como a ANL e a Liga Eleitoral Proletária (LEP). Com a Insurreição de 1935<sup>10</sup>, eles sofreram violenta repressão, que se espalhou também sobre todo o movimento operário. Mesmo assim, alguns continuaram militando e apenas em 1937, com a decretação do Estado Novo, pode-se dizer que a sua atuação foi mantida, até 1939 de forma clandestina, inclusive no Rio Grande do Sul, quando a repressão o desarticula, voltando a atuar em 1943, também na clandestinidade.

De acordo com as concepções do governo, o temor em relação as manifestações populares tinham motivos para existir, pois, a experiência revolucionária havia levado o partido comunista ao poder na União Soviética. E é diante deste feito, que os jornais comerciais manifestavam aversão aos comunistas. No periódico *Rio Grande*, da cidade do Rio Grande, fica claro isto:

[...] existem mais de trezentos homens que são indivíduos perigosos, conhecidos criminosos, contraventores, sem ocupação e que perambulam pelas ruas da cidade, depois do cumprimento de várias penas, facilmente utilizáveis pelos comunistas para auxiliá-los na sua ação destruidora das instituições vigentes, ou que se aproveitariam da gravidade da situação para que, com suas especialidades e habilidades, alarmassem a população<sup>11</sup> (*Rio Grande*, 09/03/1936).

A partir das declarações que o juiz Barros Barreto, encarregado de inquirir os presos políticos, fez à imprensa local, a prisão destes indivíduos é considerada uma medida de segurança pública contra o “perigo vermelho”.

---

<sup>9</sup> [...] O Bloco Operário Camponês seria formado por “centros, comitês e agrupações políticas de proletários e camponeses, não existindo, portanto, adesões individuais, pois todo membro do Bloco necessariamente deveria estar ligado a um desses organismos [...] (KAREPOVS, 2006, p. 76).

<sup>10</sup> A Insurreição Comunista foi uma revolta, organizada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) que ocorreu em 1935 e que tinha por objetivo realizar mudanças políticas, econômicas e sociais no país.

<sup>11</sup> Neste trabalho, optamos por não manter a escrita original do documento, realizando a adaptação da grafia, conforme as regras atuais

Segundo ele, estes “marginais” poderiam ser influenciados pelos comunistas, ameaçando ainda mais o bem-estar da população rio-grandina.

De acordo com o discurso do jornal, ideias “perigosas” de “agentes da perturbação” da ordem, não ‘serviam” para a sociedade brasileira, a qual possuía um Estado preocupado com a disciplina e bem-estar de seu povo. Para isto, seria indispensável colocar em prática a prevenção, “desintoxicando” o ambiente e limpando a atmosfera moral destas influências, evitando que os mais jovens fossem “afetados” e desviados do bom caminho, sob a influência dos “perversos comunistas”.

Essa obra deve começar dentro da própria administração pública, pelo afastamento de todos os que exercendo funções remuneradas pelo Estado, servem ao credo comunista, pregando-o, protegendo-o, abalando ao mesmo tempo, o princípio de autoridade e enfraquecendo a sua ascendência disciplinadora [...] (*Rio Grande*, 13/01/1936).

O comunismo, através das páginas do jornal *Rio Grande*, foi apresentado como a principal ameaça enfrentada pela sociedade brasileira. O jornal tem um discurso próprio em relação a ele, como sendo um movimento venenoso para a população. Segundo ele, é necessário ter cuidado com estas ideologias, pois buscam prejudicar a ordem social.

Para o *Rio Grande*, entre os “pregadores” do comunismo, encontram-se os professores, que [...] disfarçados de marxistas, em ideólogos da nova era social, são os que envenenam o ambiente, turvam as águas, ensinando o comunismo nas escolas [...] <sup>12</sup>.

Neste período, os trabalhadores e setores que se manifestavam politicamente, na luta por seus direitos sociais e políticos, acabaram atraindo a atenção de grupos encarregados por reprimir este tipo de atuação. Dessa forma, cada vez mais a repressão policial passa a ser observada como um problema para os setores que tinham ideias contrárias aquelas que eram defendidas pelo Estado e/ou possuíam orientações políticas diferentes. Para os trabalhadores da década de 1930, havia uma relação direta entre a luta pelos direitos e a repressão política.

---

<sup>12</sup> *Rio Grande*, 18 de janeiro de 1936.

Uma das hipóteses de Konrad<sup>13</sup>, é a de que por mais que o discurso propagado pelo governo, pós 1930 fosse de ir ao encontro e sanar as necessidades dos trabalhadores, a questão social continuou sendo vista como caso de polícia, isto devido a repressão que rondava os movimentos dos trabalhadores.

Seja por meio das associações sindicais, pelo lançamento de folhetins e panfletos, ou mesmo através dos periódicos, os trabalhadores enfrentaram a repressão e o rompimento do seu trabalho organizativo, em um momento onde a questão social continuava sendo vista como um “caso de polícia”. Segundo Oliveira (2002):

Os trabalhadores enfrentaram a repressão e a descontinuidade de suas práticas associativas, muitas vezes abaladas pela própria instabilidade econômica. Contudo, a super exploração do trabalho, a resistência patronal em admitir qualquer interferência pública no regime fabril, sua relutância em aceitar a participação sindical em negociações coletivas, a abordagem predominante da questão social como ‘caso de polícia’ e a resistência do poder oligárquico em promover a incorporação política e social dos trabalhadores estimularam a politização dos conflitos trabalhistas [...] (2002, p. 12).

A repressão policial afetava a organização dos trabalhadores em geral, mas eram os militantes dos setores de esquerda, como os comunistas, os que mais presenciavam o “controle” do governo.

As reivindicações dos trabalhadores por proteção ao trabalho iniciaram antes mesmo da década de 30. No entanto, foi após com a “Revolução de 1930” que ocorreu o surgimento de estruturas responsáveis por gerenciar os conflitos entre Capital e Trabalho, através da instituição da legislação social e da justiça do trabalho no País. Frente a isso, em 1931, o Departamento Nacional do Trabalho e o Conselho Nacional do Trabalho que haviam sido criados já na década de 1920, passaram por uma reorganização, de forma que começaram a atuar perante as questões trabalhistas que surgiam.

Entre os projetos do Estado que tinham a finalidade de atuar sobre as ações dos trabalhadores, o Decreto número 19.770, de 19 de março de 1931<sup>14</sup>,

---

<sup>13</sup> KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo**: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004.

<sup>14</sup> Ver MULLER, Meire Terezinha. **A lousa e o torno**: a escola SENAI Roberto Mange. Tese de Doutorado, FE/UNICAMP, 2009. A autora se detém a analisar este decreto.

sinalizou a lei de sindicalização, a qual buscou fazer com que os órgãos de representação dos trabalhadores estivessem ligados ao Estado, através de um sistema corporativista, em que apenas um sindicato por categoria seria reconhecido pelo governo, sendo que, os demais eram considerados ilegais. Ou seja, o Decreto, estabeleceu a unicidade sindical e a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Ministério, projetou o “controle” das atividades sindicais pelo Estado através do envio de relatórios que detalhavam acontecimentos sociais.

Este Decreto foi uma ameaça para a ação independente dos sindicatos livres, ao introduzir um regime tutelado pelo Estado.

Esta lei contava com o apoio da burguesia industrial em ascensão no País, buscando criar, para um Brasil pós 30, um outro perfil de operários, isto a partir da nova indústria, com ares modernos e empenho na organização de seus trabalhadores.

Müller (2009) sinaliza que a representação dos sindicatos era feita pelo Departamento Nacional do Trabalho, por meio de um grupo formado por trabalhadores de grandes indústrias do centro do País, o que impossibilitava a participação dos demais, evidenciando o falso discurso de cooperação e de luta em prol do bem-estar entre os trabalhadores e o Estado.

Esta nova forma de organização, representada pelas leis trabalhistas que, de certa forma, amparavam a intervenção do Estado, passou a dividi-los por categoria, fazendo com que o movimento perdesse a união que os sustentava. A partir deste momento, os trabalhadores passaram a ser vistos em sua individualidade, únicos responsáveis por seus atos.

Neste mesmo processo, no ano de 1932, ocorre a ampliação dos órgãos governamentais relacionados as questões trabalhistas, pois, vinculadas ao MTIC, foram criadas as Comissões Mistas de Conciliação (Decreto nº 21.396/32) e as Juntas de Conciliação e Julgamento (Decreto nº 22.132/32). As primeiras com a finalidade de atender a demanda de ações trabalhistas em âmbito coletivo, sendo criadas em municípios que tivessem a representação de um sindicato de classe ou então em locais estipulados pelo MTIC. Já as segundas para ações individuais, eram caracterizadas pelo seu perfil rápido e barato de resolver os dissídios trabalhistas.

No entanto, somente as cidades com concentração fabril poderiam contar com a presença das Juntas Trabalhistas. Para isto, era nomeado um delegado ligado ao MTIC que atuava como mediador entre o sindicato e o patrão, além de fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas.

Um trabalhador para apresentar uma reclamação, deveria estar filiado ao sindicato, pois através dele poderia registrar a queixa. Após o registro, o próprio sindicato intermediaria o conflito, como uma instância primeira e obrigatória, ou através da Inspetoria Regional do Trabalho. Caso não houvesse acordo com a empresa, o sindicato ou então o delegado do MTIC encaminhava uma petição para a Junta de Conciliação e Julgamento e se iniciava um processo trabalhista.

Em 1932, foi grande a criação de leis que tratavam sobre a temática “Trabalho”. Momento em que se legitimou a jornada de oito (8) horas, bem como o trabalho de menores de idade e o trabalho feminino. Este perfil intervencionista do Estado, diante das organizações dos trabalhadores e das mobilizações protagonizadas por eles, está baseado na questão da sindicalização, a qual diz respeito a oficialização dos sindicatos e sua “colaboração” com o poder público. Dessa forma, o funcionamento dos sindicatos deveria estar de acordo com a normatização do Estado, podendo ele enviar representantes para participar das assembleias, assim como tinha o direito de cassar a permissão de seu funcionamento.

A sindicalização não era de caráter obrigatório aos trabalhadores, no entanto, o governo contornava essa situação, afirmando que só poderia se beneficiar da legislação social, o trabalhador que estivesse vinculado a uma entidade registrada oficialmente no MTIC.

É concebível que medidas como estas influenciavam o fortalecimento da burguesia industrial que, ao implementar as suas ideias no espaço fabril e no Estado brasileiro, vão, aos poucos, ganhando participação no governo de Getúlio Vargas. Além de representarem a eliminação da autonomia sindical, com a permanência do sindicalismo corporativo e excitação dos conflitos de classe. Diante deste cenário, as forças políticas liberais e a Igreja Católica acabaram por legitimar o autoritarismo de Getúlio Vargas.

Com isso, os Círculos Operários, ligados à Igreja Católica e a Ação Integralista Brasileira (AIB), ambos criados em 1932, entravam em cena nesta

disputa pelo poder, seja no espírito colaboracionista com o grupo predominante, no intuito de manter a mesma ordem política e social, ou então com o objetivo de modificá-la.

Todas estas mudanças fizeram com que as entidades representativas dos trabalhadores revisassem as suas ações, os caminhos que utilizavam para realizar as suas reivindicações e como se encontrava a sua relação com o Estado.

Em abrangência estadual, em fevereiro de 1933, em Porto Alegre, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) foi fundada, reunindo alguns sindicatos da capital do estado e de cidades do interior (Rio Grande e Pelotas), logo tornando-se a representatividade máxima do movimento sindical no Rio Grande do Sul (LONER, 1999).

O caráter corporativista do trabalhismo de Vargas ficava cada vez mais visível, sendo possível de se observar no papel que a Justiça do Trabalho teve que exercer, sobretudo a partir de 1934, quando as relações coletivas se encontravam cada vez mais sufocadas pelo “controle” sobre os sindicatos e a proibição das greves.

Segundo a Constituição Federal de 1934<sup>15</sup>, a qual esteve atuante até o ano de 1937, quando foi instituído o Estado Novo, no título IV, referente a “Ordem Econômica e Social”, artigo 122, a Justiça do Trabalho é um órgão responsável por “[...] dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social [...]”.

Posteriormente, em 1937, a Constituição<sup>16</sup> manteve, no artigo 139, tópico “Da Ordem Econômica” o mesmo posicionamento sobre os dissídios entre empregadores e empregados:

Para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituída a Justiça do Trabalho, que será regulada em lei e à qual não se aplicam as disposições desta Constituição relativas à competência, ao recrutamento e às prerrogativas da Justiça comum.

---

<sup>15</sup> Link de acesso da Constituição Federal de 1934:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm), acessado dia 20 de fevereiro de 2016, às 10h:50min.

<sup>16</sup> Link de acesso da Constituição Federal de 1937:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm). Acesso em: 17 de fevereiro de 2016, às 13h:15min.

De acordo com o jornal *O Tempo*<sup>17</sup>, de Rio Grande, após a promulgação da “nova constituição”, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos dirigiu ao MTIC uma consulta sobre a interpretação dos dispositivos de lei de férias. Como resposta a esta consulta, o titular do posto, Valdemar Falcão, transmitiu a União o seguinte parecer do consultor jurídico do ministério.

Parece-me que a exigência feita pelo decreto nº23.668 de 14 de janeiro de 1934, de que o operário, para gozar férias, seja sindicalizado, se acha revogado pelo disposto artigo nº 134 da Constituição Federal de 1937. Na verdade, esse artigo estabelece para a legislação constitucional as várias condições que devem ser observadas pela legislação trabalhista aplicável indistintamente a todos os trabalhadores.

Dentro dessas condições, o trabalhador tem direito a uma licença anual remunerada. São condições básicas para gozar da licença anual remunerada, ou melhor, das férias, que o serviço tenha sido prestado durante um ano e que tenha sido ininterrupto. Se fosse exigida a condição de sindicalizado para o trabalhador ter direito as férias, estariam impondo requisitos não compreendidos no preceito constitucional, no qual diz “[...] a associação profissional em sindicato é livre”. O consultor jurídico, por sua vez, ainda declara que: “Tenho sustentado que o direito de férias independe de condição de sindicalizado. Não tenho motivo para modificar essa convicção”.

Em meio a tantas mudanças que aconteciam no setor político, e aos conflitos que mostravam a instabilidade social presente no País, no Rio Grande do Sul, a Igreja Católica desempenhou um papel importante no amparo das novas ações do governo. Como indica Loner (1999), na cidade de Pelotas, em 1932, foram criados os Círculos Operários Católicos, uma forma encontrada pela igreja para se aproximar dos trabalhadores e buscar apoio para a política do Governo Provisório.

Esse apoio dos trabalhadores gaúchos às propostas do MTIC não seguiu em 1933. Segundo Petersen (1992), a FORGS, decepcionada com o Inspetor Regional do Trabalho, pois o mesmo não estava desempenhando o seu dever de fiscalização do cumprimento da legislação social da forma como deveria, decidiu aderir a sindicalização livre, em novembro de 1933.

---

<sup>17</sup> *O Tempo*, 03 de outubro de 1937.

Desvinculando-se, oficialmente do MTIC, em 1º de maio de 1934 e associando-se ao Partido Comunista.

No 1º de maio de 1934, em Porto Alegre, foram realizadas comemorações da data, reunindo representantes da classe operária em um Congresso, evento em que foram discutidas as necessidades do proletariado gaúcho e a relação que a entidade estava mantendo com o governo.

Em assembleia realizada no dia 16 de julho de 1934, a entidade decidiu fundar a LEP, como órgão político do proletariado, que tinha por objetivo concorrer às eleições de 1934. Ela buscava agregar todos os trabalhadores do País, a fim de conquistar as reivindicações destes trabalhadores (KONRAD, 2004).

Em julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito Presidente da República, por via indireta. Com o fim do Governo Provisório e com a contínua insatisfação da FORGS, diante das medidas tomadas pelo governo, no que se refere aos interesses dos trabalhadores, a LEP dá início em sua peregrinação por algumas cidades do estado, inclusive Rio Grande, divulgando e formando comitês da Liga. Apesar de seus esforços, a LEP não conseguiu eleger nenhum representante nas eleições de outubro de 1934, no entanto, a derrota não impediu que a formação de comitês continuasse pelo estado.

Nesta passagem de 1934 para 1935, ao mesmo tempo em que o grupo que buscava reformas radicais, também lutava pelo fortalecimento da ANL e pela organização de greves, o governo Vargas procurava medidas para banir qualquer avanço destas lideranças.

Diante dos movimentos grevistas que ocorreram em 1935, os quais contavam com o apoio da FORGS, a entidade foi fechada pelo governo, pois, desde 1934 a relação entre ambos se encontrava frustrada. Com isso, o governo passou a contar somente com algumas associações, os Círculos Operários e o Partido Trabalhista Rio-Grandense, este último fundado neste mesmo ano.

De acordo com Luiz Werneck Vianna, até o ano de 1935, o sindicalismo oficial foi instituído na maioria dos estados do País, pois, neste momento, os ímpetos autonomistas já haviam sido eliminados com a derrota da ANL. Quanto ao fechamento da Aliança, o governo alegava o manifesto lançado por Luiz

Carlos Prestes, em nome da ANL, o qual fazia referência a formação de um governo revolucionário através de um levante popular (FAUSTO, 1999).

Em 1935, foi fundada uma organização que tinha por objetivo ser a base das lutas contra o Integralismo e o Fascismo, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Entrava em cena esta frente que congregava pessoas insatisfeitas com o Governo Vargas, uma frente antifascista, antilatifundiária e antiimperialista. A ANL atuava por meio de grandes reuniões, mobilizando uma vasta quantidade de trabalhadores. Por causa de sua força, ela era temida pelas demais classes, o que resultou no aumento nos atos de repressão. As forças que estavam em tensão na sociedade, protagonizaram no ano seguinte, a Insurreição da ANL, movimento de amplitude nacional ocorrido em novembro de 1935, uma tentativa de ascensão ao poder liderada pelo Partido

Assim, neste período marcado pela implantação de medidas que buscavam regular a vida dos trabalhadores, a repressão estava presente com o intuito de evitar a atuação de grupos de esquerda no cenário nacional.

Neste momento, encontrava-se na imprensa um discurso intransigente sobre o comunismo, como sendo um movimento prejudicial a estabilidade do País, estando ele condenado a se manter na mais extrema violência, em oposição ao crescimento material do Brasil. Visando, por todos os meios, sistematizar e implantar a desordem para criar-se, assim, condições de êxito e oportunidades que lhes permitissem obter o poder para exercê-lo em nome e em proveito de um pequeno grupo.

Em resumo, somente o nacionalismo poderia combater o “perigo comunista”, salvando o Brasil dos perigos internos que assolavam a harmonia nacional. Esta força nacionalista deveria ser conduzida por uma liderança que estivesse apoiada nos valores morais e religiosos, tendo em vista a disciplina e a hierarquia.

A punição dos culpados e responsáveis pelos acontecimentos de novembro impõe-se como ato de estrita justiça e de reparação, como exercício legítimo do direito de defesa da sociedade, em face da atividade criminosa e organicamente antissocial dos seus inimigos declarados e reconhecidos. Impõe-se ainda mais, pelo dever que o Estado tem de salvaguardar a nacionalidade atacada e ameaçada [...] (*Rio Grande*, 09/03/1936).

Aqui, o jornal se refere a “Intentona Comunista”, movimento organizado pelo PCB que, ao lado da ANL ganhou visibilidade política na sociedade brasileira, e seus militantes, por sua vez, presenciaram as ações repressivas.

Em 1935, o crescimento da mobilização dos trabalhadores, o aperfeiçoamento na organização da ANL e a maior participação do PCB no cenário público, fez aparecer na imprensa, registros de que o Estado tomaria atitudes repressivas contra as manifestações políticas que demonstrassem hostilidade ao governo.

### **I.II. A influência de diferentes correntes políticas entre os trabalhadores na década de 1930**

Entre as correntes políticas que se encontravam na liderança do movimento de trabalhadores, durante a década de 1930, temos os socialistas, anarquistas e os comunistas e os trabalhistas. Apesar das diferenças em suas propostas, havia entre eles semelhanças que sustentavam a sua presença entre os trabalhadores, pois buscavam a união da classe, por meio da criação de associações, defendendo a crescente participação política do grupo.

Os comunistas possuíam propostas amplas, com intervenção político-partidária, o que gerou conflitos com o Estado, pois a repressão se abateu consideravelmente sobre o movimento, prejudicando as suas ações frente as propostas de mobilização sindical.

Os jornais diários de Rio Grande divulgavam informações sobre o movimento dos trabalhadores e, por sua vez, das ações dos militantes comunistas. Fato este que prejudicava a organização dos militantes, pois, neste período, estes jornais utilizavam um discurso nacionalista que dizia que o cidadão deveria adorar a figura de sua representatividade máxima, o chefe de Estado, contribuindo para a desorganização da classe.

O governo utilizou-se de métodos repressivos suscitados, sobretudo, a partir de 1935. Tanto que os próprios líderes sindicais, como os comunistas, aceitaram fazer parte da estrutura sindical. Assim, foram deixando de lado a luta direta contra a Lei de Sindicalização e passaram a disputar a direção dos sindicatos agora oficiais, buscando desta outra forma, conquistar a autonomia de tais entidades, uma maneira de burlar a vigilância policial. Entre os métodos

utilizados pela polícia, estava a vigilância, sendo possível de ser percebida inclusive no interior das fábricas.

A vigilância era opressiva, atuando inclusive dentro das fábricas, conforme consta do relatório do presidente da SUO no ano de 1934, o qual denuncia ameaças e arbitrariedades que pesam e recaem sobre trabalhadores de vanguarda com o fim de amedrontar as massas. Essas ameaças eram feitas pelas policias especiais, criadas para isso e existentes dentro de cada fábrica ou oficina [...] (LONER, 1999, p. 495).

A polícia, responsável pelo “controle” desempenhado pelo Estado, observava as manifestações de esquerda como crimes, exercendo vigilância sobre eles. O que nos permite constatar a importância exercida pelo aparato policial para o governo, pois deixa claro a sua disponibilidade em atender a um projeto político que intencionava aprisionar determinadas categorias da população. Neste contexto, a posição contrária do Estado para a luta dos trabalhadores, é o princípio que orienta a disciplina e organização social neste período.

Na década de 1930 ocorreram mudanças que marcaram a História do Brasil. Primeiramente, se teve mudanças no interior de uma classe social que até então ocupava o topo da pirâmide social brasileira, a elite cafeeira. De um outro lado, ocorreu o fortalecimento da burguesia industrial e o aumento do número de trabalhadores que viviam na cidade. Diante desta conjuntura, o Estado implantou estratégias que possibilitaram a sua estabilidade nesta sociedade.

Para Alexandre Fortes (1999, p. 38 – 42), os conflitos que marcaram a década de 30 resultaram em um processo que foi um marco para os diferentes grupos sociais que fizeram parte desta luta, na qual a “[...] experiência deixou raízes tão profundas quanto aquelas do corporativismo na consciência de classe dos trabalhadores brasileiros”.

Por isso, podemos dizer que durante o primeiro governo de Vargas, com as conquistas ou falta delas, o trabalhador obteve o acúmulo de experiência para novos enfrentamentos. Segundo Fortes, a oficialização dos sindicatos foi marcada pelo empoderamento de práticas reivindicatórias por parte dos trabalhadores e por ações repressivas desempenhadas pelo empresariado e pelo Estado.

Como é possível percebermos pelas publicações do jornal *Rio Grande*, o estado gaúcho, também foi palco de todos estes acontecimentos que compunham a trajetória da classe trabalhadora, de suas organizações e reivindicações.

O período marcado pelo fim do trabalho escravo e instituição da República mostra que em muitas cidades do País, ocorreu um processo de industrialização, e com ele, o aumento no número da população. Este fenômeno também aconteceu de forma diferenciada na cidade do Rio Grande/RS, a qual abrigava grande quantidade de trabalhadores, devido as indústrias presentes no Município. Tal movimento de eclosão foi possível, devido a posição geográfica estratégica em que está inserida, haja vista, o fato de se tratar de uma cidade portuária.

De acordo com a análise de Loner (1999), a população operária em Rio Grande, nos últimos anos do século XIX, excedia 8.000 trabalhadores, chegando a quantificar 10.000 pessoas em 1897. Se levarmos em consideração a perspectiva de Alves (2005) que apresenta um total de 30.000 habitantes na cidade durante o mesmo período, observamos um número considerável de operários presentes no Município.

Devido a estes aspectos foram sendo implementadas, em Rio Grande, ao redor das fábricas, instalações que serviam como moradias, atribuindo à cidade uma formatação peculiar. Sendo estes os fatores que caracterizaram as modificações no espaço urbano citadino, além de evidenciar a necessidade de organização que começa a surgir entre os operários. Como consequência deste processo e no intuito de congregar as diversas classes profissionais da cidade, foi criada uma entidade que tinha por objetivo atuar como representante dos trabalhadores rio-grandinos, se trata da SUO.

Loner (2009) salienta que a “Revolução de 1930” foi responsável por gerar, no Rio Grande do Sul, uma nova compreensão sobre a unificação das forças políticas regionais. Como consequência disso, ocorreu uma desestruturação da força política que predominava durante a República Velha, dando início a um conjunto de transformações no País e, por conseguinte, no estado gaúcho.

O desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul apresentou algumas características peculiares quanto a acumulação do capital, isto se deve as suas atividades comerciais e não as tradicionais produções agrárias.

Segundo Martins (2006), assim como em São Paulo e no Rio de Janeiro, o estado gaúcho despontou nesta dinâmica econômica de acumulação do capital. A instalação da primeira indústria ligada ao mercado têxtil representou a cidade do Rio Grande neste cenário industrial que se encontrava em crescimento.

Uma característica importante para entendermos o papel de Rio Grande, no que tange ao desenvolvimento industrial do estado e do País, é o fato de se ter um mercado voltado para o consumo nacional e não regional, pois, Rio Grande, não possuía um mercado consumidor propício para o consumo deste perfil de mercadorias, enquanto a mão de obra presente na cidade não apresentava condições significativas de consumo. Isto também ocorria nas demais regiões do estado, as quais eram compostas por trabalhadores ligados ao setor agropecuário, e que muitas vezes produziam para a sua subsistência.

A expansão do mercado consumidor se dava de duas formas: por meio da elevação do poder aquisitivo de alguns grupos que já possuíam alta renda, e pela integração de setores sociais inseridos no mercado de trabalho com melhor remuneração. Esse segundo caminho caracteriza o perfil de desenvolvimento industrial das cidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Neste período, marcado pela crise de 1929, o estímulo as exportações mantinham o ritmo produtivo de empresas sulistas concorrentes com as indústrias do Sudeste do País. Este processo fez com que as indústrias têxteis de Rio Grande, Rheingantz e Ítalo Brasileira, mantivessem a sua escala de produção. Dessa maneira, a Grande Depressão de 1929, de certa forma, impulsionou a produção das indústrias do interior do estado.

Graças a estes elementos, Rio Grande conseguiu trazer investimentos fabris de diferentes setores, visto que a diversificação produtiva era algo característico da época. Assim, as indústrias têxteis, a fábrica de calçados, a de alimentos em conservas e a fábrica de charutos, são exemplos de empresas instaladas na cidade já entre o final do século XIX e início do XX.

É importante citar que estas empresas empregavam mais de uma centena de trabalhadores, sendo que algumas, ultrapassaram mil operários,

um número considerável se levarmos em consideração a quantidade de pessoas que moravam na zona rural neste período (RHEINGANTZ, 1982)<sup>18</sup>.

A Companhia União Fabril Rheingantz, por exemplo, fundada em 1873, por Carlos Rheingantz, trabalhava com o beneficiamento da lã, produção de tecidos de algodão, roupas e tapetes. A fábrica chegou a abrigar mais de 1.200 funcionários entre 1910 e 1920, com atividades no turno da manhã e da noite<sup>19</sup>.

O crescimento da produção paulista acarretava forte concorrência para os produtos feitos em Rio Grande, visto que os manufaturados de São Paulo eram comercializados por um valor menor, devido à proximidade com o seu mercado consumidor, a própria região Sudeste do País.

Assim, a partir de 1930, com a tentativa de se gestar uma economia nacional localizada, surgiram algumas mudanças no cenário brasileiro, elencando a produção de bens duráveis como protagonistas desta nova configuração do mercado, tal fenômeno refletiu-se em Rio Grande, incentivando o Município a adaptar-se a estas condições.

Se por um lado as empresas têxteis presentes na cidade eram afetadas com os novos preceitos econômicos, por outro, ocorria a instalação de fábricas que visavam atender diferentes setores da economia, como a produção pesqueira e indústrias que trabalhavam com o beneficiamento de matéria-prima.

No setor pesqueiro foi instalada em Rio Grande uma empresa de pescado, a Indústria e Comércio Figueiredo S/A, fundada em 1935<sup>20</sup>. A abertura de fábricas ligadas a pesca industrial, coincidiu com o período em que estava ocorrendo o fechamento de fábricas têxteis. Estas indústrias que trabalhavam no âmbito da pesca proliferaram posteriormente, nas décadas de 1940 e 1950, aumentando significativamente o número de seus operários.

Outro investimento de ordem fabril durante a década de 1930 em Rio Grande foi a instalação da Refinaria de Petróleo Ipiranga, em 1937. Para a população da época, a sua fundação fugia do comum, pois este tipo de indústria se fazia mais presente na Região Sudeste do País.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Entrevista cedida por Jacques Rheingantz, no ano de 1982, a Maria Regina da Silva Freitas. Disponível no CDH/FURG.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Fontes dos dados: Solismar Fraga Martins (2006).

A refinaria tinha por principal atividade o refino do petróleo importado, sendo resultado de alianças de empreendedores da região do Prata com fazendeiros de Uruguaiana. Segundo Pesavento (1985, p. 103), "tal empreendimento corresponde numa das poucas iniciativas em que se concretizou a transposição de capitais agrários para a indústria".

Se a economia da cidade do Rio Grande apresentou mudanças durante as três primeiras décadas do século XX, o mesmo podemos perceber no crescimento populacional. Nos 10 primeiros anos do século, os índices de crescimento da população atingiram o seu ápice, ultrapassando 34%. Posteriormente, durante as décadas de 1920 e 1940, os números são menos expressivos, não ultrapassando os 16%<sup>22</sup>, esta queda no ritmo de crescimento acompanha as mudanças do setor fabril, repercutindo no número de trabalhadores inseridos na indústria.

Dessa forma, ao observarmos o processo de expansão industrial, não podemos deixar de perceber que a instalação de uma fábrica não abarca somente a sua estrutura física, mas há outros elementos que configuram o espaço fabril, como os empresários, o comércio local, o Estado, o qual se beneficia diretamente deste empreendimento, e os inúmeros trabalhadores que, juntamente com suas famílias, envolvem-se neste processo.

Essa primeira fase de desenvolvimento industrial que ocorreu em Rio Grande propiciou o surgimento de uma "elite" econômica para o Município, ao mesmo tempo em que o trabalhador habitava miseravelmente o mesmo espaço urbano. Essa elite foi adaptando a cidade para melhor atender as suas necessidades. Com isso, criou ambientes próprios para o seu lazer, como clubes e teatros.

Se a cidade do Rio Grande, em 1872, apresentava um total de 23.962 habitantes, de acordo com o censo municipal, em 1911, o número de pessoas morando na cidade dobrou, chegando a 44.835 habitantes. Ou seja, a cidade não presenciava apenas um avanço econômico ao incorporar indústrias, mas também uma forte procura de empregos e com a sua oferta, ocorre a chegada de um considerável contingente de pessoas.

---

<sup>22</sup> Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Foi no final do século XIX e início do século XX que estas transformações aconteceram. Neste momento, foram realizadas também construções com a finalidade de trazer melhorias para a infraestrutura da cidade. No entanto, Martins (2009) indica que apesar do crescimento urbano e econômico de Rio Grande, o Município não seguiu desta mesma forma durante a década de 1930, pois as indústrias que haviam sido instaladas, não elevaram a sua produção, devido à falta de inovação tecnológica.

Entre as três cidades do Rio Grande do Sul que tiveram o predomínio de um polo industrial considerável, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, esta última é a menor cidade, por isso, nela o agrupamento de trabalhadores era mais evidente.

Diante das suas condições de vida, com longas jornadas de trabalho, falta de seguridade social e péssima remuneração, tornou-se inevitável a organização e mobilização destes operários. Para sanar estas dificuldades mais urgentes, Loner (2001), destaca que eles desenvolveram dois tipos de instrumentos:

A organização de sociedades de mútuo socorro, para a qual cada associado contribuía mensalmente e a união em torno de lutas comuns, através de movimentos de greve ou mobilizações, por aumento de salário ou melhores condições de trabalho, diminuição da jornada de trabalho, regulação do trabalho de crianças e mulheres. Posteriormente, ao lado dessas sociedades de auxílio mútuo, desenvolveram-se os primeiros sindicatos, chamados sociedades de resistência pelos libertários que denunciavam o caráter beneficente das sociedades mutualistas (2001, pg. 22-23).

Estas características estiveram presentes entre o movimento dos trabalhadores em todo o País, como também na cidade do Rio Grande. Sendo levadas adiante por grupos de diferentes correntes ideológicas que fazem parte da História do movimento de trabalhadores de Rio Grande, são eles os anarquistas, socialistas e comunistas, mesmo que, em certos momentos, tenham disputado o gerenciamento do movimento.

Na década de 30, a situação dos trabalhadores não obteve melhorias. Este foi o período que ainda apresentava as marcas da crise econômica de 1929, que atingiu as atividades produtivas, inclusive a indústria e o comércio de

Rio Grande. O que gerou falta de empregos e queda na qualidade de vida dos trabalhadores locais.

Diante dessa situação, os jornais ligados a causa operária começaram a divulgar as precárias condições a que os trabalhadores estavam submetidos. No entanto, tais notícias e a propagação de seus conteúdos não preocupava os patrões, pois, segundo as suas palavras, o mercado estava com reserva de mão de obra (LONER, 1999)

Na década de 1930, a participação dos trabalhadores, no que se refere ao movimento sindical, se deu após a promulgação da Constituição de 1934. Para fortalecer o movimento de trabalhadores e amparar o movimento sindical, foi criada a LEP, a qual estava ligada a FORGS e funcionava como um auxílio para a participação dos trabalhadores em âmbito eleitoral. A LEP, de orientação comunista, era organizada pelo PCB e percorreu, no formato de caravana, algumas cidades do estado, entre as quais se encontra Rio Grande.

A caravana passou pela cidade do Rio Grande em julho de 1934. A diretoria da Liga era composta por trabalhadores filiados a SUO<sup>23</sup>. Ainda em 1934.

A repressão em Rio Grande tornou-se ainda mais rigorosa, o que resultou no fechamento da SUO, em 18 de agosto de 1936. Este acontecimento prejudicou a permanência do movimento de trabalhadores na cidade. No ano de 1937, o mesmo motivo, o rigor repressivo, levou ao cancelamento das atividades do jornal operário *A Evolução*, sendo ele substituído pelo jornal *A Voz do Povo*.

Por fim, observamos que o movimento de trabalhadores na década de 1930 foi caracterizado pela ação do Estado, por meio da atuação do MTIC, da sindicalização e através das leis trabalhistas instituídas pós “Revolução de 1930”. Frente a estas mudanças, o movimento sindical incorporou-se a estas novas estruturas. Lideranças sindicais que seguiam a corrente comunista optaram por fazer parte desta nova proposta sindical.

Um período da história do trabalho em que o Estado instituiu grande parte das leis trabalhistas que o auxiliaram na sua ação sobre os trabalhadores, implicando na imposição de uma única forma de organização

---

<sup>23</sup>*A Evolução*, 05 de agosto de 1934.

das entidades de classe, sendo esta uma maneira eficaz de representação de seus interesses.

## **CAPÍTULO II - "Navegar é preciso, viver não é preciso": a formação da classe operária em Rio Grande, um olhar a partir do jornal *A Evolução***

A "Revolução de 1930" trouxe consigo algumas modificações. Pois, a partir deste momento, não se buscava mais eleger diferentes grupos para governá-lo, se tratava de uma transformação na estrutura política e social do País, a princípio, capaz de agrupar todas as classes sociais.

No que se refere à condição de vida dos trabalhadores, esta melhorou nesses anos. Mesmo se tratando de um período marcado pela depressão econômica que culminou na queda da produção, aumento do custo de vida e falta de empregos.

Diante desta situação, os jornais iniciaram a divulgar as péssimas condições de moradia em que se encontravam os trabalhadores, inclusive aqueles que residiam na área urbana há mais tempo, ao redor das fábricas. Além da falta de estrutura das habitações, em Rio Grande, os trabalhadores ainda enfrentavam dificuldades na sua locomoção no interior da cidade, a qual era feita através do único serviço público de transporte disponível aos operários na época, o bonde.

Nem todos os operários tinham condições para utilizar sapatos, mesmo fora do trabalho, e por isso, embarcavam nos bondes uns de chinelos e outros de tamancos. Diante disso, surgiu um impedimento, os trabalhadores que calçavam chinelos ou tamancos estavam sendo proibidos de sentarem-se nos bancos dos bondes<sup>24</sup>.

Outro efeito das más condições de vida dos trabalhadores, era o crescente número de crianças morando na rua. Em Rio Grande, os menores eram encontrados vagando pelos bares, cafés, praças ou ao redor do Mercado Público. Dormindo ao relento quando não estava chovendo, ou abrigando-se no interior de canos, canoas velhas e sucatas do Porto quando chovia<sup>25</sup>.

Se grande é o número de crianças morando na rua, não é menor a quantidade de meninos e meninas submetidos a um regime de trabalho em fábricas, casas de comércio e oficinas da cidade<sup>26</sup>. Com um salário reduzido,

---

<sup>24</sup> *A Evolução*, 17 de maio de 1936.

<sup>25</sup> *A Evolução*, 10 de maio de 1936.

<sup>26</sup> *A Evolução*, 28 de junho de 1936.

que mal dava para pagar a sua alimentação, desenvolviam atividades que estava em desacordo com as suas condições físicas, durante um grande período de horas.

## **II.I. O A *Evolução* e a organização dos trabalhadores em Rio Grande na década de 1930**

Em Rio Grande, as condições de trabalho foram aos poucos melhorando. As denúncias feitas pelos sindicatos foi o que possibilitou isto acontecer. Neste momento, a tuberculose alastrava-se entre os trabalhadores urbanos, mas, segundo os sindicalistas e a imprensa operária, os industriais não se preocupavam com a presença da doença entre os seus trabalhadores, pois, para cada operário doente, havia “no portão da fábrica, a escolher, um grande exército de escravos, desocupados, famintos para preencher os claros que se ia verificando nas fileiras de seus servidores”<sup>27</sup>.

As indústrias de conservas recebiam muitas queixas, principalmente, fazendo referência a forma como tratavam os seus trabalhadores. Em 1934, o jornal *A Evolução* registra as péssimas condições de trabalho da fábrica Gallo, além da utilização da mão de obra infantil e más condições de higiene presentes na indústria. Em 1935, há registros de que a Companhia Swift tratava com diferença os operários estrangeiros dos nacionais, esta distinção se refletia até mesmo na alimentação dos trabalhadores<sup>28</sup>. Já em 1936, o jornal divulga o excesso de trabalho desempenhado inclusive, por menores de idade na fábrica Cunha Amaral. O periódico ainda relata que se ocorresse a organização de um movimento onde os operários se recusassem a continuar com as atividades, estes seriam taxados de extremistas, anarquistas e/ou comunistas. Taxativos usados para intimidá-los, provavelmente, procurando fazer com que o trabalhador perceba a presença de uma política de correção.

Neste contexto, a polícia se encontrava colocando em prática o que havia sido projetado pelo Estado. Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora começou a fazer parte da vida política do País, pois o governo instituiu leis trabalhistas e mecanismos de regularização da sindicalização, incorporando

---

<sup>27</sup> *A Evolução*, 08 de dezembro de 1935.

<sup>28</sup> *A Evolução*, 10 de fevereiro de 1935.

assim, um formato único de organização da classe trabalhadora, conforme vimos no primeiro capítulo.

Diante destas modificações, diferentes grupos buscaram trazer para si a força dos trabalhadores: o Estado por meio das leis trabalhistas, com a criação do MTIC e com a repressão policial; a igreja através dos Círculos Operários; os integralistas que buscavam expandir a sua ideologia com o auxílio de uma rede de jornais e revistas; e os comunistas pela sua militância. Assim, é válido perguntar de que forma o jornal contribuía para a formação da classe e da sua consciência entre os trabalhadores rio-grandinos de 1934 a 1937?

O movimento de trabalhadores de Rio Grande, em 1930, foi marcado pela organização de greves e criação de entidades sindicais. Na cidade, o movimento já havia adquirido certa experiência, pois, desde o início do século se tinha a organização de associações representantes do operariado rio-grandino.

Com a intervenção do Estado, as associações beneficentes perderam o seu caráter mutualista. Frente a isso, as organizações responsáveis pelas relações entre Capital, Trabalho e Estado foram elaborando outras formas de sanar as necessidades, até o momento, satisfeitas pelas entidades de socorros mútuos. Porém, em Rio Grande, várias associações continuaram existindo: S.B. Classes Laboriosas [...], Centro Republicano Português, Sociedade Italiana de Mutua Cooperazione, Sociedade Polonesa Águia Branca, Sociedade Uruguaia de Socorros Mútuos [...] e Centro Espanhol de Socorros Mútuos, este último, com a Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939) e contando com a participação de antigas lideranças da SUO passou a fundar o Centro Republicano Espanhol e de Amigos da Espanha (Loner, 1999, p. 398).

Ao mesmo tempo em que ocorria a substituição das entidades beneficentes operárias por sindicatos, após 1930, desenvolveram-se também as entidades patronais, as quais tinham por objetivo contar com a representação da classe no parlamento e fazer a interlocução na relação entre o empresariado e o governo.

Segundo Loner, em Rio Grande, os industriais das fábricas de conservas e de tecidos organizaram-se, os primeiros, em um sindicato próprio, já os segundos fundaram o Centro da Indústria Fabril, com sede em Porto Alegre. Para que o patronato pudesse filiar-se ao Centro, havia algumas

considerações, como: a fábrica deveria ter mais de 25 trabalhadores por turno e contar com um capital de no mínimo 200 mil réis. Com um baixo número de filiados, o Centro contava com um total de 90 empresas associadas em 1933 e 115 em 1935, destas, seis eram de Rio Grande.

Essa foi uma década complexa para os trabalhadores e suas organizações. Além das mudanças que as suas entidades representativas estavam presenciando e a cada vez mais intensa vigilância do Estado, os industriais também se organizaram a modo de aperfeiçoar a sua ação. Assim, percebemos que o contexto do pós-30, fez com que o trabalhador se adaptasse, às novas condições, reconhecendo-se enquanto classe e agente político.

A trajetória trilhada para que o trabalhador fosse aceito enquanto eleitor, e o seu reconhecimento como tal, não foi fácil, pois o seu comportamento era modificado de eleição a eleição. O operariado não podia mais ser considerado sinônimo de força bruta ou então submetido as mesmas relações de clientela como na República Velha. Agora, o trabalhador pertencia a uma classe social, a qual os partidos políticos começaram a buscar o seu apoio.

No estado gaúcho, o pós-30 foi um período complicado para a sua política. Os partidos herdados da República Velha uniram-se na chamada Frente Única Gaúcha, uma coligação entre o PRR e o Partido Libertador (PL), também chamada Frente Única Rio-Grandense (FURG). Formada em agosto de 1929, a Frente tinha por objetivo dar apoio à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, lançada pela Aliança Liberal. No decorrer do mandato de Vargas e com a lentidão do governo no processo de reformular a Constituição do País, ocorreu o surgimento de inquietações que levaram a organização do Partido Republicano Liberal (PRL). Com esta reformulação partidária, os grupos urbanos também se articularam, na luta por uma maior participação política<sup>29</sup>.

No Rio Grande do Sul, este foi um período de grandes instabilidades, marcado por eleições disputadas e pela busca de apoio da classe trabalhadora por parte dos partidos políticos. As coligações tradicionais não tinham mais

---

<sup>29</sup> A Assembleia Legislativa na História do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/institucional/Hist%C3%B3ria.aspx>, Acesso em: 11 de março de 2016, às 13h:05min.

espaço entre os operários, pois as organizações com propostas trabalhistas, socialistas e comunistas eram mais próximas das suas reivindicações, nas quais os trabalhadores sentiam-se mais integrados.

Os partidos começaram a observar a necessidade de incorporar o trabalhador em seus programas e projetos. Para isto, procuraram organizá-los em grupos de apoio a determinadas coligações. Havia grupos religiosos que desempenharam notável papel neste processo de conquista de eleitores, um exemplo é a igreja católica, que criou em Rio Grande, em 1931, a Liga Eleitoral Católica (LEC) com a finalidade de unir o eleitorado católico da cidade.

Com o mesmo objetivo, é criado em 1934 o grupo da AIB na cidade, ele atraiu um grande público que frequentavam as suas reuniões. Em Rio Grande, lançaram candidatos nas eleições de 1935, onde no final, ocuparam o último lugar na disputa<sup>30</sup>.

Ainda em Rio Grande, as organizações de esquerda também foram criadas neste período, como o Centro Cultural Social, em 1935, e a Liga de Educação e Saúde, em 1936, com objetivo promover estudos na área da alfabetização e da saúde, além de fomentar discussões sobre questões sociais.<sup>31</sup>

Devido a intervenção do Estado, na década de 1930, o número de associações diminuiu se comparado as décadas anteriores. Apesar disso, as organizações que haviam, independentemente de sua corrente ideológica ou credo, tinham objetivos mais bem delimitados do que as anteriores.

Essa diversidade de correntes ideológicas que atuavam nos sindicatos demonstra que algumas estavam mais à direita e outras mais à esquerda no cenário político local. Uns se aproximam mais da questão ideológica, e outros não se assemelham a nenhum outro projetando diferentes métodos para conquistar seus objetivos. Ou seja, se tem a presença de grupos que atribuem maior ênfase para a questão política, enquanto outros valorizam a questão educacional. Em meio a esta diversidade de organizações, não podemos esquecer que os industriais também se organizaram. Em suas associações representativas de classe, buscavam proteger os seus interesses econômicos e políticos, criando uma relação direta com o Estado.

---

<sup>30</sup> *A Evolução*, 08 de dezembro de 1935.

<sup>31</sup> *A Evolução*, 20 de outubro de 1935.

Em Rio Grande, as leis trabalhistas desempenharam um papel decisivo diante da permanência do movimento de trabalhadores na cidade nesta década, pois as entidades representativas permaneceram ou não atuantes, de acordo com o seu relacionamento com as mesmas.

Em 1932, a maior parte dos sindicatos gaúchos buscou a sindicalização. Uma das expectativas dos sindicalistas era receber o apoio do MTIC diante dos seus conflitos com os patrões. Na cidade, o movimento dos trabalhadores foi marcado por grandes mobilizações, ao mesmo tempo, os próprios trabalhadores percebiam que os sindicatos que decidissem por não aderir a sindicalização oficial, iriam atrair para si a repressão política presente neste momento.

No pós-outubro de 1930, a manutenção da ordem continuou tendo um braço importante para a sua realização: a polícia. Não era qualquer polícia, mas uma organização que já vinha sendo desenvolvida durante muitos anos: a polícia política, com funções preventivas e repressivas, cuja finalidade era impedir as reações políticas contra a 'ordem e a segurança pública' (KONRAD, 2013, p. 97).

Como afirma Thompson (1987), a repressão faz parte da História da formação da classe trabalhadora. A perseguição a uma associação de classe ou movimento social é sinônimo de repressão. Dessa forma, percebemos que as diversas formas de reação e os mecanismos utilizados pelos trabalhadores para driblar a vigilância, representam a resistência. Assim, é a partir dos momentos de repressão que se pode falar do amadurecimento da consciência da classe trabalhadora, a qual é baseada na resistência, buscando a sua preservação.

E foi, justamente, na busca dessa preservação que, em 1932, a SUO entrou em contato com o Inspetor Regional do MTIC, solicitando autorização para representar a cidade no processo de sindicalização (LONER, 1999). Esta entidade abrigava em sua sede, grande parte dos sindicatos que havia em Rio Grande. A sua política era a de agregar trabalhadores pertencentes às diferentes categorias da época: industriais, intelectuais, agricultores, etc, tinha por objetivo organizar diversos grupos profissionais, de acordo com o seu estatuto “dentro da ordem e obediência às leis do país”, prestando auxílio a estes sindicatos.

A entidade, criada em 24 de dezembro de 1893, com inauguração oficial no dia 1º de maio de 1894, buscava oferecer uma série de vantagens aos seus associados. O jornal *Echo Operário*<sup>32</sup>, de 24 de outubro de 1897, indica que nos seus primeiros quatro anos de atuação, a União reuniu cerca de mil sócios. A SUO esteve presente entre os trabalhadores por sessenta anos. Em meio a vitórias e frustrações é considerada um marco na História do movimento de trabalhadores de Rio Grande.

Ao mesmo tempo em que existia grupos de trabalhadores que se organizavam há um bom tempo, havia também sindicalistas com pouca vivência de militância política. Nesta época, inúmeros sindicatos não tinham relação com coligações revolucionárias, podendo contar somente com as suas experiências.

Em meio a esta “deficiência”, os militantes adeptos da corrente comunista encontraram em Rio Grande, um terreno próprio para a divulgação de seu programa político, fazendo parte assim, inclusive, do processo de formação dos sindicatos oficiais. Entre os trabalhadores que buscavam organizar ou reorganizar os seus sindicatos, e que se mostravam preocupados com o crescimento do movimento na cidade, temos Luís de Almeida, o qual participou da reorganização do Sindicato dos Sapateiros em Rio Grande.

Um dia após a reunião de organização do Sindicato de Operários das Fábricas de Conservas (18 de setembro de 1934), o Sindicato dos Sapateiros promoveu um encontro, no intuito de reorganizar a entidade. Foi eleita uma gestão provisória, sendo ela composta por Luiz de Almeida, Clementino Almeida e Antônio Pizza<sup>33</sup>.

Passados alguns meses da sua reorganização, em 21 de março de 1935, o *A Evolução* relata que alguns membros deste sindicato se reuniram, a fim de saber notícias sobre a vida desta entidade. O jornal, por sua vez, afirmava que há uma complicação, pois ela se encontrava nas mãos de uma diretoria responsável em dar voz ao grupo de trabalhadores a ela filiados, contudo, não ocorria a convocação de reuniões.

Diante disso, a diretoria dizia ser necessário ouvir o ex-tesoureiro, o qual havia ficado responsável por certa quantia em dinheiro da entidade. O

---

<sup>32</sup> *Echo Operário*, 24 de outubro de 1897.

<sup>33</sup> *A Evolução*, 29 de setembro de 1934.

tesoureiro afirmava que não entregaria o valor que tinha em caixa, porque na verdade, o sindicato não se encontrava legalizado. Enfim, foi convocada uma nova reunião, com o objetivo de eleger uma nova diretoria.<sup>34</sup>

Em junho de 1936, o jornal anuncia a desorganização da classe dos sapateiros na cidade. Chama a sua atenção este sindicato especificamente, pois, ao ter recebido um ofício do sindicato dos operários em calçados de Porto Alegre, não havia trabalhadores da entidade demonstrando interesse pelo informativo. Segundo o *A Evolução*, a classe dos sapateiros chegou a organizar o sindicato, mas, por falta de "ardor proletário", ele fracassou. Havia mais de 400 operários de ambos os sexos, que trabalhavam com sapatos ou artefatos de couro em Rio Grande. O periódico supõe que os operários sapateiros possuíam uma vida tranquila, por isso não se organizavam para a defesa da classe. O jornal firma ainda que conhece casos que comprovam a necessidade da organização dos sapateiros<sup>35</sup>.

Outros militantes participantes das mobilizações populares e que mostravam afinidade com a política do PCB, eram José Pinho e Antônio Campos. Pinho atuou como presidente da SUO e do Sindicato dos Charuteiros e também como diretor da Frente Sindicalista de Rio Grande (FSRG), já Campos fazia parte do Sindicato do Porto e Barra de Rio Grande e representava esta entidade diante dos demais sindicatos filiados à Frente Sindicalista.

A FSRG, com sede na SUO, foi criada por meio da reivindicação feita por um sócio da SUO, que falava sobre a necessidade de formar-se uma Frente Única Operária para fortalecer o movimento. A partir daí, com a autorização da diretoria, é elaborada uma comissão responsável pela criação da Frente, que aconteceu em 16 de outubro de 1932. Na sua primeira diretoria estavam: Arlindo Lima como presidente; Gervásio Dias como secretário e José Pinho como diretor<sup>36</sup>. Entre os sindicalistas, tinha-se Luiz Gonçalves de Almeida (setor calçadista), Primo Nunes Machado (dos gráficos), José Pinho (dos charuteiros) e Antônio Campos (da sociedade dos trabalhadores do porto e da barra). Com a presença destes nomes, é possível perceber que havia a

---

<sup>34</sup> *A Evolução*, 31 de março de 1935.

<sup>35</sup> *A Evolução*, 21 de junho de 1936.

<sup>36</sup> Ata 29 da SUO, Assembleia do dia 30 de maio de 1933.

presença de ideias comunistas na comissão diretiva da FSRG, sendo representadas por José Pinho, do Sindicato dos Charuteiros e da SUO e Gervásio Dias, diretor do jornal *A Evolução*.

Tendo em vista que o número de sindicatos filiados à Frente aumentava, a SUO, por sua vez, manifestou-se em prol da permanência de sua posição enquanto principal representante do operariado em Rio Grande. Diante disso, em assembleia no dia 30 de setembro de 1932, foi lido um telegrama em nome do Governo Provisório, atribuindo plenos poderes para que a SUO continuasse atuando como líder da organização sindical na cidade<sup>37</sup>.

Na mesma assembleia, o presidente da Frente propõe a mudança do nome da entidade, de Frente Única Operária para Frente Sindicalista Rio Grandense, o que é aprovado<sup>38</sup>. Em junho de 1933, a Frente atuava de acordo com a legislação sindical, reunindo 14 sindicatos, com 6.200 sócios<sup>39</sup>.

Com as duas entidades dividindo o mesmo espaço e sendo reconhecidas como associações representativas dos trabalhadores, surgiram divergências que acabou gerando discussões entre as lideranças.

O principal motivo das discussões entre as duas entidades era a disputa pelo espaço, pois a Frente alegava que assim como os sindicatos, ela pagava aluguel, o que lhe dava o direito de utilizar o salão da SUO para as suas atividades<sup>40</sup>.

Perante aos problemas que foram surgindo na relação entre as duas associações, em janeiro de 1934, José Pinho enviou um ofício para a Frente, declarando a sua demissão, devido a briga que havia tido com a SUO. Rotílio, então presidente da entidade, pediu demissão em caráter definitivo, relatando a falta de solidariedade entre os trabalhadores, inexistência de lealdade de ambos os lados, discussões de assuntos considerados desnecessários e falta de solidariedade entre operários e seus respectivos sindicatos, além da carência de meios para a luta contra a oposição<sup>41</sup>.

Enfim, alegava que não permaneceria na presidência para não fazer parte deste meio em que se encontrava a Frente Sindicalista. José Pinho, por

---

<sup>37</sup> Ata da SUO, Assembleia 42, do dia 30 de junho de 1932.

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Ata da SUO, Assembleia 32, do dia 23 de junho de 1933.

<sup>40</sup> Ata da Frente Sindicalista de Rio Grande, Assembleia de 19 de janeiro de 1934.

<sup>41</sup> Idem.

sua vez, solicita pedido de desculpas para a SUO, uma forma de ajustar a situação, pois, segundo ele, teria se demitido para pressionar.

Decide-se fazer nova reunião para eleger outra diretoria para a Frente, sendo que a SUO estava presente nesta reunião, momento em que foram discutidos os problemas entre as duas entidades. Após este último encontro, em janeiro de 1934, o funcionamento da Frente não continuou com a mesma regularidade, deixando de existir neste mesmo ano.

Como podemos perceber, os trabalhadores militantes que se encontravam representando determinada entidade sindical também estavam ocupando papéis de lideranças diante da SUO ou da Frente, sendo eles reconhecidos pelos demais trabalhadores como exemplos de militância. Porém, a discrição dos sindicalistas não nos permite identificar a corrente ideológica seguida por eles, nos fazendo chegar a um número reduzido de “comunistas” que atuavam junto aos sindicatos oficiais em Rio Grande naquele momento.

Foram vários os fatores que justificaram a escolha dos trabalhadores em se organizarem dentro das leis sindicais, ou mesmo a observarem a legislação social como benéfica. Se para muitos a sindicalização e a instituição das leis trabalhistas lhes pareceram normais, para outros, que possuíam certa experiência diante do movimento, foi algo que lhes levou a dúvidas e questionamentos no interior de suas associações.

Pois bem. Agora perguntamos aos “entendidos” da matéria: quais foram os benefícios trazidos aos operários pelas leis sindicais do Brasil? Cumprem-se a lei de 8 horas de trabalho? Salvo alguns casos excepcionais, a lei só tem servido para serem postos fora dos empregos aqueles que reclamam a sua execução (*A Evolução*, 13/16/1936).

A FORGS, é um exemplo deste impasse. Criada em fevereiro de 1933, durante o primeiro congresso realizado pela associação, em Porto Alegre, em um evento da classe que contou com a participação de 51 associações de trabalhadores, destas, 17 eram oficializadas. Segundo Loner, a entidade nasceu diante dos sindicatos que estavam dispostos a aderir a sindicalização instituída pelo Governo Federal. Mas, a atuação da FORGS, enquanto representante do movimento sindical gaúcho não permaneceu de forma harmoniosa por muito tempo, pois, em um episódio que envolveu a mobilização dos padeiros, que buscavam regulamentação na jornada de trabalho, a

FORGS acusou o Inspetor do MTIC por não estar cumprindo as leis, ao proteger os patrões frente as mobilizações dos padeiros. Neste episódio, a FORGS recebeu o apoio de entidades sindicais de todo o Estado, tendo fim com a chegada do Ministro do Trabalho em Porto Alegre. Este fato foi importante para os trabalhadores gaúchos, porque contribuiu, não só para a sua experiência enquanto grupo organizado, mas também para o conhecimento sobre os problemas da sindicalização (LONER, 1999).

Em Rio Grande, o núcleo da FORGS foi organizado durante a passagem da caravana proletária pela cidade, em 27 de julho de 1934. Neste evento, o representante da entidade era Policarpo Machado, o qual em seu discurso falou sobre as ações do Congresso promovido pela Federação. Machado também acusou os padres por utilizarem os Círculos Operários para desempenharem ações repressivas, inclusive, perante a Federação Operária. Posteriormente, discorreu sobre os objetivos da LEP, e a sua função frente a união do proletariado<sup>42</sup>.

Loner destaca que no Segundo Congresso da FORGS, realizado em maio de 1934, os representantes do movimento dos trabalhadores de Rio Grande foram: Carlos Silva, pela SUO e Antônio Campos, pelo Sindicato dos Trabalhadores do Porto e da Barra e dos Padeiros. No evento, a SUO apontava a necessidade de se organizar os sindicatos profissionais, com ou sem sindicalização, além de enfatizar a importância do combate ao integralismo. Seguindo as concepções do PCB, a entidade afirmava que estas ações seriam realizadas por meio do trabalho feito pela imprensa e com a criação de comitês locais de luta.

Em 1935, a FORGS inicia um trabalho de incentivo a deflagração de movimentos grevistas. Intensificando a relação instável entre a polícia, os grevistas e os militantes observados como comunistas. Neste contexto, a FORGS foi fechada, continuando as suas ações clandestinamente.

Na História do movimento dos trabalhadores, entre 1930 e 1935 ocorreu o crescimento das organizações sindicais em todo o País, mesmo em 1935, quando teve início um período marcado por grandes perseguições policiais a quem demonstrasse apoio as mobilizações da esquerda.

---

<sup>42</sup> *A Evolução*, 05 de agosto de 1934.

Em Rio Grande, após o desaparecimento da Frente Sindicalista e a filiação da SUO à FORGS, a União Operária passa a ser reconhecida como entidade máxima dos trabalhadores na cidade. No entanto, o *A Evolução* divulga, a partir de 1934, diversas tentativas de implantar consistentes entidades centrais na cidade, além da criação de sindicatos representantes de categorias.

*A Coligação Proletária Local* é um exemplo desta busca em estabelecer uma nova associação de trabalhadores. Em julho de 1934, o presidente do Sindicato dos Operários da Estiva, Adalberto Machado, em entrevista ao jornal *A Evolução*, fala sobre a formação de uma coligação operária aos moldes da de Santos/SP, dizendo que uma entidade de operários se faz necessária em Rio Grande, mas salienta que este projeto só será concretizado se houver a união de todos os sindicatos, compreendendo que uma Coligação como esta é um órgão de perfil cooperativo, com a finalidade de auxiliar os trabalhadores em geral<sup>43</sup>. Na entrevista ao jornal, Machado relata que os trabalhadores possuem o propósito de reivindicar, “querem o que lhes é de direito, baseados ou não nas leis sindicais”<sup>44</sup>.

Sob a convocação de Carlos Santos, auxiliar fiscal da inspetoria Regional do MTIC de Rio Grande, foi realizada no dia 13 de julho de 1934, uma reunião para tratar da fundação de uma organização trabalhista. Com exceção do sindicato dos bancários, dos transportes e dos práticos, a assembleia contava com a participação de representantes dos demais sindicatos da cidade. Tendo a assembleia respondido afirmativamente para a criação da entidade, o presidente da assembleia, Walter Marti, solicitou a nomeação de uma comissão responsável por elaborar as bases em que se terá que reger a nova agremiação proletária, a qual ficou constituída por um representante de cada associação de classe ali presente.<sup>45</sup>

Posteriormente, em 05 de agosto do mesmo ano, o jornal se refere a Coligação Proletária, ao falar sobre a próxima reunião realizada na sede do Sindicato da Tecelagem. No evento, compareceram os representantes da SUO e dos seguintes sindicatos: tecidos, carpinteiros, gráficos, pedreiros, bancários

---

<sup>43</sup> *A Evolução*, 08 de julho de 1934.

<sup>44</sup> *A Evolução*, 08 de julho de 1934.

<sup>45</sup> *A Evolução*, 22 de julho de 1934.

e magarefes<sup>46</sup>. Contudo, o presidente da assembleia, Walter Marti não compareceu. Devido a esta falta, convocou-se uma outra assembleia, realizada no próximo dia 27, na qual estiveram presente os sindicatos dos Gráficos, Bancários, Charuteiros, Porto e Barra, Fiação, Tecelagem, Padeiros, Pedreiros, Magarefes, Estiva, Sapateiros e a SUO. Na ocasião, foram lidos os estatutos da Coligação Proletária de Santos, os quais foram adotados integralmente. Antes de se formar um Conselho deliberativo, foi eleito um triunvirato provisório, com os seguintes nomes: Francisco Cavaliere (sindicatos da tecelagem), Tulio Fruet (sindicato dos bancários); Gervásio Dias (sindicato dos gráficos)<sup>47</sup>.

A maioria dos sindicatos da cidade aceitou fundar a Coligação, nomeando uma comissão para elaborar as bases da nova associação, a comissão era composta por um representante de cada sindicato. Mas, apesar desta motivação inicial, a organização da entidade não prosseguiu, devido à falta de interesse dos sindicatos (LONER, 1999).

Além da *Coligação Proletária Local*, outra entidade foi criada com o mesmo objetivo: se trata da Frente Única Proletária (FUP). A Frente surgiu de uma proposta da FORGS, através de uma caravana de visita à cidade em 1934. Dia 29 de dezembro de 1934, em uma assembleia que contava com a presença da SUO e do *A Evolução*, ficou acordado a necessidade de combater qualquer crença religiosa ou ideologia adotada pelos trabalhadores, pois o interesse da coletividade estava em primeiro lugar<sup>48</sup>.

O *A Evolução* falava sobre a importância da entidade se aproximar dos sindicatos dos operários, pois somente assim poderia conhecer as reivindicações que seriam por ela pleiteadas. Em seu projeto, a FUP pretendia atender algumas exigências dos trabalhadores, como execução da jornada de 8 horas em todos os setores de trabalho; conquista da jornada de 6 horas para as mulheres e jovens menores de 18 anos; execução das leis que facultam algum direito aos trabalhadores e que até o momento não passaram do papel, como férias, acidentes do trabalho e assistência médica; aumento do salário de acordo com o custo de vida; liberdade sindical; direito a greves; higiene nos

---

<sup>46</sup> *A Evolução*, 05 de agosto de 1934.

<sup>47</sup> *A Evolução*, 02 de setembro de 1934.

<sup>48</sup> *A Evolução*, 06 de janeiro de 1934.

locais de trabalho; criação da caixa de aposentadoria e pensões, as quais deveriam ser pagas pelos patrões e pelo Estado; baixa de tarifas ferroviárias; baixa de impostos; baixa das passagens de bondes; baixa no valor dos aluguéis de casas; uma diária aos desempregados por falta de trabalho; abolição da lei que dá direito a despejo das pessoas que se encontravam desempregadas; pela liberdade dos presos por questões sociais; contra o fascismo; e pelo direito a vida de organizações revolucionárias independentes<sup>49</sup>.

Essa proposta de organização ia ao encontro do que era defendido pela ANL, a qual dizia que deveria ser feita uma aliança com os sindicatos, e também por meio das oposições sindicais que seriam motivadas como forma de organização “(...) em categorias com sindicatos pelegos. Obviamente, não deixava de ser contraditório com a proposta de unidade, o incentivo as oposições dentro das organizações sindicais” (LONER, 1999, p. 487). Esta contradição fez com que a proposta fosse reavaliada em junho do mesmo ano, ao mesmo tempo tentava-se criar uma nova entidade com o mesmo caráter central.

Outra organização que surgiu em Rio Grande, foi a da *Federação Sindical*, em 1935. Para a reunião de criação desta associação que seria considerada, “(...) entidade máxima dos trabalhadores organizados desta cidade (...)”<sup>50</sup>, na qual, através dela se uniriam na luta comum em prol das suas reivindicações, sendo enviado convite aos 18 sindicatos do Município. Segundo o jornal, este seria um grande passo que se daria para a congregação dos trabalhadores que, por intermédio dos seus respectivos sindicatos, estariam em constante contato com os seus companheiros de luta, para que assim, o movimento em Rio Grande não continuasse “(...) isolado como até aqui tem estado (...)”<sup>51</sup>.

O *A Evolução* demonstra surpresa quando verificou o não comparecimento de muitos sindicatos a reunião, pois até então os seus representantes se diziam conscientes da importância da organização desta entidade. Por outro lado, os trabalhadores que compareceram, demonstravam

---

<sup>49</sup> *A Evolução*, 13 de janeiro de 1935.

<sup>50</sup> *A Evolução*, 02 de junho de 1935.

<sup>51</sup> *Idem*.

pessimismo quanto a esta iniciativa. Assim, a Frente foi fundada com quatro sindicatos e com o apoio da SUO<sup>52</sup>. Após a divulgação de sua criação, o jornal não mais menciona a entidade em suas edições.

A tentativa de fundar uma associação de caráter central não se privou aos anos de 1934 e 1935. Em 1936, com o auxílio do MTIC, foi criada a *União Sindical*. Na reunião, o inspetor do Ministério, Jacy Magalhães, motivava os trabalhadores presentes através de um discurso empolgante, afirmando que a organização de uma entidade como a União seria de grande utilidade para os trabalhadores, pois, os uniria por meio da solidariedade entre classes. A entidade, criada em 20 de fevereiro de 1936, contou com a presença de representantes de grande parte dos sindicatos da cidade, como dos Carpinteiros, Estiva, Conferentes, Práticos, Maquinistas e Motoristas, Padeiros, Porto e Barra, Fiação e Tecelagem, Charuteiros, Magarefes, Gráficos, Comércio e a SUO<sup>53</sup>. No entanto, cerca de duas semanas após a sua fundação, o jornal lamenta a falta de atividade da União Sindical<sup>54</sup>.

O *Bilhete do A Evolução* nº 102, de 5 de julho de 1936, é dirigido aos dirigentes da União Sindical. Ele critica que "(..) não há o mínimo interesse da Diretoria em fazê-la funcionar. Foi fogo de palha, a entidade nasceu morta"<sup>55</sup>. A União havia sido fundada há 6 meses, levantado muitas esperanças de unificação proletária e até o momento, não tinha realizado uma única reunião. O jornal critica seus dirigentes: (...) para que aceitaram seus cargos? Afirma que a Lei de Segurança Nacional não proíbe reuniões de entidades legais<sup>56</sup>.

Em 27 de dezembro de 1936, depois do seu fechamento, o jornal buscou reavivar a entidade. Para isto, apoiou o encaminhamento de questões da classe trabalhadora ao MTIC e convocou uma reunião na SUO para o próximo dia 19, a fim de tratar sobre o reconhecimento do seu estatuto<sup>57</sup>, contando com a presença dos 18 sindicatos presentes na cidade. Mas, esse trabalho foi interrompido com a implantação do Estado Novo em 1937.

---

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> *A Evolução*, 08 de março de 1936.

<sup>54</sup> *A Evolução*, 04 de abril de 1936.

<sup>55</sup> *A Evolução*, 05 de julho de 1936.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> *A Evolução*, 24 de janeiro de 1937.

## **II.II. Sindicatos criados em Rio Grande na década de 1930 divulgados pelo *A Evolução***

Na década de 1930, ocorreu a criação de algumas entidades sindicais na cidade, organizadas de acordo com a categoria profissional. Com a finalidade de contar com a solidariedade das centrais sindicais em atividade e dos trabalhadores individualmente, o *A Evolução* divulgava informações sobre os sindicatos. Sendo assim, para entender a situação em que se encontravam os trabalhadores, é necessário acompanhar, a partir do que é noticiado pelo jornal, como ocorreu a criação de outros meios de organizações operárias, como é o caso dos sindicatos por categorias. Assim, segue abaixo informações sobre alguns sindicatos criados em Rio Grande durante o período.

### *Sindicato dos Operários da Estiva*

O Sindicato dos Operários da Estiva foi instalado em 07 de outubro de 1931 e reconhecido em 18 de maio de 1932. O sindicato, em 1932 contava com 350 filiados, diminuindo para um total de 160 em 1933, sua sede localizava-se na rua Jatahy, nº 297<sup>58</sup>. Segundo o juiz Barros Barreto, foi um dos primeiros sindicatos a ser reconhecido pelo MTIC.

Um fato que marcou a História do Sindicato dos Estivadores em Rio Grande foi a grande mobilização realizada de 5 a 7 de julho de 1932 pelos Marítimos. A mobilização gerou a paralisação das atividades marítimas em âmbito nacional, buscando o afastamento do capitão Napoleão Alencastro Guimarães, então presidente do Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Marítimos. Os grevistas reclamavam que o presidente por muitas vezes agiu de uma forma que humilhava o grupo de trabalhadores. A greve, que contou com o apoio do Sindicato de Moços e Marinheiros, organização subordinada a Federação Marítima Brasileira, Sindicato dos Práticos, dos Maquinistas, dos Contramestres, dos Comissários, dos Foguistas e dos Estivadores, terminou com o afastamento do capitão. Após a Federação Marítima determinar o fim do movimento grevista, ficou acertado a nomeação de comissões para apurar as

---

<sup>58</sup> Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

acusações feitas pela Federação ao capitão, comissão esta que contou com a presença de um representante local desta entidade.

A greve geral dos marítimos de Rio Grande, foi determinada pela Federação Marítima Brasileira e abrangeu todas as corporações de classe no Brasil. O Sindicato dos Estivadores, por sua vez, paralisou as suas atividades com a adesão do Sindicato de Moços e Marinheiros, organização subordinada a Federação Marítima Brasileira e com a solidariedade dos Sindicatos de Mestres Práticos, Arraes e Lacustres, e de Maquinistas e Motoristas<sup>59</sup>. Através do *A Evolução*, o sindicato divulgou ofício recebido da Federação dos Marítimos, agradecendo a solidariedade demonstrada pela entidade em relação a greve organizada pela Federação. Apoio este que, segundo a Federação, resultou na vitória da causa operária durante esta mobilização.

Passada a greve dos Marítimos, mas ainda envolvidos com a sua repercussão, a diretoria do Sindicato dos Estivadores fez uma crítica as entidades que não se envolviam com tais mobilizações, dizendo que o fato de serem instituições oficiais, não quer dizer que as suas reivindicações serão atendidas. O sindicato se mostrava disposto a trabalhar na defesa dos interesses dos seus sócios, como na greve dos marítimos, dizia ser este o caso também dos Sindicatos de Padeiros e Magarefes, que estariam seguindo “uma linha proletária”. Lamentava a situação de ainda haver sindicatos não associados a SUO e que não se esforçavam por trabalhar em prol da causa operária<sup>60</sup> e pela união de todos os trabalhadores numa só entidade de classe.

#### *Sindicato dos Operários em Panificação*

O Sindicato, instalado em 3 de janeiro de 1932 e reconhecido em 2 de junho de 1933, contava com a filiação de 30 sócios em seu primeiro ano. Localizada na sede da SUO, a entidade é reconhecida pelo jornal em 1935, como seguindo uma linha verdadeiramente proletária<sup>61</sup>.

#### *Sindicato Trabalhadores no Porto e Barra*

---

<sup>59</sup> *A Evolução*, 08 de julho de 1934.

<sup>60</sup> *A Evolução*, 17 de fevereiro de 1935.

<sup>61</sup> *A Evolução*, 17 de fevereiro de 1935.

O Sindicato foi instalado em 30 de janeiro de 1932 e reconhecido em 3 de janeiro de 1933. Em seu primeiro ano, contava com 40 sócios e sua sede localizava-se na rua Bento Gonçalves nº 62<sup>62</sup>.

Este sindicato, utilizava o jornal *A Evolução*, mais como um veículo de divulgação de suas assembleias, chamando os trabalhadores para estarem presente em suas reuniões, como também para mostrar que suas sessões se encontravam “concorridas” e “animadas”<sup>63</sup>.

#### *Sindicato dos Práticos*

O Sindicato foi instalado em 26 de fevereiro de 1934 e reconhecido em 7 de julho do mesmo ano, com cerca de 40 sócios em 1934, sua sede era localizada no Centro da cidade: Av. Silva Paes, nº 57. A entidade iniciou as suas atividades participando do comitê local de greve da Federação Marítima. Nesta mobilização, os práticos estiveram representados através de Manoel C. Souza, presidente Sindicato dos Práticos<sup>64</sup>. A primeira comissão empossada era composta por Adolpho Cunha da Silva como presidente; Waldemar Vieira Pinho como secretário; Orocildo Antão de Oliveira como tesoureiro; e Eduardo Daniel da Silva como procurador.

#### *Sindicato de Marinheiros e Moços da Marinha Mercante*

O *A Evolução*, comunica a fundação do Sindicato de Marinheiros e Moços da Marinha Mercante. Em um primeiro momento, divulga que ficara extinta a delegação dos marítimos<sup>65</sup>. No entanto, posteriormente, aparece um protesto, dizendo que foi extinta o posto de socorro da União dos Contramestres e que o sindicato de Marinheiros e Moços da Marinha Mercante continua funcionando no local de sempre, mas sem divulgar qual seria o seu endereço. Em 1936, sua sede era na rua Riachuelo, 283<sup>66</sup>.

#### *Sindicato dos Pilotos e Capitães da Marinha Mercante*

---

<sup>62</sup> Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

<sup>63</sup> *A Evolução*, 7 de fevereiro de 1937.

<sup>64</sup> *A Evolução*, 15 de abril de 1934.

<sup>65</sup> *A Evolução*, 26 de maio de 1935.

<sup>66</sup> *A Evolução*, 1º de maio de 1936.

Sobre o Sindicato dos Pilotos e Capitães da Marinha Mercante, o *A Evolução* divulga o protesto realizado pela entidade contra a violência praticada pela polícia, a qual buscava impedir as comemorações do dia 5 de julho de 1935. A entidade enviou telegramas de protesto a outros sindicatos (Aliança de Trabalhadores em Transportes Mecânicos, Sindicato dos Marceneiros e Sindicatos dos Bancários) que tiveram suas sedes fechadas pela polícia<sup>67</sup>.

Da mesma forma, na cidade, os intelectuais protestavam contra ação da polícia, enviando um abaixo assinado ao presidente da república:

Os abaixo assinados, advogados, jornalistas, escritores, médicos, professores e estudantes energicamente contra a atitude provocadora da polícia-política, varejando sindicatos e prendendo seus irmãos proletários quando tratavam de suas reivindicações [...] (*A Evolução*, 21/07/1935).

Frente a este episódio, Francisco Braz, presidente do Sindicato, expressa o seu apoio as demais entidades, afirmando que os marítimos se encontram solidários com os “trabalhadores terrestres” contra a opressão.

#### *Sindicato dos Maquinistas e Motoristas da Marinha Mercante*

O Sindicato, instalado em 8 de abril de 1933 e reconhecido em 15 de fevereiro de 1934, localizado na rua Silva Paes, nº 57. Em seu primeiro ano de atuação tinha um total de 77 sócios<sup>68</sup>.

O jornal divulgou a participação do sindicato no Comitê local de greve da federação dos marítimos em 1934, a entidade contou com a representação de Manoel Michael, então presidente do sindicato dos Maquinistas<sup>69</sup>.

#### *Sindicato dos Padeiros*

Em sessão de assembleia geral, realizada pelo sindicato dos padeiros, em agosto de 1934, ficou resolvido a criação de uma caixa de socorros mútuos à margem deste sindicato. Na mesma sessão, acertou-se a filiação da entidade a Federação Operária do Estado. O jornal, por sua vez, felicita o sindicato

---

<sup>67</sup> *A Evolução*, 21 de julho de 1935.

<sup>68</sup> Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

<sup>69</sup> *A Evolução*, 15 de julho de 1934.

pelas decisões tomadas, pois as mesmas se enquadram as “aspirações sindicais”<sup>70</sup>.

#### *Sindicato dos Corretores de Navios*

O jornal divulga a fundação do Sindicato dos Corretores dos Navios do Rio Grande do Sul em 07 de fevereiro de 1937, o qual apresentava sede em Rio Grande, localizada na rua Marechal Floriano, nº 278. A sua primeira diretoria contava com os seguintes nomes: Auyldo de Oliveira Cardozo, como presidente; Manuel Ricardo de Albuquerque como secretário; e Augusto Alves como tesoureiro. Ao cargo de corretor fiscal em Rio Grande ficou Admar Campos de Moraes<sup>71</sup>.

#### *Sindicato de Operários das Fábricas de Conservas*

O *A Evolução* publica um parecer da Coligação Proletária da cidade do Rio Grande em 23 de setembro de 1934, a qual salienta que o seu objetivo é congregar todas as associações de classe que se encontram desorganizadas na cidade. Além disso, se vê responsável pela sindicalização de categorias que ainda não possuem sindicatos. Para isso, a entidade fundar um novo sindicato, o das Conservas.

No dia 17 de setembro, foi realizada uma reunião, organizando o grupo representativo do sindicato, sendo ele composto por: Oswaldo Luth (presidente); Carlos Costa (secretário); e Joaquim Duarte (tesoureiro)<sup>72</sup>. No entanto, o *A Evolução* de 26 de janeiro de 1936 faz um apelo para que se crie um sindicato dos Operários em Fábricas de Conserva de Origem Animal ou Vegetal. Porque não há um órgão que defenda a classe dos operários das fábricas de biscoitos e conservas que segundo ele é numerosa.

#### *Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio Grande*

---

<sup>70</sup> *A Evolução*, 19 de agosto de 1934.

<sup>71</sup> *A Evolução*, 07 de fevereiro de 1937.

<sup>72</sup> *A Evolução*, 29 de setembro de 1934.

O Sindicato foi instalado em 28 de novembro de 1932 e reconhecido em 28 de março de 1933. Em 1932 contava com 173 sócios, sua sede localizava-se na rua Riachuelo<sup>73</sup>.

Em entrevista ao *A Evolução* no ano de 1934, o presidente do sindicato, Walter Marti, declara que o sindicato se encontrava estável, com o número de sócios aumentando. Porém, os trabalhadores estavam ainda indiferentes quanto as leis sociais, mostrando-se por vezes descrentes. Segundo ele, a sindicalização deve, sobretudo, orientar e instruir o trabalhador acerca das leis. "Os sindicatos devem ser verdadeiros centros de cultura jurídica interpretando as leis dentro dos termos justos e razoáveis"

O jornal se manifesta decepcionado com a diretoria deste sindicato, porque não lutaram contra a demissão de um sócio e ficaram em silêncio quando da comissão de sindicância<sup>74</sup>. Ainda problematizando as atitudes tomadas pelo grupo diretor do sindicato, o jornal, em sua coluna *O Bilhete*, de 26 de agosto de 1934 questiona a diretoria do sindicato dos empregados no comércio, sobre a sua luta para a reeleição de Edmar Carvalho para o cargo de delegado eleitoral. Segundo o jornal, Carvalho já havia se portado de modo anti-proletário em seu primeiro mandato, chegando a denunciar para a polícia sindicalizados que não pensavam como ele.<sup>75</sup>

#### *Sindicato dos Operários Pedreiros e Classes Anexas*

O Sindicato instalado em 6 de julho de 1932 e reconhecido em 20 de maio de 1933, possuía 32 sócios no início das suas atividades<sup>76</sup>.

Em relação a atuação do sindicato, o jornal perguntou aos seus dirigentes, por meio da coluna *O Bilhete*, porque não estavam fazendo nada no caso de sócios que estavam tendo os seus salários diminuídos. O jornal citou o caso de um pedreiro, Procopio Pereira, que havia trabalhado com a empresa Costa Moreira havia um bom tempo, ganhando um total de 14 mil réis diários. Quando voltou a trabalhar para a mesma empresa, passou a receber 9 mil réis

---

<sup>73</sup> Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

<sup>74</sup> *A Evolução*, 26 de agosto de 1934.

<sup>75</sup> *A Evolução*, 28 de outubro de 1934.

<sup>76</sup> Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

por dia. O jornal, indignado, interrogou o sindicato, perguntando-lhe o motivo que o levou a não agir<sup>77</sup>.

O jornal se posiciona, ao afirmar que é dever da diretoria de cada sindicato zelar pelos seus sindicalizados, estando informada de tudo que acontecia com eles em âmbito trabalhista, para que assim fosse possível atuar em prol dos interesses e direitos da classe trabalhadora.

### *Sindicato dos Operários Carpinteiros e Classes Anexas*

A sua instalação aconteceu em 31 de outubro de 1932, sendo reconhecido em 15 de junho de 1933. Em 1933 tinha 31 sócios e localizava-se na sede da SUO<sup>78</sup>. Em 1936, o jornal comunica a sua filiação a União Sindical e reconhecimento por parte do MTIC<sup>79</sup>. Com esse gesto, o sindicato dos carpinteiros passou a cooperar para a organização da unificação dos sindicatos locais que precisavam de colaboração mútua para atingirem os seus objetivos, a defesa das necessidades da classe trabalhadora de Rio Grande. Para isso, a entidade comunicou que podia agir em favor de seus associados, mas estes deveriam reclamar oficialmente para a sua secretaria<sup>80</sup>.

### *Sindicato da Construção Civil*

O jornal divulgou no dia 13 de janeiro de 1935, o convite aos trabalhadores ligados a construção civil, para se reunirem e discutirem a formação de uma entidade que “represente as aspirações da coletividade que tudo produz e nada tem, a não ser as reações policial e patronal”. Assim, as associações dos Pedreiros, Carpinteiros e Marceneiros encontraram-se para formar a associação de classe da Construção Civil de Rio Grande<sup>81</sup>.

No dia 17, foi reconhecida a fundação da entidade, sendo eleita uma comissão executiva provisória. Diretoria: Agostinho Rabasse como presidente (carpinteiro); Antônio Pinto como vice-presidente (pedreiro); Luiz Chuvas (carpinteiro) e Carlos Assis Affonso (pedreiro) como secretários; Pedro Gomes

---

<sup>77</sup> *A Evolução*, 23 de dezembro de 1934.

<sup>78</sup> Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

<sup>79</sup> *A Evolução*, 28 de junho de 1936.

<sup>80</sup> *A Evolução*, 12 de agosto de 1934.

<sup>81</sup> *A Evolução*, 13 de janeiro de 1935.

(carpinteiro) e Estanislau Krobeski (marceneiro) como tesoureiros; Jovino Lima (carpinteiro); C. F. Dionísio Correa Mirapalheta (pedreiro); Roque Bossiolano (pedreiro) e Saturno Rodrigues (pedreiro) como procuradores<sup>82</sup>.

#### *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos e Classes Anexas*

O Sindicato dos Trabalhadores Gráficos e Classes Anexas foi instalado em 6 de novembro de 1933 e reconhecido em 20 de abril de 1933, com 177 sócios no seu primeiro ano de atuação, a sua sede era na rua Benjamim Constant, nº 304<sup>83</sup>.

Em seu primeiro ano de atuação, o sindicato presenciou uma importante mobilização para os trabalhadores gráficos, é o “Caso do *A Luta*”. Este caso refere-se a um conflito entre patrão e empregados, devido ao não cumprimento de horário corretamente, os trabalhadores do jornal o denunciaram. O patrão, por sua vez, os demitiu. Ao passarem por necessidades, inclusive fome, os trabalhadores voltaram pedindo os seus cargos de volta, sem exigir correções no horário de trabalho. Na volta ao trabalho, confrontaram-se com a mesma situação, um empregado foi buscar os seus direitos no MTIC, sendo por fim derrotado<sup>84</sup>.

#### *Sindicato dos Bancários*

O Sindicato dos Bancários foi instalado na rua Riachuelo, nº 282, em 5 de abril de 1933 e reconhecido em 4 de junho de 1933<sup>85</sup>.

O *A Evolução*, faz referência aos sindicatos dos bancários em nível nacional, tratando, sobretudo, da entidade de Santos. Em 1934, o jornal responde ao contato feito pelos representantes do sindicato paulista com o de Rio Grande. Este primeiro informa que sempre tenta se corresponder com o sindicato de Rio Grande e que em nenhum momento receberam resposta, nem mesmo quando mandavam correspondência para os bancos.

---

<sup>82</sup> *A Evolução*, 10 de fevereiro de 1935.

<sup>83</sup> Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

<sup>84</sup> *A Evolução*, 16 de setembro de 1934.

<sup>85</sup> Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Na cidade, a igreja também esteve presente entre os trabalhadores, sendo representada pela atuação do Círculo Operário Rio Grandense (CORG). O CORG foi fundado em 1932 e desempenhava ações assistencialistas em relação as necessidades do operariado. Apesar da sua atuação ter sido mais modesta em comparação a outras entidades como a SUO e a Frente, o Círculo recebia o apoio das autoridades municipais. Em 1936, o Círculo esteve envolvido em uma grande discussão que tratava da construção do Liceu Salesiano na cidade. O *A Evolução*, por sua vez, apresentou uma percepção particular frente a verba que estava sendo disponibilizada pela prefeitura para a construção do Liceu Leão XIII.

O caso do Liceu foi o seguinte, a prefeitura de Rio Grande, instituiu em 12 de março de 1936 a Lei nº 206<sup>86</sup>, a qual autorizou o lançamento de um empréstimo interno de 250 contos de réis para a construção do edifício do então Liceu Salesiano Artes e Ofícios Leão XIII. O jornal se manifestou dizendo não compreender a lógica deste ato, pois este auxílio estava sendo dado a uma Ordem consideravelmente rica como é a dos Salesianos. No que se refere a economia da cidade, diz ser prejudicial para os cofres públicos, os quais já se encontram sobrecarregados de despesas.

Em colunas de edições anteriores, o jornal divulgou diversas emendas rejeitadas pelo Conselho Municipal. Alegava falta de meios para o cumprimento desses encargos. Entre os pedidos para a prefeitura que não foram atendidos por falta de verba, se tem o fornecimento de água para determinada parte da cidade que estava em desenvolvimento (chamada zona nova). Além desta solicitação não atendida pela prefeitura no momento, havia também as reclamações feitas por funcionários do Município que se queixavam do baixo salário recebido. Sobre esta reivindicação, após ter debatido este assunto, a

---

<sup>86</sup> Lei nº 206. Art. 1º -Fica a Prefeitura Municipal do Rio Grande autorizada a lançar um empréstimo interno de duzentos e cinquenta contos de réis (Rs. 250:000\$000) em apólices ao portador, do valor nominal de quinhentos mil réis (Rs. 500\$000), cada uma, ao juro máximo de oiro por cento (8%) ao ano pago por semestres vencidos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e resgatáveis no prazo máximo de (20) anos, a partir do 1º semestre de 1934.

Art. 2º - O empréstimo de que trata o art. 1 antecedente será aplicado como auxílio, na construção do edifício do Liceu Salesiano Artes e Ofícios Leão XIII, desta cidade.

Art. 3º - As apólices referentes ao empréstimo citado no art. 1, serão entregues à Ordem dos Salesianos, mediante contrato em que fiquem firmadas as condições do auxílio (*A Evolução*, 19/03/1936).

Câmara rejeitou tal emenda, dizendo que a prefeitura não possuía condições de obter mais despesas, não previstas no orçamento<sup>87</sup>.

O jornal discute a legalidade deste ato da prefeitura, argumentando que o auxílio ao Liceu Salesiano não era de interesse coletivo, e que o prefeito estava utilizando o cargo ocupado para beneficiar, com medidas como esta, uma Ordem religiosa a qual ele era adepto<sup>88</sup>. De acordo com o jornal:

O município poderia aplicar melhor os 250 contos. Não lhe faltariam obras de maior relevância para o seu povo. Quantos abrigos para órfãos e desamparados que o município tem o dever de protegê-los! Com 250 contos e mais os grandes juros de correntes se poderiam construir em terrenos do município quase 100 casas para os operários e pequenos funcionários que vivem em estado lastimável de miséria com suas famílias. Com essa importância poderia ser edificada uma boa escola pública que o município muito precisa [...] (*A Evolução*, 28/06/1936).

Após a divulgação de seu posicionamento quanto a construção do Liceu, dizendo que a instituição iria beneficiar apenas uma pequena parcela dos 60.000 habitantes de Rio Grande, o *A Evolução* passou a ser chamado de “filhote do comunismo”, decidindo assim, nada mais comentar sobre o caso<sup>89</sup>.

A presença comunista representava uma ameaça para a manutenção da ordem social burguesa. A partir da análise do jornal, é possível observar que os militantes eram vigiados e combatidos, restando a eles criar novos mecanismos de atuação política, dinamizando o movimento. Nesta perspectiva, consideramos que, entre os movimentos de trabalhadores da década de 1930, a imprensa operária funcionava como suporte para inserção destes sujeitos que ficavam à margem desta sociedade “ordenada” e “pacífica”.

Em nome dos trabalhadores brasileiros, protestamos contra a atitude vandálica da polícia, atacando, ferindo e lançando gases lacrimogênicos nos operários e bancários (*A Evolução*, 15/07/1934).

Como parte que integra a crítica social produzida neste contexto de expansão da política repressiva do Estado, é que jornais operários vão atuar e

---

<sup>87</sup> *A Evolução*, 29 de março de 1936.

<sup>88</sup> *Idem*.

<sup>89</sup> *A Evolução*, 28 de junho de 1936.

desenvolver uma luta política em busca de melhores condições de vida para os trabalhadores.

Visto isso, o jornal aqui trabalhado, *A Evolução*, circulou na cidade de Rio Grande entre os anos de 1934 e 1937 e recebeu apoio de diversas associações operárias, através dos seus títulos publicados<sup>90</sup>. Traz em seu subtítulo a identificação de ser “órgão dos interesses das classes trabalhadoras”, apresentando denúncias, dilemas e projetos políticos direcionados à classe operária.

Acreditamos que não devia ser fácil manter em circulação um jornal operário. Os recursos eram escassos, e conseguir algum patrocínio era muito difícil. No entanto, mesmo com as dificuldades advindas do processo de confecção dos jornais destinados à classe operária, os diretores e colaboradores procuravam mantê-los em circulação. O *A Evolução*, faz isso por meio dos pedidos de colaboração aos operários em suas páginas.

TRABALHADOR!

Queres o progresso do teu jornal? Desejas engrandecer a tua classe com a publicação de uma folha genuinamente proletária?

Poderá ter vida longa um jornal sem recursos materiais sem depender da boa vontade da classe trabalhadora?

É claro que não.

Ajudarás muito a nossa e a tua causa apenas com isto: Conseguindo mais uma assinatura para o *A Evolução* (*A Evolução*, 08/07/1934).

Nesse sentido, muitos textos foram produzidos visando mostrar ao público-alvo, o trabalhador, a importância de se ter um instrumento de imprensa que se posicionasse em seu favor e que defendesse questões relacionadas às suas necessidades. Portanto, a orientação no sentido de externar a importância de um órgão exclusivo do trabalhador rio-grandino estava presente nas edições do *A Evolução*.

Parece-nos relevante também destacar o fato de que a produção do jornal se dava na tipografia de uma agremiação sindical da cidade, a SUO, em um momento em que a entidade passava por processo de revitalização, retomando a sua posição enquanto a principal representante dos trabalhadores na cidade.

---

<sup>90</sup> Aqui trabalhamos apenas com 107 edições, pois os outros números não foram encontrados.

Ao longo de todo o período, o *A Evolução* manteve o mesmo *layout*, com quatro páginas com diversas colunas, a quarta página sendo reservada para temas de âmbito nacional e/ou internacional. Ao contrário do que ocorria em suas edições especiais, do dia 1º de maio, momento em que o jornal é integralmente destinado à veiculação de artigos, notícias, folhetins e eventualmente algum poema. As propagandas e anúncios deste perfil, não se encontram no *A Evolução*.

A atuação do jornal como suporte para a ação política não só dos gráficos rio-grandinos, mas também dos operários da cidade é observada ao longo de todo o jornal. As referências são inúmeras, desde as mais sutis, até as mais explícitas.

Do ponto de vista político, o jornal se colocava como um instrumento de conscientização, mobilização e luta dos trabalhadores. Em suas páginas há denúncias sobre as condições de trabalho (jornada de trabalho extensa, falta de segurança nos locais de trabalho e demissões arbitrárias), condições de vida (carestia dos gêneros alimentícios, aluguel, estado sanitário e escolarização), além de falar sobre a opressão patronal e a exclusão social.

A estratégia defendida pelo jornal, capaz de assegurar melhores condições de vida para os trabalhadores da cidade, era a organização dos próprios trabalhadores, pois este era um importante mecanismo para a luta social e política.

Cumpra pois ao trabalhador unir-se coeso, em torno do sindicato para reagir contra as protelações e novos métodos de exploração que sem dúvida irão surgir. Entre as inúmeras classes que não possuem um órgão de classe que lhe possa defender os interesses, se acha a classe dos operários das fábricas de biscoitos e conservas que é bem numerosa pelo elevado número de operários que empregam a atividade neste ramo industrial (*A Evolução*, 26/01/1936).

Os discursos sobre a importância da organização em torno de sociedades operárias eram constantes nas edições do jornal, sobretudo na coluna intitulada “movimento sindical”, responsável por trazer informações acerca dos sindicatos de categorias ou mesmo das centrais sindicais da cidade. Nesta coluna, é comum o jornal apontar as dificuldades advindas do processo de enfrentamento contra as “imposições” e os “desmandos” do

patronato e do Estado, caso o trabalhador não estivesse filiado a uma entidade representativa.

O discurso presente no jornal se localiza no contraponto ao universo patronal e a outras formas de poder constituído. O que nos faz compreender que havia no *A Evolução*, a presença de certa conscientização e pertencimento à classe trabalhadora.

Outra característica presente no jornal são os textos chamados de “apelos”, são aqueles que se caracterizam por ter um discurso dirigido ao leitor, ou seja, o seu “recado” era direto, deixando os seus objetivos explícitos para quem os lessem. No “apelo” publicado no dia do lançamento do *A Evolução*, 1º de maio de 1934, encontra-se o seguinte anúncio: “Prestigia-o!” Pois será o teu defensor”<sup>91</sup>. Aqui, o texto faz referência a Sessão Solene que foi realizada no dia do trabalhador, na mesma data o *A Evolução* foi lançado, sendo ele reconhecido como uma folha operária, legítima representante dos trabalhadores rio-grandinos. Os “apelos” é um tipo de texto que será encontrado nas demais edições do jornal, dirigidos aos trabalhadores para que auxiliassem na sua manutenção e demonstrando a sua importância frente a luta dos trabalhadores.

Os articulistas utilizavam este espaço do jornal para se referirem a entidade responsável pelo processo de editoração do jornal, a SUO, pois havia palavras reforçando a importância desta entidade. Na primeira edição da folha, em sua primeira página, se tem o seguinte “apelo”:

Não tendo, como é natural, o nosso modesto semanário o apoio financeiro necessário à manutenção de um órgão de caráter genuinamente proletário, apelas para os nossos companheiros no sentido de aceitarem uma assinatura desta folha ou cooperar com qualquer importância [...].  
A propaganda no nosso periódico se impõe como um dever a cumprir, pois que ele, é de todos os trabalhadores em geral (*A Evolução*, 1º/05/1934).

No texto, quando o articulista diz que o jornal “é de todos os trabalhadores”, quer dizer que ele pode estar formando a ideia de que a SUO, por congrega os trabalhadores da cidade, é concebida a entidade máxima da classe operária em Rio Grande.

---

<sup>91</sup> *A Evolução*, 1º de maio de 1934.

Os artigos escritos por seus colaboradores que eram “diversos” buscavam despertar os sentimentos de força, construir identidades ou antagonismos entre os trabalhadores, tentando orientar as atividades desses operários. Entre as colunas do jornal que eram utilizadas para atingir estes objetivos, encontra-se “*O Bilhete*”, espaço onde seu redator, apresentado como Severo, convocava semanalmente os trabalhadores para o fortalecimento do seu órgão de classe. Além disso, “*O Bilhete*” apresenta críticas sobre temas que faziam parte do cotidiano dos operários naquele momento: Valor abusivo dos alimentos, falta de cumprimento das leis sindicais pelos fiscais do trabalho, anúncio de algum movimento grevista no País, exploração patronal, valor do transporte urbano, combate ao integralismo, etc. Ou seja, um espaço destinado pelo jornal com a finalidade de discutir temas apresentados como sendo de interesse para o conjunto da classe.

O jornal também atribui atenção para algumas datas festivas que faziam parte da vida do trabalhador, comemorações que dividiam espaço com a militância. O 1º de Maio era a festividade que, anualmente, se encontrava divulgada nas páginas do *A Evolução*, tanto por representar o dia do trabalhador, como também por ser a data de aniversário da SUO, referenciando assim, o universo da “cultura associativa”.

Sobre o 1º de Maio, a comemoração, em suas diversas faces, assumia um caráter ritualístico, as notas publicadas traziam uma série de informações acerca das atividades que seriam realizadas nesta data na cidade. As comemorações aconteciam tanto no interior da SUO como no espaço público. Por se tratar de um ato protagonizado por trabalhadores, de caráter político, era comum que a festividade tivesse essa dimensão pública, identificando o lado voluntário de uma classe que busca ampliar o movimento.

Assim, a produção e distribuição dos jornais, e a sua funcionalidade enquanto instrumento de conscientização, mobilização e orientação da classe trabalhadora e suas relações com o universo social, político, econômico e cultural desta classe, são os elementos que distinguem este tipo de imprensa de outras.

Na década de 1930, em Rio Grande, surgiram algumas entidades de representação operária, as quais estiveram atuantes por pouco tempo no movimento sindical da cidade. Com exceção da Frente Sindicalista que

congregou uma quantidade considerável de sindicatos, mas que também acabou tendo as suas atividades interrompidas, as demais organizações foram extintas logo após a sua fundação. Assim, a SUO continuou sendo a associação que esteve presente entre os trabalhadores, preservando-se enquanto uma entidade sindical de esquerda, se mantendo de pé diante das mudanças na estrutura política do País, e em momentos em que a repressão foi mais visível.

Em termos de movimento sindical em Rio Grande, atesta-se que os trabalhadores haviam amadurecido no processo de organização e construção da classe. O jornal contribuiu para este amadurecimento ao divulgar as diversas tentativas do movimento para implantar uma organização central na cidade. Ao mesmo tempo em que apoiava os setores mais próximos da classe trabalhadora que eram os seus sindicatos, buscando, ao mesmo tempo, melhorias na qualidade de vida e de trabalho da classe. Isto a partir de seu olhar sob as principais reivindicações dos trabalhadores rio-grandinos durante os anos de 1934 a 1937, período em que o *A Evolução* esteve atuante.

### **CAPÍTULO III “Trabalhadores de pé! É preferível morrer lutando á viver humilhado”: militância operária na cidade do Rio Grande**

A década de 1930 foi marcada pelo “controle” ou sua tentativa estabelecida sobre a população trabalhadora, sob a forma de censura, repressão e vigilância perante as sociedades organizadas pela classe operária brasileira.

Muitas destas organizações teriam sido gestadas ainda no período final da escravidão e nos primeiros anos de instituição da República, promovendo transformações neste cenário em que a busca pelos direitos sociais e políticos estava entre as principais reivindicações.

É consideravelmente pequeno o número de produções historiográficas que tornam visíveis as organizações operárias em contexto nacional, na década de 1930, isto, se comparamos com a quantidade de publicações que giram em torno do marco temporal que compreende a chamada República Velha (1889 até 1930).

No tocante a necessidade de pesquisas empreendidas sobre a temática, Schmidt (2011), sugere a ampliação de narrativas, ultrapassando o limite de recortes temporais que são apresentados pela maioria de trabalhos sobre a História da classe operária.

Entre os estudos que representam esta linha de análise, no Rio Grande do Sul, temos a pesquisa realizada por Beatriz Ana Loner (2010) sobre o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul, estudo que apresenta como objetivo estabelecer o perfil do trabalhador sul-riograndense, buscando averiguar a quantidade de carteiras profissionais expedidas durante a década de 1930 e observando a forma como ocorria a busca pela sindicalização e expedição do documento nas cidades de Pelotas, Rio Grande e, especialmente, Porto Alegre. Através deste mapeamento, Loner aborda as novas formas de regularização do trabalho, apresentando alguns critérios que estavam presentes: gênero, idade, etnia, profissão, estado civil e grau de instrução dos trabalhadores. Da mesma autora, temos a sua tese, sobre o movimento sindical nas cidades de Pelotas e Rio Grande (1999).

Em seu estudo sobre a greve geral, a luta de classes e repressão no Rio Grande do Sul, Konrad observa a forma como se configurou a luta de classe

durante as greves que aconteceram no Rio de Janeiro, bem como a formação do movimento no estado do Rio Grande do Sul durante o período, afirma que havia, por parte dos trabalhadores, entre as suas principais reivindicações, a conhecida luta pelo aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho.

Já a classe social que detinha o “controle” político, buscava manter o seu *status* e o bem-estar público, seja através da negação ou concessão de direitos à classe trabalhadora, ou então por meio de mecanismos policiais. Diante disso, a incorporação política no projeto de desenvolvimento era bem-vinda, mas para isso, a negação da luta de classes se transformava em ponto de partida (KONRAD, 2010, p. 04).

Em meio a esta conjuntura não favorável aos trabalhadores, o autor destaca a posição do empresariado, da Inspetoria Regional do Trabalho e da Brigada Militar frente aos conflitos e ao ato de interdição de sindicatos em Porto Alegre. Demonstrando a forma como o movimento foi reprimido por meio das ameaças de demissões apresentadas aos trabalhadores em decorrência de sua participação nos referidos motins. Com isso, define que a classe trabalhadora é constituída a partir destes embates políticos, buscando manter distância da repressão.

Esta relação entre resistência e repressão pode ser verificada entre as produções historiográficas que desenvolveram estudos sobre a história do trabalho no pós-30. Entre tais produções, elencamos a pesquisa de Gláucia Konrad, intitulada “Brasil e Rio Grande do Sul (1937 - 1945): historiografia do trabalho”, como um veículo de análise para a compreensão do período final desta década.

A autora desenvolve a sua análise problematizando o fato de que esta temática foi pouco abordada, no que diz respeito ao Estado Novo. Além disso, sinaliza que a resistência e a autonomia fazem parte do processo de reconhecer-se enquanto classe, o que justifica a sua defesa sobre a consciência da classe trabalhadora quanto a institucionalização das leis trabalhistas, pois, segundo ela "Nem todos os trabalhadores consideravam que a legislação trabalhista, corporativa e de inspiração fascista, eram uma simples ‘doação’ de Vargas, mas resultado de suas lutas por direito" (2010, p. 07).

Ainda segundo Konrad, diante desta dominação, os trabalhadores formulam certo caráter identitário, frente a resistência que só é possível devido

a construção de sua consciência enquanto classe, tendo em vista o histórico das lutas protagonizadas por trabalhadores de diferentes setores.

A partir da década de 1980, a historiografia passou a dedicar sua atenção para o estudo da classe operária no Brasil, não somente sobre a organização das estruturas sindicais e movimentos reivindicatórios, mas também se remetendo à História do operariado pautada na cultura de classe, movendo-se "(...) da estrutura para a experiência, do movimento operário para a classe operária" (SCHMIDT, 2011, p. 152), entre outras questões que valorizam a experiência dos trabalhadores.

Nesta direção, constatamos que as novas pesquisas têm criticado o papel de ator passivo atribuído ao trabalhador, referenciando a sua participação no contexto social enquanto agente histórico. Porém, torna-se válido o argumento de historiadores que salientam a importância da "estrutura" para o desenvolvimento de pesquisas sobre a classe operária. Em 2001, Silvia Petersen defende, em *"Que a união operária seja a nossa pátria!"*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações, o que ela denomina de "recomposição da rede institucional-organizacional do movimento operário".

Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, seus elementos constitutivos e não podem simplesmente ser descartados em nome de preferências analíticas. Também a luta por direitos que caracterizou o movimento operário não seria entendida sem a perspectiva da institucionalização (PETERSEN, 2001, p. 16).

Dessa forma, a história social do trabalho passou a compartilhar visões historiográficas em que observa o trabalhador como agente de sua própria vida.

As mudanças teóricas e metodológicas da década de 1980 incentivaram o surgimento de reflexões sobre a participação dos trabalhadores na sociedade brasileira do século XX, principalmente ao observarmos as discussões que consideram a experiência como conceito na construção da classe trabalhadora, admitindo os operários como responsáveis pela organização de distintas formas de resistência, como por exemplo, a participação das sociedades associativas entre o movimento operário.

Este processo de amadurecimento que o movimento presencia é sinalizado por Hobsbawm, sendo observado nas organizações de classe que são aperfeiçoadas conforme as necessidades do grupo.

A "associação profissional" de trabalhadores especializados, que se tornou o sindicato do século XIX, pode ou não ser descendente das antigas ligas de artesãos, mas seu próprio vocabulário ainda reflete sua origem pré-industrial. Sua função era organizar os membros de uma "profissão" ou "especialidade"; seus membros descreviam-se como "oficiais"; os artesãos e os especializados ainda hoje chamam-se "artífices". Até hoje os nossos dias, os membros de um sindicato não usam algum termo moderno para dirigirem-se uns aos outros, mas sim o de "irmãos" (2000, p. 261).

Com isso, esta experiência é a responsável por dar embasamento para a organização de um novo perfil de trabalhador europeu, ou seja, relações anteriormente definidas são modificadas e configuram-se a partir do espaço que agora é marcado pela produção fabril. Estes fenômenos estabelecem novos paradigmas de convívio, em que não somente o ofício indicava o perfil do operário, mas também as medidas de autodefesa tomadas por eles, como por exemplo, organização de movimentos grevistas e filiações a associações representativas, ações que os caracterizavam como desordeiros e responsáveis por abalar a paz social.

No Brasil, a proliferação de associações se fez presente. As chamadas sociedades mutualistas em suas várias modalidades são consideradas as primeiras formas de organização pertencentes ao proletariado urbano. Tais recursos tinham por função prestar auxílio e ajuda em ocasiões especiais como de doenças, acidentes, velhice ou outros casos que requeriam de algum tipo de subsídio.

Segundo Beatriz Ana Loner (1999), "estudar a formação da classe operária no Brasil significa analisar e acompanhar, em sua evolução temporal, as lutas, organizações, ideologia, condições de vida e trabalho". Para a autora, as estruturas econômicas, políticas e culturais integram e influenciam as atitudes e comportamentos dos indivíduos, atribuindo assim, uma caracterização específica ao fruto de suas lutas. Portanto, tendo em vista os estudos sobre as práticas de resistência elaboradas pelos trabalhadores, observa-se que as organizações representativas, podem ser, em momentos

como os iniciais da República, uma das únicas formas de luta contra a carestia e a dominação.

Mais tarde, mesmo com a proliferação do sindicalismo, não ocorreu o fim das antigas formas de associações, mas elas começaram a dividir o espaço, de acordo com a necessidade da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, havia a presença das chamadas associações recreativas, especialmente durante as primeiras décadas do século XX.

Segundo Loner (1999), estas Sociedades são representadas por diferentes perfis: grupos teatrais, musicais, esportivos e carnavalescos, ou seja, se trata de uma fase marcada por diferentes formas de expressões manifestadas pelos trabalhadores.

Tal como antes de 30, as entidades recreativas cumpriam um papel dúbio em relação ao trabalhador, porque auxiliavam a integração do grupo, mas, ao mesmo tempo, levavam a identificação com outros valores e definiam outras identidades que não contribuía para a delimitação classista (1999, p. 410).

Nesta mesma década, motivada pelas disputas políticas, a relação entre o Estado e a estrutura sindical viabiliza o aparecimento da classe empresarial como protagonista deste cenário de representação, fenômeno que ganha certo reforço com a Constituição de 1934, juntamente com as leis políticas de regulamentação social.

O trabalho organizado por César Augusto Bubolz Queirós e Evangelia Aravanis (2010), *Cultura operária: trabalho e resistência*, abriga um conjunto de artigos que versam entre temas como processo de construção da classe operária e das suas organizações de resistência, apresentando pesquisas em torno da imprensa operária e suas contribuições para formação da classe e de sua cultura no País entre os séculos XIX e XX, momento em que o processo de crescimento do espaço urbano se encontra em evidência.

Uma das questões centrais deste debate é a presença de associações de trabalhadores, observadas também, no trabalho de Adhemar Lourenço da Silva Jr, o qual ao analisar o mutualismo no Brasil e sua relação com as mudanças ocasionadas no cenário político, afirma que "(...) a implementação da previdência estatal para os trabalhadores urbanos na década de 1930 não acarreta o fim do mutualismo (...)" (2010, p. 18). Para chegar a esta conclusão,

o autor problematiza a ideia de ruptura atribuída por muitos pesquisadores, tendo em vista este período, marcado pela presença de organizações de trabalhadores e o momento em que há a instituição de políticas estatais.

Neste processo de construção da classe operária e caracterização do movimento de trabalhadores, Petersen destaca o papel desempenhado por cidades como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas no que se refere a fundação das primeiras associações reivindicatórias no Rio Grande do Sul, salientando a dificuldade em nomear, por meio de um mapeamento, as primeiras organizações fundadas no estado ainda no século XIX. Isto ocorre devido à falta de fontes necessárias para o estudo.

Petersen analisa a contribuição das fontes impressas para esta finalidade, enfatizando que “(...) a fonte mais rica para pesquisar estas associações é a própria imprensa operária, muitas vezes porta-voz de uma entidade e, portanto, também de suas aspirações e alianças (...)”. Neste sentido, a autora compreende o ano de 1904 como o marco inicial para a definição do movimento operário sul-rio-grandense, isto se deve também à influência recebida pela militância exercida por trabalhadores da América Latina (2001, p. 56-63).

Em pesquisa sobre as *Relações interestaduais e internacionais no processo de formação do movimento operário brasileiro*, Petersen (2010), analisou alguns aspectos que caracterizam a circulação da imprensa operária no final do século XIX e primeiras décadas do XX, procurando romper com os estereótipos que definem a História do movimento operário brasileiro a partir das experiências de trabalhadores de São Paulo e Rio de Janeiro.

Além das associações representativas, os militantes organizavam outras formas de expressão, utilizando-se destes mecanismos como uma maneira de propagação do próprio movimento. Dentre tais caminhos, a autora apresenta a imprensa operária, não com o intuito de se fazer a história da imprensa, nem mesmo se valendo do periódico enquanto fonte para o estudo de determinado fato histórico, mas o entendendo como um difusor da cultura proletária no Brasil.

O estudo da imprensa é frequente na historiografia sobre o movimento operário, mas em geral tem por objeto os próprios jornais, fazendo uma história da imprensa, ou questões

relativas às experiências associativas, reivindicatórias, político-ideológicas, etc. da classe, que o jornal divulga. Às vezes os jornais são, por sua continuidade, a única fonte para pesquisar alguns processos cuja dinâmica não é captada em outros materiais (como relatórios, atas de reuniões, assembleias e congressos, estatutos de associações, panfletos, etc.), pois estes são em geral fragmentados e descontínuos (2010, p. 114).

As associações desempenhavam papel fundamental entre as tipografias, pois, em determinados casos, são elas que contribuíam financeiramente para que as folhas se mantivessem em circulação, tanto no período em que a imprensa operária é gestada como durante a década de 1930, momento marcado pela censura sobre os jornais editados por trabalhadores.

Na sua tese *Classe operária: organização e mobilização em Pelotas, 1888-1937*, Loner analisa a formação da classe operária nas cidades de Pelotas e Rio Grande, dedicando um capítulo às associações de classe operárias na conjuntura de 1930. De acordo com a autora, a implementação de leis trabalhistas pelo Estado acionou uma nova configuração para a ação dos trabalhadores, pois, "(...) as associações de classe na década de 30, não compartilhavam mais a multiplicidade de formas encontradas na República Velha (...)" (1999, p. 429). Mesmo analisando a presença de regulamentações sindicais por parte do Estado, Loner não deixa de salientar que este foi "(...) um período de mobilização intensa, marcada por inúmeras greves, especialmente ligadas ao setor dos transportes (...)". (LONER, 1999, p. 435).

Por se tratar de importantes mecanismos de expressão dos trabalhadores urbanos em meio ao contexto social ao qual pertencem, as organizações sindicais e os jornais operários são espaços importantes para a atuação e desenvolvimento de ações reivindicatórias por parte da classe operária.

Ao caracterizar a vida operária fora do contexto fabril, Maria Auxiliadora de Decca (1983), em sua dissertação de mestrado, analisa as dificuldades enfrentadas pelas associações operárias de permanecerem atuantes em São Paulo, sobretudo no início da década de 1930, devido o caráter disciplinador do Estado. Frente a isso, a autora sinaliza que uma das políticas públicas adicionadas a este processo, tem a adoção da educação formal, a qual tinha por objetivo instrumentalizar e educar os trabalhadores, tornando-os próprios para o convívio social (1983, p. 97-98).

Com o objetivo de estudar as condições de vida do proletariado urbano, a autora observa a indústria paulista durante os anos de 1927 e 1934 ao citar a quantidade de estabelecimentos, as atividades desempenhadas por eles e o perfil do trabalhador encontrado na cidade, finalizando com uma análise sobre o surgimento da imprensa enquanto um órgão de luta da classe operária. Decca conclui que "a classe operária tinha consciência de seus interesses e afinção", porém, os movimentos ocorridos em 1930 e 1932, por exemplo, são marcados pela sua ausência e das suas entidades.

As organizações de trabalhadores em São Paulo referenciadas por Decca, da mesma forma que os estudos apresentados anteriormente (SCHMIDT, 2011; LONER, 1999, 2010; e PETERSEN, 2001, 2010) representam a preocupação da historiografia quanto a presença da classe operária nas lutas por melhores condições de vida e de trabalho.

Diante deste caminho seguido pelas análises sociológicas e historiográficas que discutem a organização de associações e caracterizam a imprensa operária, o presente capítulo disserta sobre a atuação da SUO no cenário rio-grandino, haja vista se tratar da entidade responsável pela publicação do jornal *A Evolução*.

### **III.I - A atuação da Sociedade União Operária (SUO) no cenário rio-grandino**

Nesta parte do capítulo se estará analisando o objetivo da União Operária, enquanto entidade representante da classe operária na cidade do Rio Grande.

No dia 17 de dezembro de 1893, na residência do operário carpinteiro Ricardo Jacob Petrez, e a convite do mesmo, compareceram 47 operários de diferentes profissões.

Por Jacob Petrez foi dito aos presentes que, a reunião tinha por fim fundar uma sociedade capaz de despertar os sentimentos operários, adormecidos pelo indiferentismo das classes trabalhadoras, que os operários precisavam unirem-se para tratarem por todos os meios a seu alcance melhorar as condições de vida (*Cultura Proletária*, 1º de maio de 1929).

Conforme indica o jornal *Cultura Proletária*, editado em comemoração ao 1º de maio de 1926, de tiragem única, foi realizada uma primeira reunião no dia

17 de dezembro de 1893, com a finalidade de providenciar a organização de uma sociedade que representasse o operariado rio-grandino. O acontecimento contou com a presença de um número reduzido de operários e terminou com a composição da seguinte diretoria: Ricardo Jacob Petrez como presidente; Cândido Soares de Lima ocupando o cargo de secretário; João Baptista Feijó como tesoureiro; a função de orador sendo desempenhada por João José T. Paranhos; e a de procurador sob a responsabilidade de Joaquim Martins de Castro<sup>92</sup>. Em 24 de dezembro de 1893, a SUO é fundada. Entretanto, conforme indica o Estatuto<sup>93</sup>, a sua inauguração se dá na data simbólica de 1º de maio de 1894.

Assim, como forma de realizar um retrospecto sobre a sua trajetória, sinalizamos que a União Operária passou por três momentos que compõem o seu histórico: 13 de dezembro de 1893 como o dia marcado pela exposição do projeto de criação da Sociedade; 24 de dezembro de 1893 quando ocorre a fundação da entidade que já contava com um grande número de trabalhadores; e finalmente o primeiro de maio de 1894 como a data escolhida para a sua inauguração oficial. Como sinaliza o jornal *A Evolução*, se trata de uma [...] associação fundada e conservada por elementos trabalhadores<sup>94</sup>.

A entidade apresentava como objetivo central a união da classe trabalhadora, independente das suas diferenças quanto ao setor da economia que cada operário pertencia, podendo ser constituída por indivíduos maiores de 14 anos de idade, de ambos os sexos e de qualquer nacionalidade, sendo seu dever "respeitar a ordem e leis vigentes no país"<sup>95</sup>. A eles era admitida a possibilidade de exercer atividades distintas, como industriários, comerciários, agricultores, artesões e intelectuais, buscando assim, a organização destes trabalhadores em classes segundo a função desempenhada por cada um.

Entre as propostas e finalidade da entidade, destacava-se a reivindicação por melhorias nas condições salariais, incentivando ascensão econômica, intelectual e cultural destes operários, estando eles assim, habilitados para a realização de atividades relacionadas a todos os âmbitos de

---

<sup>92</sup> *Cultura Proletária*, 1º de maio de 1926.

<sup>93</sup> O primeiro Estatuto da SUO, datado do ano de 1893, é reformulado e aprovado em 1938 por José Joaquim Vieira Mendes, oficial do registro especial de títulos e documentos da comarca de Rio Grande, realizando o seu registro em 02 de agosto de 1939.

<sup>94</sup> *A Evolução*, 1º de maio de 1935.

<sup>95</sup> Estatuto da SUO, 1939, p. 05.

sua vida pessoal e/ou profissional, ao receber instruções sobre artes, letras e ciências. Para tanto, a entidade mantinha alguns departamentos, entre os quais, destacamos a presença da escola, criada em 05 de outubro de 1894 com o intuito de instruir, qualificar e educar os seus filiados e familiares a partir de uma educação "moderna, liberal e racional"<sup>96</sup>. Em termos contextuais, isto é possível de ser observado já nas primeiras décadas do século XIX, momento em que o hábito pela leitura começou a ganhar espaço, prática esta responsável por exercer influência sobre as ações desempenhadas no interior das associações.

De acordo com o jornal *Cultura Proletária*, após a criação de uma mesa de leitura e organização de sua biblioteca, a entidade instala na sede social, o seu espaço escolar, sendo composto por uma aula diurna para as crianças e uma noturna para adultos, sob a responsabilidade do professor Emilio Borne. Neste mesmo ambiente, no dia 23 de novembro de 1905, sob a iniciativa de Joaquim da Cruz Dias<sup>97</sup>, criam-se as aulas de leituras e trabalhos manuais para o sexo feminino, apresentando o caráter técnico de ensino preconizado pela SUO. As aulas eram ministradas pela professora Maria Conceição Gomes.

Além disso, o Estatuto<sup>98</sup> indica a necessidade de promover palestras e conferências, cuja temática fosse sobre assuntos de cunho social, divulgando a importância de haver a organização da classe trabalhadora em sindicatos autônomos, de profissões específicas, mas sem perder de vista o apoio atribuído à classe e a orientação recebida pela Sociedade quando solicitada pelos trabalhadores. Sinaliza o quão conveniente é manter as atividades do Grêmio Lírico Dramático União Operária<sup>99</sup> para as apresentações teatrais, como forma de se disseminar a cultura entre o operariado. Nesta mesma perspectiva, a entidade preservava a circulação de um jornal que chegava nas mãos do trabalhador de forma gratuita, além de manter o funcionamento de uma biblioteca com as verbas provenientes das doações recebidas de seus associados.

---

<sup>96</sup> Conforme destacado pela professora Maria L. de Moura, ao posicionar-se quanto a missão da escola (*Cultura Proletária*, 1º de maio de 1926).

<sup>97</sup> *A Evolução*, 1º de maio de 1936, p. 08.

<sup>98</sup> Neste estudo, iremos trabalhar com o Estatuto da década de 1930.

<sup>99</sup> Sobre teatro operário rio-grandino, ver: SILVEIRA, Marcos César Borges. **O teatro operário na época das primeiras chaminés (1902 - 1920)**. São Leopoldo, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, 2000.

Ressalta ainda, em seu Estatuto, que entre os direitos dos associados, encontra-se o auxílio prestado em caso de necessidades financeiras ou outras emergências que poderiam vir a ameaçar o bem-estar do trabalhador

[...] participando que tendo a associada Lydia Carvalho Costa, devido achar-se enferma e vir lutando com grandes dificuldades, ter pedido a diminuição de 5\$000 no aluguel do quarto que ocupa da sociedade e tendo a diretoria achado justo o pedido, depois de bem estudado e informado resolvido conceder, tendo este conselho concordado até que a situação melhore [...] (Ata nº 02 da Sessão Ordinária do Conselho Deliberativo da SUO, 17 de fevereiro de 1932).

A caixa de amparo social mútuo apresentava esta função assistencial, uma vez que por motivo de saúde, o operário que estivesse impossibilitado de trabalhar, a ele seria concedido o benefício de 1/3 (um terço) de seu salário durante os trinta dias de afastamento do trabalho, podendo o auxílio ser prorrogado, caso fosse comprovada a real necessidade. Se ocorresse o falecimento do mutuário, a família receberia uma soma total de cento e vinte mil réis em dinheiro ou o mesmo valor em artigos alimentícios, conforme a preferência do filiado.

Entre as entidades de classe que mobilizou o operariado rio-grandino destacou-se a SUO, fundada em 1894, e que se manteve em atividade até seu fechamento em 1964. Na entidade circularam as mais variadas correntes ideológicas, embora entre as posições de liderança o predomínio tenha sido dos socialistas, os anarquistas também marcaram presença. De acordo com Loner (2001, p. 26), entre os anarquistas, as mulheres encontraram uma oportunidade de participar mais ativamente do movimento de trabalhadores, principalmente por que para eles a educação da mulher era uma importante ferramenta para a sua emancipação.

Na sede da SUO ocorriam conferências, palestras, comícios, assembleias, bailes e apresentações teatrais, espaços utilizados pelos intelectuais, aqueles que pensavam o movimento dos trabalhadores, para mobilizar seus companheiros, preparando-os para a luta, e conscientizando-os para a ação.

Além de organizar o operariado local, a SUO buscava a formação cultural de seus associados, para isso, mantinha jornais, biblioteca, grupo teatral e escola para que os trabalhadores e seus filhos pudessem frequentar.

Já no que se refere a sua estrutura administrativa, a entidade contava com nove membros compondo a comissão diretiva<sup>100</sup>, além da participação do conselho consultivo formado por sete sócios. O tempo de mandato tanto da comissão diretiva como do conselho consultivo era de um ano, podendo os membros serem reeleitos por duas vezes apenas.

À diretoria era incumbida a tarefa de gerenciar questões orçamentárias, convocar assembleias com o conselho da entidade, redigir os relatórios provenientes de sua gestão, demitir e admitir funcionários que prestassem serviços para a SUO, além de efetuar a nomeação dos sócios para as comissões.

A administração da Sociedade era composta também, pelo conselho consultivo, a ele eram atribuídas as funções de reunir-se mensalmente, a fim de analisar o balanço elaborado pela tesouraria, bem como observar a aplicação das verbas, ou seja, ao conselho era designada a tarefa de fiscalizar as ações da direção. Contudo, é válido destacarmos que estas duas repartições responsáveis pela administração da União Operária encontravam-se sob o jugo da assembleia geral.

As assembleias deveriam ser realizadas em cinco sessões durante o ano, cada uma delas própria para discutir assuntos já estabelecidos em Estatuto. Nos meses de março e junho analisavam questões cotidianas da entidade, já em outubro, apresentavam a nomeação das comissões, em novembro, tornava público o relatório presidencial e no mês de dezembro, elegia-se a diretoria e conselho consultivo para o próximo ano.

Como uma maneira de incentivar a promoção de assembleias e festividades que demonstrassem a organização do movimento de trabalhadores na cidade, a Sociedade disponibilizava o seu salão; tanto para que ocorresse as reuniões, como para a instalação temporária de sindicatos que não possuíam espaço para se reunirem, contribuindo assim, para a construção do sentimento de pertencimento e solidariedade entre os

---

<sup>100</sup>A comissão diretiva era composta por: Presidente, vice-presidente, dois secretários, dois tesoureiros, dois procuradores e um bibliotecário (Estatuto da entidade, 1939).

trabalhadores filiados; além de manter estas entidades representativas em funcionamento, visto o período de crise que muitas associações atravessavam durante a década de 1930, por exemplo. A situação do sindicato da estiva é um exemplo disso.

Comunicando em vista da solicitação feita pelo Sindicato da Estiva, ter a diretoria resolvido ceder os salões da S.O de junho do corrente ano, livre de qualquer remuneração, em vista da crise que atravessa o mesmo, tendo este conselho concordado; [...] (Ata nº 02 da Sessão Ordinária do Conselho Deliberativo da SUO, 17 de fevereiro de 1932).

Paralelamente a este tipo de auxílio, como a organização de espaços e eventos próprios para a instrução dos trabalhadores: escola, biblioteca, conferência de palestras e apresentações de peças teatrais, ocorria também a assistência ao trabalhador que passava por dificuldades financeiras, bem como a concessão de seu espaço físico para a realização de reuniões e festivais. Sendo estas algumas das ações desempenhadas pela União Operária durante o período em que esteve atuante no cenário rio-grandino, (de 1893 a 1964, extinta com o golpe civil militar brasileiro), qual se dizia lutar por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores.

Contudo, esta demanda assistencialista não era dirigida somente aos sócios que se encontravam empregados<sup>101</sup>, pois, no momento em que um associado se desempregava, a SUO estabelecia contato com os sindicatos dos empregadores, no objetivo de solucionar esta questão. Por outro lado, se fosse da vontade do trabalhador mudar-se de cidade, a Sociedade concedia apoio financeiro para o seu deslocamento e de sua família.

Ao caracterizarmos a União Operária de acordo com as regulamentações registradas em seu Estatuto, podemos perceber o perfil de relacionamento estabelecido entre a entidade, a sua direção e o trabalhador filiado a ela. Assim, torna-se importante destacar a participação do militante Antônio Guedes Coutinho<sup>102</sup>, o qual faz parte da História da SUO e trabalhou em fábricas de tecelagem, como prestador de serviços, desempenhando a função de professor

---

<sup>101</sup> Segundo o livro grade e de matrícula de 1900, nos primeiros anos de sua fundação, a SUO chegou a contar com um total de 1.186 sócios.

<sup>102</sup> Sobre a trajetória de Antônio Guedes Coutinho ver a dissertação de mestrado de Benito Bisso Schmidt **Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)**", defendida em 1996, no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

na escola, além de ter composto a equipe diretiva do *Echo Operário*, mais precisamente sendo o articulista deste jornal.

O fundador do Partido Socialista do Rio Grande do Sul, em 1897 (LUCAS; PETERSEN, 1992), posiciona-se quanto o surgimento das diversas associações operárias no Estado, enfatizando que estas não possuíam caráter ideológico definido, mas que intencionavam representar a classe operária frente ao governo e beneficiar os seus associados prestando-lhes assistência.

Coutinho era adepto da corrente socialista, observando a fundação de um partido pela SUO como um dos caminhos para se consolidar a luta operária em Rio Grande (SCHIMDT, 1999). Como membro da entidade, levou as reuniões do partido que havia fundado para a sede, o que gerou conflitos internos, haja vista que o Estatuto da entidade expressava uma ideia contrária à propagação de correntes ideológicas no interior da SUO<sup>103</sup>.

Da mesma forma que outras instituições, a União Operária sofreu influências das mudanças políticas sucedidas no País, assim como contou com a presença de diferentes correntes ideológicas.

Em função destas diferenças internas, os conflitos na entidade eram frequentes e envolviam principalmente dois grupos: os adeptos do socialismo e aqueles que não queriam a “política” na organização. Por exemplo: em setembro de 1898, o Sr. Mário Douglas, na coluna “Notas ligeiras” da Tribuna do Povo, censurou a União Operária por esta haver cedido seus salões para a realização das assembleias do recém-criado Partido Socialista local (SCHIMDT, 1999, p. 154).

As discórdias entre os trabalhadores associados e o corpo diretivo da SUO marcam a História da Sociedade, principalmente por ser um dos elementos responsáveis pela redução do número de associados no decorrer dos anos. Se no período inicial de sua fundação ela contava com uma quantidade que excedia 1.000 filiados, no ano de 1924 o registro é de 135 sócios em seu livro grade e matrícula.

Mesmo com este número restrito, a entidade se manteve seguindo as indicações registradas nas primeiras páginas de seu Estatuto, na década de

---

<sup>103</sup> Além do Estatuto, tal posicionamento era defendido nas assembleias promovidas pelo conselho deliberativo da entidade, principalmente, quando havia casos de acusações sobre a presença da corrente comunista entre os associados da entidade. [...] esta sociedade sendo uma entidade alheia a ideias políticas e religiosas [...] (Ata da Sessão do Conselho Deliberativo, 1936, p. 50).

1930, "(...) e nem se dissolverá enquanto houver três sócios unidos (...)"<sup>104</sup>. Com isso, ela pretendia assegurar a união da classe trabalhadora frente a grupos privilegiados socialmente e economicamente. Isto pode ser observado no diálogo que tratou da participação da SUO nas festividades de comemoração do centenário da cidade, no dia 24 de junho de 1935, episódio que gerou conflitos de opiniões entre os associados presentes na assembleia de 21 de junho de 1935.

Nos dias que antecedem o aniversário da cidade, a União Operária foi convidada pelo prefeito municipal para hastear a sua bandeira na solenidade. Por não se tratar das comemorações do Primeiro de Maio, a diretoria solicitou a opinião dos demais membros em assembleia geral, gerando um debate sobre a presença da União entre as festividades promovidas pela prefeitura.

A diretoria se postava a favor da participação, seu argumento era de que com este gesto não haveria "(...) quebra de interesses, na nossa ação pró-defesa dos trabalhadores (...)"<sup>105</sup>. Por outro lado, havia manifestações contrárias à participação, sob o argumento de que o Estatuto não se posicionava quanto à licença de hasteamento em comemorações que não fossem dirigidas, unicamente a classe operária. Dessa forma, não havia motivo de congregar um símbolo pertencente a classe em "festejos de origem burguesa"<sup>106</sup>. Frente a esta discussão, a União decidiu por remeter um ofício ao prefeito em agradecimento ao convite realizado, porém, sinalizando que, por se tratar de uma "(...) organização de trabalhadores lutando contra a mais espantosa miséria guiada pela falta de trabalho (...)"<sup>107</sup>, não havia sido possível a presença da SUO na celebração.

Diante de tal fato, observamos que a entidade mantém, entre as suas finalidades, a capacidade de atender às perspectivas da classe trabalhadora a qual representa, ou seja, apesar de se tratar de um momento na História do movimento operário marcado pela censura e repressão policial, sobretudo perante as associações de trabalhadores, a SUO nega o convite recebido da prefeitura, em prol dos objetivos da classe, posição esta já adotada no período inicial de sua formação e mantida no decorrer do século XX.

---

<sup>104</sup> Estatuto da SUO, 1939, p. 05.

<sup>105</sup> Livro de ata da Assembleia Geral, 1929 – 1959, p. 64.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Livro de ata da Assembleia Geral, 1929 - 1959, p. 64 - 65.

A proposta de organização de entidades divididas em categorias que tinham por objetivo obter melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, não deixou de existir durante a década de 1930, mesmo dividindo espaço com o aparato repressivo presente na relação Estado/entidades representativas, sendo muitas lideranças sindicais envolvidas pelas promessas varguistas, filiando-se a sindicatos e seguindo a regularização do governo, ou seja, respeitando as leis trabalhistas vigentes e o processo de sindicalização que instaurado.

A partir do decreto lei nº 19.700, instituído em 19 de março de 1931, o governo impunha regularização sindical realizada pelo Estado e, partindo desta premissa, o trabalhador brasileiro, para ser contemplado, de forma a usufruir de algum benefício advindo da legislação social, deveria obrigatoriamente, estar vinculado a algum órgão oficializado pelo MTIC (Fausto, 2009).

Diante disso, a SUO solicita autorização à Inspeção Regional do MTIC, para conduzir a sindicalização em Rio Grande, o que lhe é concedido<sup>108</sup> (Loner, 1999, p. 436).

Este processo de sindicalização e, ao mesmo tempo, a posição adotada pela Sociedade frente as políticas sancionadas pelo governo, não exclui o objetivo da classe trabalhadora, a busca por melhores condições de trabalho e de vida e direito de expressão. Isto foi observado no episódio relatado em uma das reuniões dos sócios da entidade, onde um dos seus associados foi acusado por promover reuniões tendo por temática o comunismo. Nesta ocasião, para que o filiado não fosse reconhecido enquanto desordeiro e sofresse retaliações, a entidade compartilhou da situação em defesa da classe.

[...] pede a palavra o companheiro Otávio dos Santos, dizendo que ao ser chamado pelo delegado; este diz que tinha uma denúncia que ele fazia reuniões de comunismo em sua oficina de trabalho o companheiro Otávio, diz que ele não tinha ideias comunistas, e que nem fazia sessões de tal natureza, e pede para os companheiros do conselho tomar as providências ao que consta nos nossos estatutos; pede a palavra o companheiro Mario de Paula Gonçalves propondo uma verba de 200\$000 para custear as despesas para proceder o processo contra o denunciante que e o agiota Lele Damião posta em aprovação é unanimemente aprovado (Ata da sessão do Conselho Deliberativo, 1936, p. 49-50).

---

<sup>108</sup> Ata da Assembleia da SUO, nº 42, dia 30 de junho de 1932.

O que nos interessa analisar aqui não é o fato de Otávio Santos (membro da diretoria da SUO), ser ou não comunista, e sim compreender que diante deste caso e das movimentações políticas configuradas pelo Estado, ironicamente, a vigilância e a repressão impostas aos trabalhadores contribuíram no processo de construção da classe trabalhadora em Rio Grande, na década de 1930, na medida em que a SUO concede assistência ao operário que lhes pede auxílio em meio a acusação.

Portanto, foi necessário que a classe operária passasse por um período até então não vivenciado, construindo assim, certa experiência, no que concerne à luta conjunta por seus direitos, ao mesmo tempo em que se reconheceram como pertencentes a um grupo específico.

Assim, é válido salientarmos que a classe é formada tendo em vista a articulação solidária entre os trabalhadores, construída, inclusive, em momentos em que as agremiações operárias passam por reformulações e adaptações. Com isso, sinalizamos que o ano de 1934 é caracterizado por estas questões, uma vez que a partir da participação da União Operária no Congresso realizado pela FORGS, no dia 1º de maio de 1934, em Porto Alegre, a diretoria da Sociedade passou a ter novas percepções sobre a organização do movimento de trabalhadores em Rio Grande.

O pensamento da classe operária rio-grandina em 34, acerca da organização do movimento operário na cidade, pode ser percebido no discurso do então diretor da entidade - Carlos Silva, o qual defendeu no evento, as seguintes teses:

Artigo 1º. Oficialização urgente de sindicatos de profissões, com ou sem oficialização ministerial do proletariado de todo o Estado em particular, e do Brasil em geral, manifestando e orientando numa só diretriz, isto é, tendo por meta a consecução de sua emancipação econômica, política e social, da tutela das classes parasitárias;

Artigo 2º. Guerra de extermínio ao nascente flagelo entre nós - o - Integralismo - último esteio das classes dominantes, e coveiro das aspirações de liberdade proletária;

Artigo 3º. Pleitear a reforma que preceitua as letras c e f do art. 1º e mais o art. 12 do decreto nº 19.770, atendendo a que sendo no conceito operário, a atual forma de trabalho, uma escravatura universal, e os operários subordinados ao seu jugo onde quer que estejam, sem distinção de nacionalidade, consideram todos os trabalhadores, com os mesmos direitos

de pleitearem sua liberdade onde quer que se encontre os seus senhores (Ata nº 53 da Assembleia Geral da SUO, 1934, p. 53).

Expostas as teses proferidas no Congresso, posteriormente apresentadas em reunião para o grande grupo da União Operária, ficou estabelecido que o movimento de trabalhadores necessitava da:

- a) criação de comitês locais de pró-organização e propaganda contra o integralismo, cujos comitês deverão fazer um fervoroso apelo, para que, se ponham de parte as pequenas divergências ideológicas, demonstrando com os fenômenos que se observam no ambiente nacional e muito especialmente no internacional (...); e
- b) intensificação da imprensa proletária - inigualável veículo de propaganda e educação - no maior número possível (Ata nº 53 da Assembleia Geral da SUO, 1934, p. 53).

A estrutura política do Brasil e a sua repercussão sobre a forma de organização da classe trabalhadora possibilitou o surgimento de caminhos que auxiliaram na superação de conflitos entre classes. Neste contexto, a articulação das associações de militância com os operários se tornou importante, sendo que, os periódicos desempenharam papel fundamental de orientadores neste meio.

A fundação de um periódico funcionava como um mecanismo de propagação de ideias e de sustentação da união entre os trabalhadores, pois a imprensa operária coloca em evidência discussões sobre contradições entre classe, na relação entre dominantes e dominados (PETERSEN, 2010, p. 113) e ainda realiza a interpretação e divulgação dos fatos [...] à luz da teoria à qual a publicação está filiada [...] (JARDIM, 1990).

Diante desta conjuntura marcada por mudanças políticas e movimentações da classe operária em defesa da sua representação, surge o jornal *A Evolução*, de Rio Grande, folha proletária editada pela SUO, mantida em circulação na cidade entre os anos de 1934 e 1937. Dessa forma, nos propomos a analisar de que maneira o jornal atuava como porta-voz dos interesses da classe operária rio-grandina.

### **III.II - A imprensa como porta-voz da classe operária: o caso do jornal *A Evolução* de Rio Grande**

Os materiais impressos pelos trabalhadores, constituídos por jornais, panfletos e livros publicados pelos militantes, possui uma importante função expressão de opinião e fomentadora de revolta entre os trabalhadores, pois é através do discurso oral e escrito que as ideias circulam seduzindo, reelaborando valores e gerando novas atitudes (Carneiro, 2002).

Falar em "imprensa operária" nos faz pensar sobre a História da classe trabalhadora, sobretudo a partir do momento em que os jornais começaram a fazer parte deste processo de construção da classe operária. Observa-se que conforme o movimento se desenvolvia e adquiria contornos mais definidos, isto devido a sua atuação, o jornal permanecia como um mecanismo de expressão eficiente entre os trabalhadores, agregando adeptos e colaborando na formação de futuros militantes.

Um dado interessante é o fato de que as instituições representativas, sejam elas configuradas segundo o caráter étnico ou de classe social, se utilizavam dos jornais como um difusor da ideologia e como espaço de reflexão das realidades. O que nos leva a acreditar que entre as primeiras necessidades sentidas pelo movimento, era a fundação de um periódico, seja para tornar público os seus ideais, adquirindo reconhecimento social, ou mesmo como forma de revitalizar o movimento em certos períodos.

Estes dados nos revelam a importância da imprensa para a classe operária. Tendo consciência disto, a SUO, inicia o processo de editoração do jornal *A Evolução*, no dia 01 de maio de 1934, em um primeiro momento, com a colaboração da FSRG, por serem as duas entidades representativas do operariado<sup>109</sup> no Município. A primeira associação, como vimos, se manteve atuante de 1893 a 1964, e possuía uma força de representação reconhecida no Estado. Já a Frente, como vimos, fundada em 1932, congregava um acentuado número de organizações sindicais da cidade, aspecto este responsável pela sua consolidação, como também pelo seu declínio.

---

<sup>109</sup> Ata nº 55 da Assembleia Geral da SUO, em reunião de 09 de junho de 1934.

Na reunião do dia 9 de junho de 1934, divulgava-se em assembleia geral que o motivo da desvinculação seria o fato de que a Frente Sindicalista se encontrava “acéfala”. A Frente alegava que não possuía capacidade jurídica para tratar qualquer problema que porventura surgisse, justificando dessa maneira o motivo pelo qual se achava ausente entre as atividades de sua responsabilidade.

Diante disso, o Conselho Deliberativo da SUO a acusava de não se fazer presente em reuniões que teriam sido convocadas para tratarem de sua recomposição. Da mesma forma, o próprio jornal anunciava o seu chamamento sem haver o comparecimento dos que a representavam, conforme pode-se ver abaixo:

A Frente Sindicalista local convida a todos os membros que a compõem a se reunirem em sessão extraordinária, quarta-feira 13 do corrente, às 20 horas, na sede da S. União Operária. Havendo assuntos de máxima importância a serem resolvidos, espera o seu atual presidente o comparecimento de todos (A *Evolução*, 10/06/1934).

Após a assembleia do dia 9, o grupo editor do *A Evolução* passa a ser composto, unicamente pela União Operária. Entre algumas características sobre a sua circulação, destacamos que a folha era publicada semanalmente, aos domingos, tendo como local de redação a sede da SUO, localizada na rua Jatahy, nº 297. A assinatura variava entre anual, semestral, trimestral, mensal e avulso<sup>110</sup>.

Desde o momento que foi criado, o jornal apresentava como objetivo estabelecer a igualdade sobre todos os princípios, enfatizando que se tratava de um legítimo "representante das classes trabalhadoras", e adotando como lema "Formar consciência livre". Diante de tais posicionamentos, que evidenciam a ligação do periódico com o público alvo - os trabalhadores -, esta parte do capítulo tem por intuito demonstrar a forma pela qual o jornal agia como legítimo porta-voz dos trabalhadores, sinalizando as principais reivindicações da classe durante o período.

Contando com a presença de Gervásio Dias no cargo de gerente de edição, o qual desempenhava as funções de primeiro secretário na equipe diretiva da União Operária e a de presidente do Sindicato dos Operários

---

<sup>110</sup>Informações obtidas pelo "Expediente" do jornal.

Gráficos e Classes Anexas, a folha foi inserida no cotidiano da classe operária durante a solenidade de comemoração do 1º de maio de 1934, dia em que a SUO completava o seu quadragésimo aniversário.

A cerimônia com abertura oficial pela manhã, contou com o hasteamento da bandeira da entidade, tendo continuidade à noite, período em que foi cantado o Hino da Sociedade pelos alunos pertencentes ao grupo escolar da SUO. As atividades culturais foram encerradas com a apresentação da peça teatral "Amor e Ouro", encenada pelo Grêmio Lírico Dramático Germinal, contando com a presença de cerca de dois mil simpatizantes da causa operária, muitas deles sendo impossibilitados de assistir à peça, devido à incapacidade física do espaço para receber um número elevado de pessoas. Após, o gerente do *A Evolução* discursou sobre a importância do 1º de maio para os trabalhadores, problematizando a exploração capitalista que os afeta, a qual segundo ele, somente seria superada com a união do proletariado enquanto classe. Outros discursantes colaboraram com este momento de reflexão, entre eles alguns nomes já conhecidos entre os militantes filiados a SUO: José Pinho, Martins Duarte e Octávio Santos<sup>111</sup>. A celebração foi finalizada com a distribuição da primeira edição do jornal.

O *A Evolução* surgiu quando a representação de classe no Brasil já se fazia presente, visto a aprovação na Constituinte sobre a possibilidade de haver a presença operária na Câmara Federal, Estadual, bem como nos conselhos municipais. Contudo, o jornal não observava esta mudança como um benefício atribuído pelo governo, mas sim como o resultado das lutas desempenhadas pelos trabalhadores, unidos pelo mesmo objetivo.

Fundado em uma conjuntura marcada pela participação do Estado em questões trabalhistas, o semanário percebe como de sua responsabilidade o acompanhamento de situações que envolviam as necessidades da classe, observando a ação grevista como a principal forma de resistência praticada pelos trabalhadores em âmbito local e nacional. Dessa maneira, no que se refere à construção da classe operária em Rio Grande, percebemos entre as páginas do *A Evolução*, que estas são as principais discussões realizadas.

---

<sup>111</sup> *A Evolução*, 10 de maio de 1934.

Por meio de discursos intitulados como *Apelos aos proletários do Rio Grande*<sup>112</sup> o jornal cede espaço para as manifestações de trabalhadores que querem caracterizar o seu modo de vida, com vistas às suas necessidades básicas. Observando que a falta de uma alimentação de qualidade é ocasionada pelos baixos salários atribuídos pelo "burguês", considerado o inimigo comum. Tais expressões se colocam em contraposição às medidas tomadas pelo Estado através da legislação social. Segundo o argumento deste jornal, se tratava de uma medida paliativa, objetivando "[...] iludir o proletariado, sequioso de emancipação, pois, todas as contendas em que os operários se subordinam à ela tem resultado em benefício dos seus exploradores"<sup>113</sup>. Compreendemos que o diálogo proposto pelo periódico vai ao encontro do que Wood afirma sobre o Estado enquanto assegurador do capital.

A propriedade privada absoluta, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca de mercadorias exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. Em todos esses sentidos, apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apoia firmemente na política (2003, p. 35).

Na mesma edição, de 10 de maio de 1934, o jornal chama a atenção para que os fiscais de leis sociais, juntamente com os orientadores das organizações sindicais, atentem-se para os fatos que acontecem no interior das fábricas e oficinas.

A divulgação de casos de exploração praticados pelos empregadores, as irregularidades no pagamento dos salários, sobretudo os atrasos no recebimento e os descontos realizados indevidamente, nos fazem observar que a maioria destas situações aconteciam com mulheres, visto que a possibilidade de apresentarem alguma queixa é restrita, uma vez subjugadas como gênero e como classe. Além disso, os militantes que exerciam certa representação entre os demais trabalhadores, apresentavam uma percepção negativa quanto à resolução destas questões através de setores que não eram exclusivamente o sindicato, porém, acabam aderindo a tais mecanismos, uma vez que as

---

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> *A Evolução*, 10 de maio de 1934.

operárias que passam por estas situações, em sua maioria, não se encontram filiadas a órgãos sindicais.

Diante deste distanciamento da mulher proletária dos espaços que lhe são próprios à militância, a senhorita Dalva Duarte, em artigo<sup>114</sup> em que se refere ao lugar da mulher na frente de luta, destaca a necessidade de se incluir entre as associações representativas de classe, segundo ela, somente através do seu reconhecimento enquanto pertencente ao grupo, haverá o rompimento com qualquer tipo de individualismo e sectarismo. "(...) devemos nos organizar em nosso sindicato de classe, para que unidas possamos lutar por nossas reivindicações mais sentidas"<sup>115</sup>.

Sobre esta diferença entre gêneros, a divisão do mesmo espaço de militância entre o homem e a mulher e a utilização da imprensa enquanto mecanismo de orientação, Thompson destaca que:

A classe operária é composta por homens e mulheres que, em suas relações de trabalho, convivem com uma cultura previamente estabelecida, ao mesmo tempo em que transformam tais relações com novas modelagens culturais, o que ocorre com a divulgação e a interação de ideias por meio dos textos jornalísticos (1987, v. 2, p. 18)

Em meio a luta constante pela causa, o *A Evolução*, logo no seu primeiro ano de fundação, expressa preocupação quanto à sua permanência entre os trabalhadores, pois, em 1935 a polícia de Porto Alegre, capital do Estado, proíbe a circulação do *A Voz do Trabalhador*, folha cuja edição era de responsabilidade da FORGS. O estado e os órgãos de repressão identificavam a FORGS como tomada por militantes comunistas. Apesar de não se tratar de uma surpresa, por este ser um periódico representante da classe que se posicionava claramente contra "os senhores do Poder"<sup>116</sup>.

Diante de tais situações, o *A Evolução* coloca a seguinte indagação aos seus leitores: Porque as folhas intituladas como burguesas não sofrem a mesma represália? Segundo o jornal, a resposta está na solidariedade existente entre políticos e os detentores do poder econômico, responsáveis por

---

<sup>114</sup> Este artigo é resultado de seu discurso no evento organizado pela Federação Operária do Rio Grande do Sul, em 29 de dezembro de 1934, realizado em Rio Grande/RS. A oratória de Dalva na assembleia, foi considerada um incentivo à mulher proletária (*A Evolução*, 06 de janeiro de 1935)

<sup>115</sup> *A Evolução*, 06 de janeiro de 1935.

<sup>116</sup> *A Evolução*, 06 de janeiro de 1935.

fazerem parte de uma classe que se encontra em oposição a qualquer manifestação que possa ser feita pelos trabalhadores.

Quanto a esta relação antagônica, percebemos que a classe operária é formada pela identificação das diferenças. Tanto em relação às classes superiores, como ocorre neste episódio, mas também será construída a partir da sua separação com os demais grupos considerados subalternos, com os quais os operários não querem ser confundidos (THOMPSON, 1987, v. 3, p. 418-419).

Depois de oito meses de discussões, em julho de 1934, foi sancionada a nova Constituição. Para os redatores do jornal, o debate que acontecia na constituinte lhes dizia respeito, pois no campo da política social foram sancionadas medidas que faziam referência aos trabalhadores, como a criação da Justiça do Trabalho, a jornada de trabalho de oito horas e a regulação do salário mínimo.

A FORGS passa a receber a solidariedade das associações operárias do estado, sobretudo das cidades de Pelotas e Rio Grande. "Diante tal reacionarismo, de nada mais esperamos governo"<sup>117</sup>.

O Ministério do Trabalho, organismo conservador da burguesia parte integrante do Estado Capitalista, não poderá nunca assumir a defesa dos interesses proletários, porque se o fizesse, teria criado um estado de incompatibilidade com as classes que dominam e controlam as indústrias, o comércio e a lavoura.

Sabemos que a greve é um estado revolucionário do proletariado para com o capitalismo. Os operários só se decidem a ir à greve depois de haverem fracassado os meios suasórios, as conversações preliminares, o entendimento harmônico para obterem a solução dos problemas econômicos, sociais ou morais que determinam, este movimento (*A Evolução*, 23/12/1934).

Após ser decretada a medida de oficialização dos sindicatos e, posteriormente a regularização de práticas grevistas, é sancionada a lei que prevê a "autonomia sindical". A partir de tais posicionamentos, o discurso do jornal gira em torno do perfil de autonomia política atribuída aos trabalhadores neste momento. Para isto, reflete sobre a influência predominante na FORGS e nas entidades a ela filiadas, observando que se trata de uma instituição

---

<sup>117</sup> *A Evolução*, 17 de junho de 1934.

importante para a História do movimento operário no Brasil, porém tem atribuído atenção demasiada para o MTIC<sup>118</sup>, principalmente ao respeitar o ato que sinalizava a proibição de greves e demais mobilizações, sejam elas pacíficas ou não.

Neste momento, o jornal faz a divulgação de diversas movimentações de sindicatos nacionais e locais. A greve geral dos marítimos, dos bancários, dos escreventes da justiça do Rio de Janeiro, dos ferroviários do Oeste de Minas Gerais, dos operários do jornal *A Luta* e a dos empregados da Companhia Light em Pelotas, são exemplos de manifestações citadas pelo periódico, apresentadas como não seguidoras das regras instituídas pelo MTIC.

Em nota sobre a greve de Santos/SP, protagonizada pelos trabalhadores da construção civil e que tivera 83 dias de duração<sup>119</sup>, o jornal expressou a sua posição sobre a organização de manifestações grevistas e a forma como o trabalhador deveria se portar frente a este perfil de resistência, indicando que apesar de todo o aparato policial colocado em funcionamento pelo patronato, este não foi suficiente para dispersar o movimento. Os patrões não tiveram outra saída a não ser aceitar as reivindicações dos trabalhadores. É diante deste fato que a folha observou a necessidade de haver em Rio Grande, uma classe consciente de suas necessidades, não se deixando levar pela presença de órgãos reguladores do governo.

Operariado do Rio Grande, é tempo de te organizares definitivamente, não em sindicatos manobrados pelos governantes, mas em sindicatos verdadeiros contra a exploração dos governos, contra a exploração do capitalismo (*A Evolução*, 24/06/1934, p. 03).

O semanário compreende que as normas sociais contam com a tutela do Estado, que se utiliza do aparato político e jurídico para legitimar as suas ações. Um exemplo é a criação de políticas específicas de "controle" das manifestações. O jornal dá a entender que estes são regimentos legais da classe dominante. Neste sentido, expressa que somente a "política proletária" tem por objetivo defender os interesses da coletividade.

---

<sup>118</sup> O jornal refere-se ao Ministério do Trabalho como o "inimigo da greve" e, dessa forma, um empecilho para a construção da classe operária (*A Evolução*, 1º de julho de 1934).

<sup>119</sup> *A Evolução*, 21 de outubro de 1934.

Ainda como forma de superar esta imposição, a folha compartilha a posição de militantes da capital do estado sobre a fundação de um comitê único de ação, tendo sua sede principal em Porto Alegre, contando com a presença de sub-comitês em várias localidades. A partir de uma ação conjunta, seriam organizados os núcleos de frente única, buscando a representação do trabalhador urbano e rural e apresentando a greve como o seu principal método contra a dominação que estava sendo exercida.

Assim, em agosto de 1934 começaram as atividades da Caravana Proletária em prol dos interesses dos trabalhadores. Composta por representantes da LEP e da Federação Operária, ela percorreu o Estado com o intuito de promover a união da massa trabalhadora. De acordo com o *A Evolução*, a caravana que chegara em Rio Grande em 5 de agosto de 1934, expôs o seu objetivo, enquanto organização que tinha por intuito atuar em conjunto com a massa trabalhadora, na conquista de suas reivindicações, tendo por base a luta de classe e dando a sua contribuição para o movimento operário rio-grandino.

A LEP, fundada em 16 de junho de 1934, em Porto Alegre, dizia-se apta a atender aos anseios dos trabalhadores, tornando público os seus objetivos com o auxílio de jornais, folhetos, conferências e boletins. O *A Evolução* comemorou entusiasmado a divulgação dos nomes que compuseram a diretoria e das atividades que seriam realizadas pela Liga, reconhecendo a sua colaboração na emancipação da classe<sup>120</sup>.

Os trabalhadores abaixo assinados, tendo em vista a grande necessidade de acelerar a marcha das reivindicações proletárias, dentro de uma política eminentemente proletária, visto que a fome e a miséria alastram-se pavorosamente e, todas as classes trabalhadoras, verificou a necessidade de uma liga com a legenda acima (*A Evolução*, 05 de agosto de 1934).

Ao anunciar apoio a LEP, o periódico e a SUO tornam-se os anfitriões da assembleia que funda o comitê local da Liga em Rio Grande. No que se refere a importância da presença de associações dos trabalhadores como esta, o militante Luiz de Almeida discorre sobre "a necessidade da união da classe

---

<sup>120</sup> *A Evolução*, 12 de junho de 1934.

trabalhadora, por meio de suas organizações proletárias, afim de que as suas aspirações justíssimas sejam reivindicar<sup>121</sup>".

Questões como essas, se encontravam em vigência neste cenário, tendo em vista a presença cada vez mais ascendente da influência comunista, tanto no interior da FORGS, como também nos sindicatos que representavam os trabalhadores rio-grandinos. Estes aspectos que podiam ser observados durante a realização de eventos promovidos pela LEP, marcados pelo combate à participação do clero em assuntos políticos, específicos da cidade e sobre o contraste de vida burguesa em relação àquela da classe trabalhadora.

Neste sentido, o periódico coloca em evidência a atuação da legislação social decretada pelo Governo, pois os sindicatos que não se encontravam devidamente registrados, estavam sendo ameaçados de terem suas atividades interrompidas. Devido a este fato, sinaliza que o momento exigia a união de todas as agremiações sindicais e dos trabalhadores em sua totalidade, não importando o seu segmento partidário.

Com a instituição da nova lei de sindicalização, em 16 de julho de 1934<sup>122</sup>, a solidariedade entre a classe e os sindicatos é o tema que ganha as páginas do semanário, uma vez que seriam estas as únicas formas de luta contra o decreto considerado pelo periódico como inconstitucional. A lei definiu a pluralidade sindical e atribuiu a administração das associações à polícia e ao MTIC, algo que já vinha ocorrendo e sendo contestado pelos trabalhadores, "A nova lei é, pois, inconstitucional porque não assegura a completa autonomia dos sindicatos, conforme preceitua a Carta Magna do País"<sup>123</sup>.

Durante o primeiro ano de circulação o jornal se propõe a realizar, a partir de suas publicações, discussões em torno da consciência de classe e da necessidade de haver entre os trabalhadores o sentimento de solidariedade. Posteriormente, observamos a sua atenção para ações estruturadas sob orientações políticas distintas, as quais intencionavam atribuir certa influência às organizações da classe operária em todo o País. Estes movimentos intitulados como comunistas e fascistas atribuem para a história da imprensa, bem como para a história social em geral, uma conotação particular ao definir a

---

<sup>121</sup> *A Evolução*, 19 de agosto de 1934.

<sup>122</sup> A nova Lei de Sindicalização - Decreto nº 24.694, de julho de 1934, garantiu maior autonomia sindical, mas manteve a exigência de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho.

<sup>123</sup> *A Evolução*, 02 de setembro de 1934.

década de 1930, no Brasil, como um período de disputas pelo "apoio" da classe trabalhadora.

A contribuição do *A Evolução* para a análise do movimento comunista tem início na avaliação de eventos internacionais, mais especificamente a partir da publicação de um parecer quanto à realização do congresso dos sindicatos de professores franceses que contou com a presença de 2.000 profissionais<sup>124</sup>. O jornal afirma ser este congresso (que proclamava a união com o comunismo e defendia a luta de classes, greves e revoluções), um exemplo de lealdade com os propósitos das associações classistas que lutavam pela causa operária. Protegem-se das mistificações integralistas que cruzam as fronteiras na tentativa de consolidar o sentimento nacionalista que é instrumentalizado, sem prever justiça social, igualdade econômica, social e política.

Pela ótica do jornal, o fascismo, enquanto movimento político radical que possuía representantes no Brasil, seria superado com a união dos trabalhadores urbanos e rurais e com o auxílio da intelectualidade. Devido a isso, o *A Evolução* destaca a importância do trabalhador instruir-se teoricamente, militando com base em correntes políticas, que atribuam sustentação ao movimento, sejam elas comunista ou socialista.

Diante desta discussão, o semanário perguntava aos seus leitores "Os integralistas não pretendem privar os trabalhadores da faculdade de estudar livremente o modo como se há de resolver o problema social de acordo com as próprias necessidades?"<sup>125</sup> Esta pergunta norteava-se por pelo fato do periódico alinhar as bases de um comportamento que, supostamente, deveria ser adotado pelo proletariado rio-grandino.

Para ele, os trabalhadores deveriam reunir-se em grupos e estabelecer contato com sindicatos que prezassem unicamente pela causa operária, cada um mantendo o seu ponto de vista ideológico, sem afetar a relação da classe trabalhadora, cabendo aos operários se unirem para formularem as suas greves, compreendendo o sentido de representação de classe. Além disso, aponta que Rio Grande possuía estrutura política para isto, através da intervenção da LEP, responsável por ser o primeiro passo de organização com perfil de partido proletário na cidade.

---

<sup>124</sup> *A Evolução*, 28 de outubro de 1934.

<sup>125</sup> Idem.

Ao compreendermos que o ano de 1935 foi um período da História do Brasil caracterizado pelo elevado custo de vida e alto valor dos impostos, entre os trabalhadores da cidade, e pelo aumento no preço dos arrendamentos e dos fretes entre os trabalhadores rurais, entendemos o motivo que faz o jornal enfatizar o crescimento na vontade de haver luta pela justiça social. Estas necessidades, segundo o periódico, se encontravam representadas por grupos localizados em diversas regiões do País. No entanto, afirmava que isto não deveria ocorrer com bases nas orientações predominantes no momento - comunismo e integralismo -, mas sim pautado nos objetivos da classe operária.

Em suas palavras, somente através das greves e de demais tipos de mobilizações é que o trabalhador chegaria às batalhas decisivas da Revolução Operária e Camponesa, considerando esta a única forma de acabar com o regime de miséria presenciada pelos trabalhadores de distintos setores<sup>126</sup>.

Nesta conjuntura, o *A Evolução* apresentava um programa que, em parte, satisfazia as intenções proletárias. Era o Manifesto da Aliança Nacional Libertadora, para o qual o jornal não admitia total apoio, visto que os seus propósitos não estavam relacionados diretamente à classe operária, mas dizia respeito a um projeto mais amplo que buscava lutar pelos "patrióticos princípios".

A folha seguiu no ano de 1936 com as suas observações acerca das influências exercidas, sobretudo, pelo integralismo na política do País. Não esquecendo, porém, de retomar a discussão que caracterizou o seu primeiro ano de circulação, período em que apresentava o contato direto e contínuo entre os trabalhadores, como o caminho propício para o processo de amadurecimento da classe operária.

Assim, analisa a união sindical como sendo o principal fator que poderia trazer benefícios para a classe trabalhadora em geral, mas salientando que se sobreponha a sua união por intermédio de um órgão centralizador que, orientando-a segundo os princípios da cooperação, serviria não somente para unificar harmonicamente as associações sindicais, como também, para fortalecer e amparar as organizações, genuinamente representativas da classe

---

<sup>126</sup>A *Evolução*, 17 de fevereiro de 1935.

proletária, ou seja, a partir de 1935, enfatiza a presença de associações legalmente organizadas, isto acontecia porque temiam a repressão.

Entre as desvantagens desta organização sindical coordenada, destaca a diminuição no número de filiados, aspecto este que trouxe desânimo para os membros sindicais dirigentes nos primeiros meses de 1936.

Para amenizar os efeitos desta situação, o jornal sinaliza que diversas tentativas foram feitas nesta cidade por elementos de diferentes sindicatos de classe, por um dever de solidariedade à SUO que, possuindo um grande número de sócios de sindicatos, demonstrou apoio aos casos que beneficiavam não somente os sindicalizados, mas a classe como um todo<sup>127</sup>. Porém, as investidas foram frustradas, haja vista que os representantes sindicais não chegaram a um entendimento recíproco, o que acabou por comprometer a tão almejada cumplicidade entre a classe nesta fase.

Vemos um grande erro na falta de visão de alguns dirigentes sindicais conservarem-se indiferentes a todas as iniciativas partam de onde partirem, uma vez que sejam consagradas à unificação do trabalhador (*A Evolução*, 19/01/1936).

Verificando os aspectos do movimento sindical em Rio Grande durante o período em destaque, observamos que o jornal atesta a presença de uma lacuna, no que se refere às associações que, por falta de diligência encontram-se sem direção, permanecendo inativas. Um exemplo desta situação são as dificuldades enfrentadas pelo *A Evolução*, chegando a apontar a possibilidade de seu desaparecimento, caso os presidentes dos sindicatos não cooperassem financeiramente com o processo editorial<sup>128</sup>.

Estas questões, segundo o jornal, decorrem do não cumprimento das responsabilidades dos dirigentes sindicais, demonstrando que o operariado não se encontra no interior dos sindicatos pelo fato das reuniões estarem sendo realizadas com o objetivo de tratarem de questões muito mais burocráticas do que aquelas referentes a fomentar o diálogo sobre assuntos que fazem parte da rotina do trabalhador, como a conquista das suas reivindicações mais sentidas, entre elas o cumprimento das 8 horas diárias de trabalho, lei de férias e igualdade de salários.

---

<sup>127</sup> *A Evolução*, 19 de janeiro de 1936.

<sup>128</sup> Livro de Atas da Diretoria, ata nº 100, 07 de junho de 1935, p. 127.

Entre estas aspirações do proletariado, a busca pelo salário mínimo é a demanda que se encontra de forma mais acentuada nas páginas do *A Evolução*. Reconhecida como uma das maiores conquistas da classe trabalhadora. Segundo o semanário, seria um ganho possível no momento em que ocorresse a organização dos operários em seus sindicatos.

Assim, os dois últimos anos da presença do jornal entre os trabalhadores foram marcados pelo incentivo à sindicalização, sendo percebida como um organismo social, na verdade, uma partícula deste organismo que tem entre os seus princípios a finalidade de realizar a formação educacional em âmbito econômico e político da classe proletária, ações estas realizadas pelas associações e promovidas pelo *A Evolução*, durante os quatro anos em que esteve em circulação.

Na edição de 7 de fevereiro de 1937, encontra-se a publicação do grupo editor que noticia a suspensão das atividades do jornal. Segundo os editores, isto ocorria por motivos alheios à vontade deles, deixando entender que o real motivo se encontrava no fato de o *A Evolução* ser uma folha exclusivamente proletária, e por isso, não deixar de demonstrar o seu caráter crítico perante a relação entre o Estado e as organizações de representação da classe operária no País. Assim, afirma o periódico que, com a palavra controlada, não '(...) poderemos oferecer combate aos seculares inimigos do proletariado, nem aos retrógrados escravizadores da humanidade, rotulados de patriotas, os mistificadores fascistas."<sup>129</sup>

Com a preocupação de mostrar a importância da representação de classe, o jornal a define enquanto uma medida que deve ser útil para a coletividade, disseminando o conhecimento dos direitos e deveres do homem para com a classe. Nessa emergência é que situa os sindicatos como órgãos de função social, prestando a seus componentes todos os serviços decorrentes da sua utilidade, quer defendendo-lhes os direitos como fora destacado acima, quer mostrando-lhes os ensinamentos necessários para a formação educacional e profissional do trabalhador, além de permitir a disseminação dos ideais proletários por meio de mecanismos que ofereçam resistência à

---

<sup>129</sup> *A Evolução*, 07 de fevereiro 1937.

dominação exercida pelo Estado e/ou pela classe econômica e politicamente dominante.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo periódico em manter-se ativo durante um período marcado por transformações sociais e políticas, que exerceram influência sobre ele e perante a atuação dos sindicatos em todo o Brasil, observamos que o jornal rio-grandino *A Evolução*, atuou enquanto representante da classe, visto que entre as ideias e notícias por ele veiculadas a intenção era demonstrar as formas de luta possíveis de serem empreendidas, com o objetivo de manter a militância ativa. Logo, percebemos que cada edição contribuiu para a construção da classe operária na cidade, pois temos a percepção de que a sua leitura cooperava para o processo de amadurecimento do movimento operário em Rio Grande.

## Considerações Finais

A classe operária é formada enquanto classe, no decorrer da sua trajetória, incluída em uma determinada estrutura social formada por uma cultura, instituições e formas de relacionamentos entre as classes. Esta formação da classe operária é determinada pela interação dos trabalhadores com as condições sociais, políticas, econômicas e culturais, encontradas em seu país, em sua cidade e em seu local de trabalho. A classe é constituída vagorosamente, de acordo com os avanços permitidos pelos fatores conjunturais.

Neste estudo, trabalhamos com um elemento local, porém, sem deixar de observá-lo dentro das condições de dominação política implementadas durante a década de 1930 no País. Elemento local, pois está situado em uma das principais regiões do Estado gaúcho a contar com um sistema de organização da classe trabalhadora. Com o foco de análise na atuação de um jornal operário da cidade do Rio Grande, o *A Evolução*, esperava-se identificar as influências do meio político e social em que se encontravam os trabalhadores, o que se verificou. Ficando evidente também a relação entre os trabalhadores rio-grandinos e a formação da classe operária em âmbito estadual e nacional, mas mantendo algumas características locais.

O estudo não se deteve a uma análise acerca das condições de vida dos trabalhadores. Se observou a forma com que o jornal *A Evolução* atuava enquanto representante dos interesses da classe operária de Rio Grande. Neste processo, verificamos que o jornal se esforçava para manter uma unidade entre a classe trabalhadora, a fim de conseguir melhorias nas condições de trabalho e de vida dos operários, principalmente, ao salientar a importância da filiação dos operários às suas entidades representativas. Para isso, utilizava-se de discursos que valorizavam a organização dos trabalhadores em associações sindicais.

Ao fim deste estudo, fica a certeza de que as questões poderiam ter sido mais exploradas, mas, dentro dos limites deste trabalho, alguns pontos sobre o movimento de trabalhadores em Rio Grande foram analisados.

Quanto a presença do jornal na cidade e a sua atuação como representante da classe trabalhadora em Rio Grande, mesmo em um período

marcado pela ação repressiva, ele se manteve em circulação. O jornal demonstrava organização, a qual era cobrada aos trabalhadores da cidade. Houve momentos de refluxo das lutas populares, o que se refletiu na atuação do jornal com uma interrupção em 1936, tendo as suas atividades suspensas pela censura.

Entre as razões que auxiliaram o *A Evolução* a retomar as suas ações, se tem a presença de uma organização consolidada na cidade, a SUO, a qual mantinha a circulação do jornal, elegendo a sua equipe diretiva e emprestando o seu salão para as reuniões promovidas pela Direção do jornal, ações que permitiram e fortaleceram a presença da folha.

Para compreendermos os objetivos políticos e sociais do *A Evolução*, foi preciso observarmos os acontecimentos que antecederam o surgimento da folha. Bem como as mudanças que ocorriam no cenário nacional durante o período em que o jornal esteve em circulação, conforme foi mostrado no capítulo I. Constatando-se que o movimento dos trabalhadores na década de 1930 e os mecanismos de representação utilizados por eles, foram marcados pelas ações do Estado, através das Leis Trabalhistas e sindicalização sob a guarda do MTIC. Assim como também, pelas ações repressivas desempenhadas pelo governo frente aos adeptos das ideologias de esquerda.

No capítulo II, verificamos a questão da consciência do operariado, de que forma o jornal contribuía para a formação desta consciência, e da própria classe. Para tanto, observamos que em Rio Grande, as lideranças sindicais ligadas a grupos independentes de esquerda aceitaram fazer parte de entidades oficializadas, o que lhes permitiu uma atuação mais tranquila. Esse caráter oficial atribuído aos sindicatos, que reconhecia os trabalhadores por categoria, prejudicando assim o seu reconhecimento enquanto classe era divulgado pelo *A Evolução*. Por outro lado, mesmo sinalizando a sua posição favorável a organização dos sindicatos sob as bases instituídas pelo MTIC, o jornal contribuía para a formação da classe e da sua consciência entre os trabalhadores rio-grandinos, pois, divulgava críticas quanto as condições de vida dos trabalhadores urbanos empregados e desempregados de Rio Grande, reivindicando melhorias, apontando soluções e acusando abertamente, os responsáveis por tal situação, ora a Prefeitura da cidade, ora os proprietários dos estabelecimentos comerciais e industriais.

Partindo disso, analisamos, no capítulo III, o periódico buscando entendê-lo como um difusor da cultura proletária em Rio Grande. Para tanto, procuramos traçar o perfil político-ideológico do jornal, o que nos fez observar o seu caráter heterogêneo. Se tratava de uma estratégia, tendo em vista alguns fatores: o histórico de vida da sua entidade mantenedora, a SUO; a presença de diferentes correntes entre os trabalhadores responsáveis pela edição do jornal e a Direção da Entidade; além das ações repressivas praticadas pelo Estado. Assim, apesar de seus principais colaboradores serem adeptos das concepções comunistas, conclui-se que o *A Evolução* não se intitulava como tal, haja vista que a perseguição ao comunismo era presente e severa na sociedade brasileira durante a década de 1930.

Até aqui, destacamos os pontos trabalhados no decorrer da pesquisa. Contudo, como bem indica “considerações finais”, é válido ressaltarmos alguns elementos que apresentam possibilidades de terem sido aprofundados e que ficam aqui como sugestões para pesquisas futuras. Temos consciência de que poderíamos ter atribuído uma atenção maior à imprensa comercial da cidade, como por exemplo, o próprio jornal Rio Grande, que foi citado nesta dissertação, além do jornal O Tempo, os quais se encontravam em circulação no município durante o período aqui trabalhado. Salientamos ainda, que a posição destes dois periódicos, no que se refere o “combate ao comunismo”, poderiam ter sido abordados mais profundamente, pois, os jornais, diariamente, entre 1935 e 1936, manifestavam-se no combate a presença desta corrente no cenário local, nacional e internacional.

Por fim, o trabalho apresentou, através dos discursos publicados no *A Evolução*, não somente a construção da ideia de que o jornal atuava enquanto representante dos interesses da classe operária rio-grandina, mas também se constatou que ele agia desta forma.

Conforme o título desta dissertação expressa, durante a década de 1930, a imprensa era vista como mais um mecanismo utilizado pelos trabalhadores para os representarem, exercendo a função de porta voz da classe operária. Por isso, o que se fez até aqui foram interpretações acerca da atuação deste jornal rio-grandino que esteve em circulação na cidade entre os anos de 1934 e 1937, as quais são passíveis de críticas e de novas interpretações. Com isso,

espera-se ter contribuído para o estudo da História da imprensa operária e para a História do movimento operário como um todo.

## **Fontes**

### **Centro de Documentação Histórica “Prof. Hugo Alberto Pereira Neves” (CDH/FURG)**

Estatuto da Sociedade União Operária do Rio Grande (SUO). Tipografia União - Rio Grande, 02/08/1939.

Livro Ata do Conselho Deliberativo da Sociedade União Operária, 1932 - Rio Grande.

Livro Ata do Conselho Deliberativo da Sociedade União Operária, 1936 - Rio Grande. Livro Ata da Assembleia Geral da Sociedade União Operária, 1929 - 1959 - Rio Grande.

Livro Grade e Matrícula das Classes Federadas à Sociedade União Operária - Rio Grande, 1900.

Livro Grade e Matrícula das Classes Federadas à Sociedade União Operária - Rio Grande, 1924.

### **Jornais Pesquisados na Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense**

*A Evolução*, 01 de maio de 1934.

*A Evolução*, 10 de maio de 1934.

### **Jornais Pesquisados na Hemeroteca no Centro de Documentação Histórica “Prof. Hugo Alberto Pereira Neves” (CDH/FURG)**

*A Evolução*, 10 de junho de 1934.

*A Evolução*, 17 de junho de 1934.

*A Evolução*, 24 de junho de 1934.

*A Evolução*, 1º de julho de 1934.

*A Evolução*, 08 de julho de 1934.

*A Evolução*, 15 de julho de 1934.

*A Evolução*, 22 de julho de 1934.

*A Evolução*, 03 de agosto de 1934.

*A Evolução*, 12 de agosto de 1934.  
*A Evolução*, 19 de agosto de 1934.  
*A Evolução*, 26 de agosto de 1934.  
*A Evolução*, 02 de setembro de 1934.  
*A Evolução*, 09 de setembro de 1934.  
*A Evolução*, 16 de setembro de 1934.  
*A Evolução*, 23 de setembro de 1934.  
*A Evolução*, 07 de outubro de 1934.  
*A Evolução*, 13 de outubro de 1934.  
*A Evolução*, 21 de outubro de 1934.  
*A Evolução*, 28 de outubro de 1934.  
*A Evolução*, 04 de novembro de 1934.  
*A Evolução*, 11 de novembro de 1934.  
*A Evolução*, 18 de novembro de 1934.  
*A Evolução*, 25 de novembro de 1934.  
*A Evolução*, 02 de dezembro de 1934.  
*A Evolução*, 14 de dezembro de 1934.  
*A Evolução*, 16 de dezembro de 1934.  
*A Evolução*, 23 de dezembro de 1934.  
*A Evolução*, 13 de janeiro de 1935.  
*A Evolução*, 20 de janeiro de 1935.  
*A Evolução*, 27 de janeiro de 1935.  
*A Evolução*, 03 de fevereiro de 1935.  
*A Evolução*, 10 de fevereiro de 1935.  
*A Evolução*, 17 de fevereiro de 1935.  
*A Evolução*, 24 de fevereiro de 1935.  
*A Evolução*, 03 de março de 1935.  
*A Evolução*, 07 de março de 1935.  
*A Evolução*, 31 de março de 1935.  
*A Evolução*, 07 de abril de 1935.  
*A Evolução*, 14 de abril de 1935.  
*A Evolução*, 21 de abril de 1935.  
*A Evolução*, 01 de maio de 1935.  
*A Evolução*, 12 de maio de 1935.

*A Evolução*, 19 de maio de 1935.  
*A Evolução*, 26 de maio de 1935.  
*A Evolução*, 02 de junho de 1935.  
*A Evolução*, 09 de junho de 1935.  
*A Evolução*, 16 de junho de 1935.  
*A Evolução*, 23 de junho de 1935.  
*A Evolução*, 07 de julho de 1935.  
*A Evolução*, 14 de julho de 1935.  
*A Evolução*, 21 de julho de 1935.  
*A Evolução*, 28 de julho de 1935.  
*A Evolução*, 04 de agosto de 1935.  
*A Evolução*, 11 de agosto de 1935.  
*A Evolução*, 18 de agosto de 1935.  
*A Evolução*, 25 de agosto de 1935.  
*A Evolução*, 1º de setembro de 1935.  
*A Evolução*, 08 de setembro de 1935.  
*A Evolução*, 15 de setembro de 1935.  
*A Evolução*, 22 de setembro de 1935.  
*A Evolução*, 06 de outubro de 1935.  
*A Evolução*, 13 de outubro de 1935.  
*A Evolução*, 20 de outubro de 1935.  
*A Evolução*, 27 de outubro de 1935.  
*A Evolução*, 03 de novembro de 1935.  
*A Evolução*, 10 de novembro de 1935.  
*A Evolução*, 15 de novembro de 1935.  
*A Evolução*, 24 de novembro de 1935.  
*A Evolução*, 1º de dezembro de 1935.  
*A Evolução*, 08 de dezembro de 1935.  
*A Evolução*, 15 de dezembro de 1935.  
*A Evolução*, 22 de dezembro de 1935.  
*A Evolução*, 05 de janeiro de 1936.  
*A Evolução*, 12 de janeiro de 1936.  
*A Evolução*, 19 de janeiro de 1936.  
*A Evolução*, 26 de janeiro de 1936.

*A Evolução*, 02 de fevereiro de 1936.  
*A Evolução*, 09 de fevereiro de 1936.  
*A Evolução*, 16 de fevereiro de 1936.  
*A Evolução*, 08 de março de 1936.  
*A Evolução*, 15 de março de 1936.  
*A Evolução*, 22 de março de 1936.  
*A Evolução*, 29 de março de 1936.  
*A Evolução*, 05 de abril de 1936.  
*A Evolução*, 12 de abril de 1936.  
*A Evolução*, 1º de maio de 1936.  
*A Evolução*, 17 de maio de 1936.  
*A Evolução*, 07 de junho de 1936.  
*A Evolução*, 14 de junho de 1936.  
*A Evolução*, 21 de junho de 1936.  
*A Evolução*, 28 de junho de 1936.  
*A Evolução*, 02 de julho de 1936.  
*A Evolução*, 05 de julho de 1936.  
*A Evolução*, 12 de julho de 1936.  
*A Evolução*, 19 de julho de 1936.  
*A Evolução*, 09 de agosto de 1936.  
*A Evolução*, 13 de dezembro de 1936.  
*A Evolução*, 20 de dezembro de 1936.  
*A Evolução*, 27 de dezembro de 1936.  
*A Evolução*, 05 de janeiro de 1937.  
*A Evolução*, 10 de janeiro de 1937.  
*A Evolução*, 17 de janeiro de 1937.  
*A Evolução*, 24 de janeiro de 1937.  
*A Evolução*, 31 de janeiro de 1937.  
*A Evolução*, 07 de fevereiro de 1937.  
*Cultura Proletária*, 1º de maio de 1926.  
*Echo Operário*, 13 de março de 1898.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Cláudio H. SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: São Paulo: Edunicamp, 2004.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas**. Cotia: Ateliê, 2002.

DECCA, Mara Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário de São Paulo (1927 - 1934). Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 1983.

FAUSTO. Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FORTES, Alexandre. Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). In. FORTES, Alexandre et al. **Na luta por direitos**. Estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

FRENCH, John. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HOBBSAWM, Eric. J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre História operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

JARDIM, Jorge Luís Pastoris. **Comunicação e militância**. A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 1990.

KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento**: o bloco operário e camponês no Brasil. São Paulo: Alameda, 2006.

KONRAD, Diorge Alceno. Operários no Rio Grande do Sul (1930-1937): conflitos entre identidade nacional e identidade de classe. In: **Os trabalhos e os dias**. Ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: Ed. da UPF/Centro de Estudos Marxistas, 2000.

\_\_\_\_\_. **O fantasma do medo**: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul**: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp-IFCH, 2006.

\_\_\_\_\_. **Brasil e Rio Grande do Sul (1937-1945)**: Historiografia do Trabalho. Santa Maria. ANPUH, 2010. Disponível em: [http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279463193\\_ARQUIVO\\_2010-XEncontroEstadualdeHistoria](http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279463193_ARQUIVO_2010-XEncontroEstadualdeHistoria). Acessado em 20 de julho de 2015, às 17h:50min.

LONER, Beatriz Ana. **Classe operária**: organização e mobilização em Pelotas, 1888-1937. Tese (Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. O movimento operário na cidade de Rio Grande na República Velha. In: ALVES, Francisco das Neves (Orgs). **O mundo do trabalho na cidade do Rio Grande**. Rio Grande: Editora da Universidade – FURG, 2001.

\_\_\_\_\_. Perfil do trabalhador gaúcho na década de 1930. In: QUEIROZ, Cezar A. B; ARAVANIS, Evangelia (Orgs.). **Cultura operária**: trabalho e resistências. Brasília-DF: Ex: Libris, 2010.

LOPES, José Sérgio (Coord.) **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

LUCAS, Maria Elizabeth; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz (Orgs.). **Antologia do movimento operário gaúcho - 1870-1937**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Tchê! 1992.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. **Cruzando a fronteira**: informações de trabalhadores uruguaios no Rio Grande do Sul a partir do acervo da Delegacia Regional do Trabalho, 1933-1943. Revista Uruguaia de História Econômica. Ano 5, nº 5, dezembro de 2015.

MARTINS, Marisângela Teresinha Antunes. **À esquerda de seu tempo**: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927 – 1957). Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

MARTINS, Solismar Fraga. **A produção do espaço em uma cidade portuária através dos períodos de industrialização**: o caso do Município do Rio Grande – RS. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa Integralista, imprensa militante (1932 - 1937)**. Tese de doutorado em História. Porto Alegre: PUC-RS, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. 5 eds. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OLIVEIRA, Marco Antonio. **Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil**: da era Vargas ao Governo FHC. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, 2002.

PEDROSO, Elisabeth M. K. **Movimento sindical urbano no Brasil (1850 – 1997)**: trajetórias, características e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros..Trad. Denise Bottmann. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha**: Charqueadas, Frigoríficos, Criadores. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a união Operária seja a nossa pátria!”**: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. A circulação da Imprensa Operária Brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX. In: QUEIROZ, César A. B; ARAVANIS, Evangelia (Orgs.). **Cultura operária**: trabalho e resistências. Brasília-DF: Ex: Libris, 2010.

QUEIROZ, César A. B; ARAVANIS, Evangelia (Orgs.). **Cultura operária**: trabalho e resistências. Brasília-DF: Ex: Libris, 2010.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. A diretoria dos espíritos da classe: a "Sociedade "União Operária" de Rio Grande (1893 - 1911). **Cadernos AEL**, v. 6, n. 10/11, Campinas, UNICAMP -, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org). **Novas questões de teoria e metodologia da história e historiografia**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

SPERANZA, Clarice. **Os trabalhadores e a lei**: análise dos processos trabalhistas envolvendo mineiros de carvão do Rio Grande do Sul entre 1946 e 1954. X Encontro Estadual de História. Santa Maria, 2010.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. "A árvore da liberdade". Vol. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. "A maldição de Adão". Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. "A força dos trabalhadores". Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANNA, Luiz W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.